

**Nº12 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 09 de junho  
de 2017. -----**

Aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Sr. Eng. João Adérito Moura Moutinho, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de seis junho de dois mil e dezassete.-

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----**

Iniciada a reunião, usou da palavra, o Presidente da Câmara, Senhor Arq. António Cabeleira, dando conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos, relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

1- Conferência sobre "A evocação dos 150 anos da abolição da Pena de Morte" - Sobre o presente assunto, o Presidente da Câmara informou, o Executivo Municipal, da realização, em Chaves, no próximo dia 15 de junho, de uma conferência para registar a evocação dos 150 anos da abolição da pena de morte. -----

2- Condecorações Municipais - Sobre o presente assunto, o Presidente da Câmara fez uma breve resenha da proposta, a submeter ao Executivo Municipal, tendo como objeto a atribuição de condecorações municipais, nos termos do regulamento municipal, em vigor, no próximo dia 8 de julho, dia do Município. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara deu, ainda, conhecimento, ao Executivo Municipal, da seguinte documentação relacionada com a atividade municipal, a saber: -----

- Modificações ao Orçamento da Despesa - Modificação n.º 08. -----
- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos - Modificação n.º 08. -----
- Relatório e Contas - Associação Norte Cultural - Orquestra do Norte 2015; -----
- Relatório e Contas - Associação Norte Cultural - Orquestra do Norte 2016; -----
- Informação n.º 38/DSC/2017 - Relatório do Parque Botânico e Zoológico do Rebentão. -----

**II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----**

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo solicitado informação, sobre a eventual autorização concedida, pela autarquia, tendo como objeto a destruição de património privado. -----

De facto, segundo informações prestadas, sobre a matéria, pelos respetivos moradores, a Autarquia autorizou um particular a destruir um muro de vedação situado na Rua da Harmonia. -----

Os moradores estão bastante incomodados com esta situação, tanto mais que todo o loteamento aí localizado é murado, havendo sérias dúvidas sobre a possibilidade de demolição dos respetivos muros, cuja construção, à partida, foi suportada pelos proprietários dos lotes.-- Neste contexto, solicitou que o assunto seja apreciado, pelo Órgão Executivo Municipal, considerando que todos os membros do aludido Órgão são atingidos com esta situação, não tendo, porém, a certeza se o assunto foi ou não, alguma vez, por esta Câmara, objeto de apreciação. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - De momento, não está na posse dos elementos técnicos e administrativos que lhe permitam tomar posição, sobre o assunto apresentado, pelo Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco Chaves de Melo. -----

2 - No entanto, irá solicitar, junto dos competentes serviços municipais, uma informação técnica, sobre a matéria, aparentemente, controvertida. -----

3 - Logo que seja produzida, tal informação técnica, o processo administrativo, em causa, poderá ser consultado e analisado, pelo Executivo Municipal. -----

### **III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, ENG. JOÃO ADÉRITO MOURA MOUTINHO.** -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

1 - Acesso aos Museus instalados no Concelho de Chaves - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, deu nota que o Estado Português isentou de pagamento o acesso, aos Museus Nacionais, durante os fins de semana e feriados. -----

Neste contexto, o Município de Chaves tem a intenção de conceder esta isenção? -----

É sua convicção que, sobre esta matéria, o Município deveria, também, conceder tais isenções, dentro do mesmo regime, ou, em alternativa, proceder ao abaixamento das respetivas tarifas. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A concessão de uma eventual isenção de pagamento dos ingressos nos museus instalados, no Concelho de Chaves, iria penalizar, particularmente, os Flavienses, partindo do pressuposto que a procura destes serviços culturais é feita, maioritariamente, durante o fim de semana, pelos turistas que, regularmente, visitam a cidade de Chaves.

2 - A concessão da isenção sugerida, pelo Vereador interveniente, deveria, então, ser alargada, para toda a semana, em benefício dos flavienses. -----

2- Limpeza ou ajardinamento das rotundas, junto à Ponte Romana, na margem direita do Tâmega - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, sugeriu que as duas rotundas localizadas, junto à ponte romana, as quais se encontram, em terra batida, deveriam ser embelezadas com a colocação de relva. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- A zona da cidade, em causa, irá ser objeto de requalificação, no âmbito do "PEDU", não sendo, por isso, atualmente, oportuna, qualquer intervenção, em tal espaço histórico da Cidade de Chaves. -----

3- Rua do Olival/Limpeza de contentores de recolha de resíduos - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, alertou para o facto dos contentores do lixo, colocados ao longo da Rua do Olival, apresentarem indícios de mau estado de conservação, sendo necessário proceder à sua limpeza e/ou substituição. -----

4- Rua Artur Maria Afonso - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, alertou para o mau estado de conservação do piso da via em causa, questionando, o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de saber se a mesma vai ser objeto de alguma intervenção. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- A requalificação da Rua Artur Maria Afonso integra o conjunto de intervenções contempladas, no âmbito da execução do "PEDU". ----- Tal programa de execução irá ser, oportunamente, divulgado. -----

4- Praceta Mouzinho Alves da Cunha - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, alertou para o estado de abandono em que se encontra a Praceta Mouzinho Alves da Cunha, conferindo um aspeto pouco agradável ao espaço público envolvente. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- O estado em que, atualmente, se encontra a Praceta, em causa, deve-se, fundamentalmente, a problemas de ensombramento relacionados com a sua zona física de intervenção. ----- Está equacionada uma pequena intervenção, mediante a pavimentação de toda a zona da Praceta. -----

-----  
**Regista-se a entrada da Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, iniciando a sua participação na reunião quando eram 09:50 horas.** -----  
-----

## I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

### 1. ATAS:

**1.1.** Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 26 de maio de 2017. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata, com a correção sugerida, pelo Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, a qual foi, de imediato, introduzida, na redação do aludido documento.-

## **2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

### **1. PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO PROTOCOLO DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE IMPORTÂNCIA LOCAL. PROPOSTA Nº54/GAP/17. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **I - Justificação-----**

1. Considerando que, por deliberações tomadas nos dias 20 de janeiro de 2017 e 15 de fevereiro de 2017, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, respetivamente, aprovaram a proposta n.º 2/GAP/2017, datada de 4 de janeiro de 2017, que consubstanciava a autorização de concessão de apoio às Juntas de Freguesia do concelho tendo em vista a realização de obras de importância local, através da celebração de protocolo disciplinador dos direitos e obrigações de ambas as partes; -----

2. Considerando que, de acordo com o mapa anexo ao referido Protocolo constam várias intervenções e/ou obras da competência das Juntas de Freguesia, nos domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto à comunidade local;-----

3. Considerando que, as diversas freguesias têm vindo, recorrentemente, manifestar preocupação, relativamente ao diferencial detetado entre o custo previsto e o custo efetivo das atividades programadas no âmbito do protocolo de apoio supramencionado; -----

4. Considerando que, o interesse mútuo na concretização plena e eficaz das intervenções previstas no âmbito do Protocolo em referência, com reconhecida importância para o desenvolvimento das freguesias em causa, justifica um ajustamento das verbas inicialmente atribuídas a cada uma das freguesias do concelho; -----

5. Considerando, por último, que o exercício destas competências pelas Juntas de Freguesia não determina o aumento da despesa pública global e promove o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos, por parte das autarquias locais, e concretiza uma boa articulação entre o Município e as freguesias.-----

#### **II - Da Proposta-----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta:-----

a) Que seja provada a minuta da adenda ao protocolo de apoio às Juntas de Freguesia, oportunamente, celebrado com as diversas freguesias do concelho, tendo como objeto o financiamento de obras de importância local, executadas, no âmbito das competências próprias das entidades beneficiárias - freguesias-, nos termos do anexo I da presente proposta; -----

b) Simultaneamente, que seja autorizada a concessão do apoio financeiro às freguesias, de acordo com o anexo II da presente proposta, documento no qual se encontra, devidamente, discriminada, a freguesia beneficiária, a ação a desenvolver, o valor do apoio

financeiro a conceder e, bem assim, a identificação do cabimento e compromisso;-----

c) Caso a presente proposta venha a ser aprovada, pelo Executivo Municipal, deve a mesma, à luz do disposto no artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, ser, devidamente, sancionada, pela Assembleia Municipal, sendo solicitado, para o efeito, o agendamento deste assunto para a próxima sessão ordinária do aludido órgão deliberativo;-----

d) Por último, caso a presente proposta venha a merecer plena aprovação, por parte dos órgãos administrativos municipais, deverá a mesma ser encaminhada para o Gabinete de Notariado e Expropriações, em vista à sua operacionalização, designadamente, no que concerne à formalização das respetivas adendas com as freguesias beneficiárias do apoio financeiro, ora, proposto. -----

Chaves, 26 de maio de 2017-----  
O Presidente da Câmara,-----  
(António Cabeleiro, Arq.)-----

**Em anexo:** a referida documentação.-----

**Anexo I**-----

**Adenda ao Protocolo** -----

**Entre** -----

O Município de Chaves com o NIPC nº. 501 205 551, com sede na Praça de Camões, na cidade de Chaves, representado neste ato pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Arquiteto António Cândido Monteiro Cabeleira, e com poderes para o ato, conforme o disposto na alínea f) do nº 2 do artigo 35º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado como Primeiro Outorgante, devidamente autorizado por deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017 e por deliberação da Assembleia Municipal tomada em sede de sua sessão ordinária realizada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017.-----

**E**-----

A Junta de Freguesia de \_\_\_\_, NIPC nº. \_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_, representada pelo seu Presidente de Junta de Freguesia, \_\_\_\_ e com poderes para o ato, conforme o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 18º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado como Segundo Outorgante, devidamente autorizada por deliberação da junta de freguesia de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017 e da assembleia de freguesia de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017.-----

**Considerando que:** -----

a) Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017 foi outorgado o Protocolo de apoio entre a Câmara Municipal de Chaves e a **Junta de Freguesia de** \_\_\_\_, para a realização de obras, da sua competência, nos termos do artigo 16º, conjugado como artigo 7º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e a seguir identificadas: -----

- \_\_\_\_; -----

- \_\_\_\_; -----

b) A realização das obras suprarreferidas tem enquadramento no leque de atribuições e competências da freguesia requerente; -----

c) Em vista à prossecução do objeto definido anteriormente, foi concedida, pelo Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, um apoio financeiro no montante de \_\_\_\_; -----

Assim, após a aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, é reciprocamente aceite a presente ADENDA ao Protocolo, a qual contempla alterações às cláusulas 7ª e 8ª, nos seguintes termos: -----

É celebrada a presente adenda ao Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

**Cláusula 2ª-----**  
**(Apoio Financeiro)-----**

1. (...)-----
2. (...)-----
3. (...)-----
4. Em vista à prossecução do objeto definido na cláusula 1ª é concedido, adicionalmente, pelo Primeiro Outorgante, à Segunda Outorgante, um apoio financeiro no valor de **5.000,00€** (cinco mil euros), destinado a apoiar a execução<sup>1</sup>. -----

**Cláusula 9.ª-----**  
**(Cabimento e compromisso)-----**

1. (...)-----
2. A despesa relativa à presente adenda encontra-se cabimentada pela proposta de cabimento nº \_\_\_, correspondendo-lhe o compromisso nº \_\_\_/2017, de \_\_\_/\_\_\_/2017. -----

A presente Adenda ao Protocolo anteriormente celebrado, foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017 e na sessão da Assembleia de Freguesia realizada no dia \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017. -----

Em tudo o restante, aplicam-se as disposições contidas no Protocolo de apoio, em vista à realização de obras de importância local, celebrado a \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017. -----

Chaves, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017 -----

O primeiro outorgante -----

O Presidente da Câmara M. de Chaves -----

(António Cândido M. Cabeleira Arq.) -----

O segundo outorgante -----

Presidente da Junta de \_\_\_\_\_ -----

(\_\_\_\_\_) -----

**Anexo II**

**APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES - ANO DE 2017**

Freguesia	Atividades	Valor	TOTAL	Cabimento	Compromisso
Águas Frias	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Anelhe	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Bustelo	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Cimo de Vila da Castanheira	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Curalha	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		

<sup>1</sup> Identificar as novas ações que determinaram o reforço financeiro a conceder pelo Município, à respetiva freguesia. -----

Ervededo	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Faiões	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Lama de Arcos	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Mairos	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Moreiras	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Nogueira da Montanha	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Oura	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Outeiro Seco	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Paradela	Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa e outras - al. v) do n.º. 1 do artº 16º , Anexo I, da lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Planalto de Monforte (União das freguesias de Oucidres e Bobadela)	Conservar e promover a reparação de de chafarizes e fontanários públicos - al.cc) n.º. 1 do artº. 16º, anexo I da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Redondelo	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Sanfins	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Santa Maria Maior	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Santa Leocádia	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Santo António de Monforte	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Santo Estêvão	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
S. Pedro de Agostém	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do arº 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		

São Vicente	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Tronco	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
União das freguesias da Madalena e Samaiões	Gerir e requalificar o Cemitério de Outeiro Juzão - al. hh) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
União das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia	Administrar e Conservar o Património da freguesia - al. ii) do anexo I da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
União freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
União freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
União das freguesias de Soutelo e Seara Velha	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
União das freguesias de Travancas e Roriz	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Vale de Anta	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Vila Verde da Raia	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Vilar de Nantes	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Vilarelho da Raia	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Vilas Boas	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Vilela do Tâmega	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
Vilela Seca	Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais - al. ff) do n.º. 1 do ar.º 16, Anexo I, da Lei 75/2013	5 000,00 €	5 000,00 €		
TOTAL		190 000,00 €	190 000,00 €		



-----  
 -----  
 Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, tecido os seguintes comentários: ---  
 1 - As populações locais têm-se deparado com uma degradação significativa dos caminhos públicos de acesso às suas propriedades, prejudicando, tal situação, a vida das populações, particularmente, do mundo rural. -----  
 2 - É de admitir que estas verbas, ora, concedidas se destinem ao pagamento de obras, em período eleitoral. -----  
 3 - É pena que a viação rural seja descorada, sendo necessário um impulso financeiro, muito maior para a recuperação dos caminhos públicos existentes, nas zonas rurais do Concelho de Chaves. -----  
 4 - No entanto, é melhor pouco do que nada! -----  
 -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----  
 1 - Esta adenda é benéfica, sendo certo que se poderia ir um pouco mais longe no apoio concedido às freguesias. -----  
 2 - Estas intervenções deverão facilitar o acesso às propriedades, por parte das populações locais, funcionando, também, como um factor preventivo, no combate aos fogos florestais. -----  
 -----

Em resposta às intervenções, acima, exaradas, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --  
 1 - O Município de Chaves tem desenvolvido um esforço de descentralização de competências, nas freguesias do Concelho, com o acompanhamento dos respetivos meios financeiros. -----  
 2 - Esta proposta deve ser perspectivada, no âmbito da prossecução de tal política pública. -----  
 3 - A matéria correlacionada com a manutenção dos caminhos vicinais, constituiu, desde sempre, um trabalho complexo, tanto mais que, ao longo dos tempos, eram os próprios habitantes que garantiam a conservação de tais caminhos. -----  
 4 - O grau de abandono a que está votado o mundo rural vem prejudicando a execução de tais tarefas. -----  
 5 - A dotação financeira que é atribuída, anualmente, pelo Orçamento do Estado, às Autarquias locais, é, manifestamente, baixa, não permitindo às mesmas executar, cabalmente, todas as suas atribuições e competências, nomeadamente, nestes domínios de intervenção. -----  
 -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo, adicionalmente, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----  
 As Autarquias locais devem ter uma palavra a dizer, no âmbito do processo de descentralização administrativa, nomeadamente, no que concerne à existência de meios transferidos, pelo Estado, para o bom exercício de todas as suas competências. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2. FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO - APROVAÇÃO DO PROJETO DE ESTATUTOS. PROPOSTA Nº59/GAP/17.** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----  
 Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **I - Enquadramento-----**

Os A coberto da proposta nº 43/GAP/2017 de 06 de abril de 2017, foi aprovada em reunião do executivo municipal a minuta do Protocolo de Cooperação Intermunicipal a estabelecer entre o Município de Chaves, demais municípios atravessados pelo Caminho Português Interior de Santiago e outras instituições (Associação de Caminheiros de Santiago, Entidades Religiosas, Universidades, Turismo de Portugal, Direção Geral do Património Cultural, Pastoral do Turismo, entre outras), com vista a definir os princípios orientadores de cooperação, tendentes à constituição da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.-----

A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago pretende ser uma associação de carácter cultural sem fins lucrativos e de duração ilimitada, com sede em Vila Pouca de Aguiar, na Rua R. Henrique Botelho, freguesia e concelho de Vila Pouca de Aguiar exercendo a sua ação em todo o território nacional.-----

A Federação tem por objeto a promoção, divulgação, organização e gestão dos Caminhos de Santiago em território nacional, e ainda ser um fórum de reflexão e debate para o desenvolvimento de produtos e serviços adequados às crescentes necessidades dos seus membros e de outros parceiros públicos e privados, individuais e coletivos, interessados na temática dos Caminhos de Santiago, nomeadamente:-----

- Promoção de atividades que se destinem a facilitar a realização do seu objeto, podendo para o efeito intervir diretamente junto dos órgãos governamentais decisores, estabelecer protocolos de cooperação com outras Associações ou organizações credíveis e com interesses afins, constituir empresas ou ligar-se a outras já existentes, sob qualquer forma de associação legalmente possível, desde que relacionadas com a temática do Caminho de Santiago.-----

- Promoção de candidaturas a Fundos Europeus ou a outros fundos Nacionais ou Internacionais, que prevejam a concretização das ações previstas nos presentes Estatutos ou no Regulamento.-----

Podem ser membros da Federação as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, residentes ou não no país, e entidades privadas ou públicas interessadas no desenvolvimento dos Caminhos de Santiago.-----

#### **II - Fundamentação-----**

Considerando que o Município de Chaves reconhece manifesto interesse na adesão ao projeto de constituição da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, em parceria com as entidades integradoras;-----

Considerando que o projeto de Estatutos proposto tem por objetivo definir os princípios orientadores do normal funcionamento da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago;-----

Considerando, que nos termos do disposto na alínea m), do nº 2, do artigo 23º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, são atribuições do Município a promoção do desenvolvimento.-----

#### **II - Proposta em Sentido Estrito-----**

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta e procedimentos: -----

- a) Que seja aprovado o projeto de Estatutos da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, previamente analisado pelas entidades ligadas ao Caminho Português Interior de Santiago, conforme documento que se anexa à presente proposta; -----

b) Caso mereça concordância e aprovação no mencionado órgão autárquico, o mesmo assunto deverá ser agendado para a próxima reunião de Assembleia Municipal, para que esta possa sancionar o referido projeto de Estatutos, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

c) Que seja dado conhecimento do teor da decisão administrativa tomada, através da emissão da competente notificação ao Município de Vila Pouca de Aguiar o qual, na qualidade de representante de Portugal na Federação Europeia dos Caminhos de Santiago de Compostela, está nesta primeira fase a liderar o processo a nível nacional.-----

Chaves, 29 de maio de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

(Arq. António Cabeleira)-----

**Anexo:** Projeto de Estatutos da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago-----

## **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO-----**

### **ESTATUTOS-----**

#### **ARTIGO 1.º-----**

(Denominação, duração, sede e âmbito)-----

A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago é uma associação de carácter cultural sem fins lucrativos e de duração ilimitada, tem a sede em Vila Pouca de Aguiar na Rua R. Henrique Botelho, freguesia de Vila Pouca de Aguiar, concelho de Vila Pouca de Aguiar e exerce a sua ação em todo o território nacional.-----

#### **ARTIGO 2.º-----**

(Objeto)-----

1 - A Federação tem por objeto a promoção, divulgação, organização e gestão dos Caminhos de Santiago em território nacional e ainda;-----

2 - Ser um fórum de reflexão e debate para o desenvolvimento de produtos e serviços adequados às crescentes necessidades dos seus membros e de outros parceiros públicos e privados, individuais e coletivos, interessados na temática dos Caminhos de Santiago.-----

3 - Promover atividades que se destinem a facilitar a realização do seu objeto, podendo para o efeito intervir diretamente junto dos órgãos governamentais decisores, estabelecer protocolos de cooperação com outras Associações ou organizações credíveis e com interesses afins, constituir empresas ou ligar-se a outras já existentes, sob qualquer forma de associação legalmente possível, desde que relacionadas com a temática do Caminho de Santiago.-----

4- Promover candidaturas a Fundos Europeus ou a outros fundos Nacionais ou Internacionais, que prevejam a concretização das ações previstas nos presentes Estatutos ou no Regulamento.-----

#### **ARTIGO 3.º-----**

(Membros - Categorias e Admissão)-----

1 - Podem ser membros da Federação as pessoas singulares ou coletivas nacionais ou estrangeiras, residentes ou não no país, e entidades privadas ou públicas interessadas no desenvolvimento dos Caminhos de Santiago.-----

2 - Os membros da Federação terão as seguintes categorias:-----

a) Singular: as pessoas singulares;-----

b) Coletivo: as empresas, as entidades privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras;-----

c) Honorário: membros singulares ou coletivos que revelem uma forte ligação e um contributo importante para o desenvolvimento e estudo do Caminho de Santiago;-----

d) Subscritor: estudantes.-----

3 - A admissão dos membros singulares, coletivos e subscritores depende de deliberação da Direção, mediante solicitação escrita dos candidatos.-----

4 - A admissão de membros honorários constitui uma forma de reconhecimento pela excepcional dedicação e contribuição para o sucesso da FPCS e far-se-á por deliberação da Assembleia Geral, por proposta da Direção, sendo obrigatoriamente anexa à convocatória da Assembleia Geral a proposta da Direção com a nota justificativa. -----

5 - Da deliberação a que se refere o número 3, quando rejeitada a candidatura, cabe recurso para a Assembleia Geral, interposto pelo requerente ou por qualquer membro, no prazo de dez dias a contar da data de notificação da decisão no caso do requerente, e até sessenta dias após conhecimento da decisão, no caso de se tratar de um recurso apresentado por um membro.-----

**ARTIGO 4º**-----  
(Órgãos Sociais)-----  
São órgãos da FPCS a Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.-----

**ARTIGO 5º**-----  
(Mandato)-----  
1 - Os Órgãos Sociais são eleitos pelo prazo de dois anos.-----

**ARTIGO 6º**-----  
(Candidaturas e eleições)-----  
1 - Todo o processo eleitoral, incluindo as candidaturas aos diversos órgãos, deverá reger-se pelo Regulamento Eleitoral elaborado pela Direção e aprovado em Assembleia Geral.-----  
2 - Qualquer proposta de alteração a estes Estatutos deverá ser enviada aos membros da Federação com a antecedência mínima de quinze dias em relação à data da Assembleia Geral, para o efeito convocada.-----

**ARTIGO 7º**-----  
**Assembleia Geral**-----  
(Constituição)-----  
1 - A Assembleia Geral é constituída por todos os membros no exercício dos seus direitos.-----  
2 - A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e dois Secretários.-----  
3 - O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos.-----

**ARTIGO 8º**-----  
(Competências)-----  
1 - Compete à Assembleia Geral:-----  
a) Eleger e dar posse aos Órgãos Sociais, sendo a eleição feita por maioria de votos em escrutínio secreto;-----  
b) Apreciar os atos da Direção, e os Pareceres do Conselho Fiscal, referentes a cada exercício;-----  
c) Aprovar anualmente o orçamento, o plano de atividades e o relatório de contas.-----  
d) Fixar e alterar o valor das quotas, sob proposta da Direção;-----  
e) Deliberar sobre todos os assuntos que, dentro das determinações estatutárias e legais, lhe sejam presentes;-----  
f) Constituir, modificar ou extinguir as Delegações Regionais;-----  
h) Autorizar a transferência do local da sede;-----  
i) Alterar os presentes Estatutos;-----  
j) Outorgar a qualidade de membro honorário aos associados merecedores de tal distinção.-----

2 - Competem à Mesa da Assembleia Geral as funções de Comissão Eleitoral estabelecidas no Regulamento a que se refere o Artigo 9º, além dos que lhe são conferidos por Lei ou pelos presentes Estatutos.

#### **ARTIGO 9º**

(Convocatórias)

1 - A Assembleia Geral reúne por convocatória do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou a pedido da Direção, ou do Conselho Fiscal, ou a requerimento devidamente fundamentado de mais de 30% (por cento) dos membros com direito a voto.

2 - A Assembleia Geral é convocada por via eletrónica endereçado a todos os membros com direito a voto, com pelo menos quinze dias de antecedência, salvo no caso de eleição dos Órgãos Sociais, em que esse prazo será, no mínimo, de trinta dias.

3 - Do aviso da convocatória constarão obrigatoriamente, o dia, o local e a hora da reunião, bem como a Ordem de Trabalhos, devendo constar do mesmo aviso que a Assembleia reunirá em segunda convocatória meia-hora depois.

#### **ARTIGO 10º**

(Deliberações)

1 - As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos membros presentes com direito a voto.

2 - Não poderão ser tomadas deliberações sobre matéria não constante na ordem do dia, salvo se os membros presentes concordarem com o aditamento nos termos dos Estatutos, por maioria de pelo menos, dois terços.

3 - Poderão ser tratados assuntos ou efetuados pedidos de esclarecimentos não constantes na ordem do dia, não podendo ocupar um período superior a trinta minutos.

#### **ARTIGO 11º**

(Votação)

O modo de votação terá as possibilidades a seguir enunciadas:

1 - O voto por correspondência só pode ter lugar para a eleição dos Órgãos Sociais.

2 - O voto por delegação noutro membro só é permitido mediante apresentação da respetiva credencial para o efeito.

3 - A destituição dos membros dos Órgãos Sociais é unicamente votada pelos membros presentes.

#### **ARTIGO 12º**

**Direção**

(Composição)

1 - A Direção é composta por nove elementos, sendo um o Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e cinco Vogais. O Presidente da Direção tem voto de qualidade.

2 - O Presidente da Direção será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente.

#### **ARTIGO 13º**

(Competências e vinculação)

1 - A Direção tem toda a competência e poderes de gestão permitidos por lei e necessários à execução das atividades que se enquadram nas finalidades da Federação e, designadamente, as seguintes:

a) Assegurar o cumprimento dos estatutos, das deliberações da Assembleia Geral e dos regulamentos internos da Federação;

b) Administrar os bens da Federação, dirigir e orientar a sua atividade podendo para esse efeito, contratar colaboradores, fixando as respetivas condições de trabalho e exercendo a respetiva disciplina;

c) Vender bens imóveis, constituir ónus ou garantias reais sobre quaisquer espécie de bens, fundar e participar em Sociedades e

Associações, nos termos autorizados pela Assembleia Geral e sob parecer favorável do Conselho Fiscal;-----

d) Elaborar o relatório e contas, os planos de atividades, os orçamentos anuais e outros documentos de natureza análoga que se mostrem necessários à gestão económica e financeira da Federação, zelando pela boa ordem da escrituração;-----

2 - A Federação obriga-se, pela assinatura conjunta de dois membros da Direção, assim como pela de mandatários por si constituídos, nos termos legais, para a prática de atos certos e determinados. -----

3- Nos atos de mero expediente é suficiente uma assinatura.-----

**ARTIGO 14º**-----

**Conselho Fiscal**-----

(Constituição, funcionamento e competências)-----

1 - O Conselho Fiscal é constituído por três membros: Presidente, Secretário e vogal.-----

2 - O Conselho Fiscal reúne e delibera nos mesmos termos que a Direção.

3 - Compete ao Conselho Fiscal:-----

a) Verificar as contas da Federação;-----

b) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Direção;-----

c) Dar parecer para cada caso específico nas situações de venda de bens imóveis, constituição de ónus ou garantias reais sobre quaisquer espécie de bens, assim como a fundação e participação em Sociedades e Associações.-----

**ARTIGO 15º**-----

(Alteração dos Estatutos)-----

1 - Os Estatutos da Federação só podem ser alterados por deliberação da Assembleia Geral, para esse efeito convocada, devendo o projeto das alterações ser enviado a todos os membros com a antecedência mínima de quinze dias.-----

**ARTIGO 16º**-----

(Extinção e liquidação)-----

1 - A Associação só poderá ser extinta nos termos da Lei ou por deliberação da Assembleia Geral convocada expressamente para o efeito, devendo ser aprovada por três quartos do número de votos representativos de todos os membros com direito a voto.-----

2 - À Assembleia que deliberar a dissolução, pertencerá decidir sobre o destino a dar ao património da Associação.-----

**Artigo 17º**-----

(Casos Omissos)-----

Aos casos que não estejam previstos nos presentes Estatutos, será aplicada a Lei Geral.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES COMO MEMBRO CONSELHEIRO DA AFA - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS. PROPOSTA Nº62/GAP/17.** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - ENQUADRAMENTO**-----

A Associação dos Amigos das Forças Armadas Portuguesas - AFA, pessoa coletiva n.º 514 222 220 é uma Instituição sob a forma de associação, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com personalidade jurídica própria, sujeita à legislação portuguesa.-----  
De acordo com o artigo 3.º dos Estatutos desta Associação, o objeto da AFA consiste em:-----

1. Difundir conceitos doutrinários e culturais relacionados com o desenvolvimento e o progresso das Forças Armadas de Portugal, particularmente no que diz respeito a assuntos da sua História e problemáticas atuais;-----

2. Proporcionar às entidades associadas uma atualização sobre assuntos relacionados com as Forças Armadas de Portugal; -----

3. Estimular, no âmbito das comunidades, a implantação de uma mentalidade de defesa nacional e de soberania;-----

4. Cooperar com entidades públicas e particulares na promoção de cursos, estudos, pesquisas e planeamento de interesse para as Forças Armadas de Portugal;-----

5. Manter intercâmbios com instituições nacionais ou estrangeiras congêneres, de estudos e pesquisas sobre História Militar, Geopolítica, Estratégia, Segurança, Tecnologia e assuntos conexos.---  
Esta Associação tem como missão:-----

- Implementar a convicção individual ou coletiva, da importância da Defesa Nacional para uma nação e o desenvolvimento de uma "Cidadania para a Defesa e Soberania";-----

- Proporcionar o conhecimento à Sociedade Civil da Instituição Militar, sua organização e fins;-----

- Realizar ações de intercâmbio através de "Parcerias" no âmbito da História de Portugal, e sobre a Defesa Nacional na atualidade;-----

- Divulgar - Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) - (Resolução do Conselho de Ministros 19/2013) e a Lei de Defesa Nacional e LOBOFA - (Lei 31-A/2006 e Lei Orgânica 1-A/2009);-----

- Divulgar o Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa e seu desenvolvimento;-----

- Realizar publicações e artigos de opinião no âmbito civil e militar. Através de contacto via correio eletrónico, datado de 27 de abril de 2017, veio esta Associação convidar o Município de Chaves a associar-se como Membro Conselheiro, sem que tal aceitação ocasione qualquer obrigação ao município, nomeadamente encargos financeiros ou de qualquer outra natureza, de acordo com o n.º 6 do art.º 11.º dos seu Estatutos, pedindo, unicamente, como contrapartida, a inclusão da AFA no protocolo municipal.-----

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**-----

Considerando que a adesão do Município de Chaves, como membro conselheiro da referida Associação, permitirá o estabelecimento de parcerias tendentes, designadamente, à realização de estudos museológicos centrados, especificamente, no espólio existente no Museu Militar;-----

Considerando que a adesão do Município à referida Associação não implica a assunção de encargos financeiros, nem mesmo de qualquer outra natureza, como seja a participação nos seus órgãos sociais, não sendo, por isso, este assunto submissível ao regime jurídico da atividade empresarial local;-----

Considerando que nos termos da alínea aaa), do n.º 1, do Art.º 32.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a participação do município em projetos e ações de cooperação descentralizada.-----

## **III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO**-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo municipal a seguinte proposta e procedimentos: -----

d) Que seja aprovada a adesão do Município de Chaves, como Membro Conselheiro da Associação dos Amigos das Forças Armadas Portuguesas - AFA, conforme convite expresso pela mesma, o qual se anexa à presente proposta;-----

e) Que seja dado conhecimento do teor da decisão administrativa tomada, através da emissão da competente notificação, à Associação da Forças Armadas Portuguesas.-----

Chaves, 2 de junho de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

(Arq. António Cabeleira)-----

**Anexo:** Carta Convite e Estatutos da AFA -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **4. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 123º, 1 E 3 DO DECRETO LEI N.º 25/2017, DE 03 DE MARÇO. PROPOSTA N.º 64 /GAP/2017. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

##### **1 - JUSTIFICAÇÃO -----**

**1.** O Município de Chaves é acionista da empresa "EHATB-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.", sociedade anónima, com sede na Vila de Ribeira de Pena, com o capital social de 900.000,00€, representado por cento e oitenta mil ações nominativas, no valor nominal de cinco euros cada uma, nela detendo o Município uma participação social, idêntica a cada um dos restantes cinco municípios acionistas, constituída por trinta mil ações. -----

**2.** A EHATB, EIM, SA, é uma empresa local intermunicipal de promoção do desenvolvimento regional e local prevista no artigo 48º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local. -----

**3.** Através de ofício com o registo de entrada nos serviços administrativos competentes desta Autarquia, sob o n.º4083/17, de 24/05/17, vem a referida empresa solicitar autorização à Câmara Municipal, para proceder a contratação de pessoal, muito concretamente, um Técnico Superior Licenciado em Direito, um Técnico Superior Licenciado em Engenharia Agronómica e um Administrativo, nos termos dos números 1 e 3, do artigo 123º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 03 de março<sup>2</sup>. -----

**4.** A EHATB, EIM, SA, na referida comunicação, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta, justifica tal contratação, com a evolução da atividade da empresa, e das novas questões que se lhe colocam, nomeadamente nas áreas jurídicas e nas atividades de desenvolvimento local e regional no âmbito do desenvolvimento rural, na dinamização do empreendedorismo e na promoção dos produtos locais, assim como na área do apoio administrativo aos serviços da empresa. -----

##### **2 - PROPOSTA -----**

---

<sup>2</sup> Compete ao Órgão Executivo dos Municípios acionistas, autorizar a contratação de trabalhadores. -----



Nesta conformidade, propõe-se ao Órgão Executivo Municipal, abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 123.º do DL n.º 25/2017, de 03 de março: -----

**a)** A autorização para a contratação de três trabalhadores, muito concretamente, um Técnico Superior Licenciado, em Direito, um Técnico Superior Licenciado, em Engenharia Agronómica e um Administrativo, de acordo com as necessidades evidenciadas pela empresa "EHATB, EIM, SA";

**b)** A comunicação a esta empresa da deliberação tomada com a remessa da fotocópia da respetiva ata. -----

Chaves, 05 de junho de 2017. -----

O Presidente da Câmara -----

Arq. António Cabeleira -----

**Em Anexo:** -----

- Ofício 862/2017, da EHATB, do dia 23/05/2017. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo referido que, não colocando em causa o mérito da contratação de pessoal, em apreciação, por parte da empresa "EHATB, EIM, SA", dever-se-á, no entanto, questionar o mérito da contratação de um técnico, na área da Engenharia Agronómica, tendo mais que o núcleo principal de intervenção da empresa é a produção de energia.-- Fora da área de produção de energia, a empresa comporta-se como uma empresa financeira, ou seja, uma empresa que financia a atividade das Autarquias Locais que a integram. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - O âmbito de intervenção da empresa é mais vasto do que a produção de energia, estando a mesma, estatutariamente, voltada para a promoção do desenvolvimento local. -----

2 - Daí se justificar a contratação de técnicos superiores, nas áreas descritas na proposta, em apreciação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **5. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES À REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL. PROPOSTA 65/GAP/17 -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

### **I - Enquadramento -----**

A Associação Rotary Club de Chaves (ARCC) é uma associação sem fins lucrativos com filiação na organização não governamental designada por Rotary International, que prossegue e defende na sua área territorial os princípios e objetivos desta ONG, que se traduzem na promoção da paz e compreensão mundial, na promoção da inclusão e formação das populações, na preservação da sua história, cultura e identidade e do ambiente e ainda na prática de ações de solidariedade para com os mais carenciados, sem prejuízo de muitas outras iniciativas.-----

Esta Associação através do Centro de Estudos Judaicos do Alto Tâmega (CEJAT) tem como objetivos o estudo e investigação da presença judaica no território dos Municípios do Alto Tâmega, designadamente em Chaves, onde comprovadamente existiram comunidades de relevante interesse histórico e cultural que merecem maior destaque como fator de promoção cultural, de identidade e promoção do território municipal.-----

Através da Proposta n.º 32/GAP/17, datada de 07.03.2017 foi aprovada, em reunião do executivo municipal de 17 de março de 2017, uma minuta de Protocolo a celebrar entre o Município de Chaves e a Associação Rotary Clube de Chaves, o qual foi assinado a 18 de março de 2017, aquando da realização do I Simpósio sobre o judaísmo em Trás-os-Montes, em Chaves.-----

No âmbito do referido Protocolo, e em defesa do interesse da região, uma das finalidades do CEJAT é coadjuvar o Município de Chaves junto da Rede de Judiarias de Portugal, na medida em que por este lhe vier a ser solicitado. -----

No entanto, por razões de natureza estatutária não pode a ARCC nem a entidade patrocinada - CEJAT, ser admitidos como membros da Rede de Judiarias de Portugal, que apenas admite entidades de natureza pública administrativa ficando, por isso, em causa, a materialização do Protocolo de colaboração estabelecido entre ambas as instituições.---

Neste pressuposto, a fim de se dar concretização à cooperação estabelecida entre o Município de Chaves e a Associação Rotary Club de Chaves, torna-se fundamental que o Município de Chaves se torne associado da Rede de Judiarias de Portugal, devendo para o efeito solicitar formalmente a sua adesão.-----

A Rede de Judiarias de Portugal, fundada em dezassete de março de 2011 pretende conjugar a valorização histórica e patrimonial com a promoção turística, ação que ajudará igualmente a descobrir uma forte componente da identidade portuguesa e peninsular.-----

## **II - Fundamentação** -----

Considerando que o Município de Chaves reconhece manifesto interesse na operacionalização do Projeto, em parceria com a Associação Rotary Club de Chaves, Centro de Estudos Judaicos do Alto Tâmega (CEJAT), atendendo a que:-----

1. A ancestralidade da presença judaica no concelho de Chaves pode recuar ao tempo em que Aquae Flaviae era um próspero município romano. Em 1986 o professor israelita, Abraham D'Israely, do Centro de Arqueologia Portus Hannibalis, datou uma inscrição existente numa casa da Pastoria como sendo do século II d. C., que a confirmar-se vem revolucionar as provas existentes sobre a presença judaica na Península Ibérica e em Portugal. No entanto, o apogeu da presença judaica na região aconteceria entre o final do séc. XIII e o do séc. XV, levando a cidade a tornar-se uma referência para a História da Cultura em Portugal;-----

2. Aqui existiu uma célebre escola de estudo das escrituras, o genesim, fazendo de Chaves um centro de irradiação de cultura, pelo menos a nível regional; esta escola hebraica teria sido a primeira escola, pelo menos confessional, a existir na velha urbe;-----

3. Na área geográfica do atual concelho de Chaves existiram mais duas comunas judaicas, a de Monforte de Rio Livre, que à data era concelho autónomo, e a de Castanheira de Rio Livre. A região flaviense é, por ventura, o único concelho na fronteira terrestre que possuiu três comunas judaicas; -----

4. Foi em Chaves que os judeus imprimiram os dois primeiros livros, em caracteres de Gutenberg, em Língua Portuguesa. Em 1488 o Sacramental e no ano seguinte o Tratado de Confissom;-----

5. O antigo bairro judeu na, então, vila de Chaves terá coincidido com parte do atual centro histórico, nomeadamente entre os postigos das Manas e o das Caldas, englobando as atuais ruas General Sousa Machado, Luís Pires Viacos e Rua do Poço;-----

6. A importância económica e cultural da comunidade judaica flaviense está bem patente tanto na existência da Escola Hebraica para

estudo das sagradas escrituras, pela qual pagavam 3 000 réis, e pela judiaria pela qual pagavam de renda 31 000 réis. Se os impostos pagos forem sinal da importância das comunidades judaicas, então a de Chaves era a mais importante de Trás-os-Montes e uma das mais importantes do reino; enquanto que a de Castanheira de Rio Livre pagava pelo "serviço velho e novo" 2 816 réis e 4 ceitis;-----

7. Não são conhecidos conflitos, embora possam ter existido, entre a minoria judaica e a maioria cristã. As relações de amizade, culturais e de trabalho são uma das marcas entre os flavienses quaisquer que fosse o credo seguido;-----

8. As religiões - Cristianismo e Judaísmo - tornaram-se uma marca de desenvolvimento da vila flaviense, com estreitas ligações às comunidades judaicas galegas de Verin e Orense; -----

9. A Rede de Judiarias de Portugal (associação de carácter público, mas de direito privado) tem por objetivo principal "a realização de interesses específicos, comuns aos membros que a integram com vista a uma atuação conjunta na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica...", conforme o artigo 1.º dos seus estatutos;-----

10. A Associação Rotary Clube de Chaves, através do Centro de Estudos Judaicos do Alto Tâmega (CEJAT), é parceira desse projeto global com um projeto local, com os objetivos seguintes: de promover a investigação da presença Judaica no Alto Tâmega; sinalizar as judiarias de Chaves e Monforte de Rio Livre; apoiar e divulgar a publicação de trabalhos de investigação; criar um Centro Interpretativo da Cultura Judaica; fundar em Chaves um museu da cultura judaica; ser um interlocutor válido junto da Rede Nacional de Judiarias de Portugal com sede em Belmonte; propor à edilidade um conjunto de ações/trabalhos no sentido de dinamizar a zona histórica de Chaves, com particular ênfase na "Rua da Judiaria", intervindo, sobretudo, ao nível da toponímia, atribuindo nomes que estejam ligados à presença judaica na velha urbe.-----

11. No âmbito dos trabalhos em curso pelos membros do CEJAT destacamos a título informativo:-----

- Na investigação da temática judaico/cristã-nova, dezenas de artigos publicados, em jornais e revistas, por Jorge Alves Ferreira;-----

- No âmbito literário, o romance histórico "Demónios por Sefarad" de Ernesto Salgado Areias que coloca Chaves e a judiaria no centro da literatura;-----

- Na pintura, destacamos um quadro de Carneiro Rodrigues que versa sobre a publicação dos dois primeiros livros, em Língua Portuguesa, pelos judeus em Chaves. -----

Considerando que a adesão à Rede de Judiarias de Portugal pressupõe o pagamento de uma quota anual no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros);-----

Considerando as atribuições dos municípios em matéria de património, cultura e promoção do desenvolvimento, com enquadramento nas alíneas e) e m), do n.º 2, do artigo 23º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----

Considerando que a participação dos municípios em associações de direito privado está prevista na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, como resulta do artigo 59º desse diploma;-----

Considerando ainda que nos termos da alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º e da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal pronunciar-se e deliberar sobre a matéria em análise.-----

**II - Proposta em Sentido Estrito-----**

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que seja autorizada a adesão do Município de Chaves à Rede de Judiarias de Portugal, com sede em Belmonte, a fim de se viabilizar a concretização do protocolo estabelecido com a Associação Rotary Club de Chaves;-----

b) Que caso mereça aprovação no mencionado órgão autárquico, este assunto seja agendado para a próxima sessão de Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 1 e alíneas k), do n.º 2, ambas do artigo 25º, e alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33º, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

c) Que, em caso de aprovação por ambos os órgãos autárquicos, sejam encetados todos os procedimentos necessários à adesão do Município de Chaves, à Rede de Judiarias de Portugal;-----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através da rubrica 060203050399. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão de Gestão Financeira.-----  
Chaves, 2 de junho de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal,-----  
(Arq. António Cabeleira)-----

**Anexos:** Protocolo entre o Município de Chaves e a Associação Rotary Club -----

Estatutos da Rede de judiarias de Portugal-----

Documento contabilístico da DGF -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**6. PROPOSTA DE CONDECORAÇÃO A JOSÉ LEONARDO NUNES ALVES SOUSA JARDIM. PROPOSTA Nº68/GAP/17. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Exposição-----**

De acordo com o Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais, aprovado em reunião ordinária de Assembleia Municipal de vinte e oito de Abril de 1992, as medalhas municipais destinam-se a distinguir pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que se notabilizem pelos seus méritos pessoais ou feito cívicos e ainda funcionários do Município, pelo desempenho das suas funções.-----

Ainda nos termos do aludido regulamento, artigo 2º, "as medalhas municipais são cinco, assim designadas: de Honra, de Mérito, de Valor e Altruísmo, de Bons Serviços, de Dedicção".-----

Neste contexto, a medalha Municipal de **Mérito** destina-se a distinguir as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos atos advenham assinaláveis benefícios para o Município, quer pela divulgação dos seus valores, quer pelo superior exercício de funções autárquicas, quer por se haverem notabilizado em qualquer ramo das ciências, da cultura, desporto ou no exercício de qualquer outra atividade". -----

**II - Da Proposta-----**

De acordo com o consignado no Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais do Município de Chaves, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal, que oportunamente, seja concedida, nos termos do supra citado Regulamento das Condecorações Municipais, a **MEDALHA DE**

**MÉRITO GRAU PRATA**, a José Leonardo Nunes Alves Sousa Jardim, pelo reconhecimento nacional e internacional que resultou da dedicação, inteligência e profissionalismo em prol da dinamização e valorização da prática desportiva, nomeadamente como treinador de futebol.-----  
 A história desportiva do concelho de Chaves, num passado recente, contou com a participação ativa do ilustre cidadão madeirense Leonardo Jardim, como timoneiro da equipa principal do Grupo Desportivo de Chaves, na época desportiva 2008/2009, conquistando o feito histórico da ascensão do Clube à liga Profissional de Futebol, iniciando assim uma carreira de sucesso, enquanto treinador de futebol profissional, devidamente reconhecida pela imprensa desportiva, nacional e internacional, da especialidade.-----  
 Leonardo Jardim nasceu na Venezuela, filho de emigrantes portugueses que se instalaram no país, e se restabeleceram na ilha da Madeira quando ainda era muito jovem. Em 2001, aos 27 anos de idade, iniciou a sua carreira profissional como treinador principal na Associação Desportiva da Camacha, cargo que exerceu durante cinco épocas.-----  
 Em consequência do bom trabalho desenvolvido na Camacha, foi convidado para treinar o Grupo Desportivo de Chaves em meados de 2007/2008, liderando o clube à promoção para a Liga de Honra.-----  
 No verão de 2009, chega ao comando técnico do S.C Beira-Mar e consegue atingir outra promoção, desta vez à Primeira Liga Portuguesa. -----  
 Em maio de 2011, Jardim substitui Domingos Paciência no comando do S. C. Braga, uma ligação que durou apenas uma época. -----  
 A 5 de junho de 2012 Jardim celebrou um contrato de dois anos com o clube grego Olympiacos. -----  
 Na época 2013/2014, juntou-se ao Sporting Clube de Portugal como treinador da equipa por duas temporadas. Levou o elenco à segunda posição na Liga portuguesa. -----  
 Em 8 de junho de 2014 foi apresentado como treinador do AS Mónaco, por duas temporadas.-----  
 Leonardo Jardim foi eleito treinador do ano em França, em 2017, na gala anual do Sindicato dos Jogadores.-----  
 Os sucessos alcançados em vários projetos são a expressão maior do esforço, dedicação e empenho, considerados feitos notáveis que honram e orgulham os flavienses, por Chaves também ter sido parte integrante neste projeto profissional de sucesso.-----  
 Paços do Concelho de Chaves, 05 de junho de 2017-----  
 O Presidente da Câmara Municipal-----  
 (Arqº António Cabeleira)-----

**A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro.** -----

**Apuramento da Votação:** -----

Votos a Favor - 7 -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### 3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

## 4. FREGUESIAS

## II

## DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

## 1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE INUNDAÇÃO NELSON FILIPE RAMOS RUA. INF. 101/DAF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

## I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 2431, datado do pretérito dia 23/03/2017, Nelson Filipe Ramos Rua veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos em material existente numa garagem privada, na sequência de uma rotura no sistema predial. -----

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, o seguinte, a saber: -----

"(...) vem junto de V. Exa. reclamar de uma rotura de água com origem num tubo que rebentou conforme consta do relatório e fotografia, efectuados pelo piquet da Câmara Municipal e que inundou a garagem. Da referida ocorrência, danificaram-se diversos bens nomeadamente: roupas, frigorífico, arca, móveis, aspirador, perfazendo um prejuízo total de 1.100,00. -----

Sendo que a referida ocorrência é da responsabilidade da Câmara, aguardo que assumam os referidos prejuízos e o pagamento do valor indicado." -----

3. Na sequência do retromencionado pedido, a Divisão de Águas e Resíduos produziu, no dia 11/05/2017, a Informação n.º 107/DAR/2017, tendo concluído o seguinte, a saber: -----

"Face ao relato e após consulta ao setor de roturas da DAR, confirma-se que no passado dia 18 de fevereiro, sábado, a equipa escalada para serviço de piquete, nesse dia, procedeu à reparação de um ramal de água na propriedade reclamante; -----

De acordo com a informação dos serviços a rotura deu-se no ramal de alimentação do contador da habitação do reclamante no interior da sua propriedade, mais propriamente num joelho antes do contador; -----

Como consequência da rotura aliada ao facto da habitação se encontrar desabitada deu origem que o R/C da habitação se inundasse, o que terá provocado os danos reclamados. (...) " -----

4. É, pois, partindo de tais factos, que deverá ser revisitado o despacho praticado pelo Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, no sentido de ser emitida informação técnico-jurídica, sobre a legitimidade do pedido formulado pelo peticionário.

5. Assim, cumpre-me informar, sobre a presente matéria, o seguinte:

## II - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;--

b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; --

c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1, do art. 8.º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483.º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".

5. Por sua vez, o artigo 9.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10.º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados na sequência de uma rotura num tubo de água. -----

10. Sobre esta matéria importa, desde logo, rever a Informação n.º 107/DAR/2017, produzida pela Divisão de Águas e Resíduos no 11 de maio, e na qual se concluiu, expressamente, o seguinte, a saber: ---

"(...)a rotura deu-se no ramal de alimentação do contador da habitação do reclamante no interior da sua propriedade, mais propriamente num joelho antes do contador" -----

11. Resulta, portanto, evidente que, no caso individual e concreto, a rotura se deu num ramal de alimentação instalado dentro da propriedade do peticionário. -----

12. Ora, conforme resulta do n.º 2, do artigo 41.º, do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, em vigor no Concelho de Chaves, as redes de distribuição predial de abastecimento de água têm início no limite de propriedade e prolongam-se até aos dispositivos de utilização. -----

13. Por sua vez, o n.º 3, da retromencionada disposição regulamentar, dispõe, de forma expressa, que "a instalação dos sistemas prediais e

a respetiva conservação<sup>3</sup> em boas condições de funcionamento e salubridade é da responsabilidade do proprietário". -----

14. Nos termos do disposto no n.º 4, da mesma norma, a responsabilidade pela colocação e manutenção do contador de água e das válvulas a montante e a jusante do mesmo, é da Entidade Gestora. ---

15. Contudo, a rotura teve lugar no ramal de ligação, muito concretamente, num joelho antes do contador, não se confundindo, portanto, com este último, nem com as válvulas referidas no retrocitado n.º 4, do artigo 41º, do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, em vigor no Concelho de Chaves

16. Sendo certo que, como se viu, o joelho, em causa, encontra-se dentro da propriedade do requerente, pelo que a responsabilidade pela respetiva manutenção pertence ao peticionário e não ao Município de Chaves. -----

17. Neste contexto, não competindo ao Município a obrigação pela manutenção do "joelho", em causa, não vislumbramos de que forma os danos provocados por uma rotura no mesmo, possam ser imputados ao Município. -----

18. E ainda que assim não fosse, o que só admitimos por mera hipótese de raciocínio, a verdade é que o peticionário não faz prova do valor dos danos invocados, ou seja, não apresenta qualquer documento que comprove que o valor dos bens danificados ascenda ao montante de 1.100,00€. -----

19. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, considerando, desde logo, a conclusão inequívoca manifestada na Informação produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

### III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na intenção de indeferimento da pretensão formulada pelo requerente, uma vez que não decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento da referida indemnização; -----

b) No estrito cumprimento do disposto no art. 121º, do Código do Procedimento Administrativo, dever-se-á conceder ao peticionário o prazo de dez dias úteis para, querendo, vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Dr. Paulo Alves. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 23 de maio de 2017 -----

O Técnico Superior Jurista -----

---

<sup>3</sup> O sublinhado é nosso. -----



(Dr. Marcos Barroco) -----  
 Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----  
**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 25/05/2017** -----  
 Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a reunião do órgão executivo camarário em vista à adoção de decisão consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão apresentada pelo requerente de acordo com os fundamentos exarados nesta informação. A consideração superior. -----  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-05-26** -----  
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017/05/29.** -----  
 À reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. INFORMAÇÃO Nº. 104/DAF/17.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Dos Factos** -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Maria José Branco dos Santos, sob o n.º 89250, veio a ser solicitado, a autorização do pagamento em prestações de uma dívida referente a faturas emitidas a título de consumos de água que não foram pagas. -----

2. A requerente invoca que não cumpriu o plano de pagamento das prestações dentro do prazo estipulado, autorizado por deliberação do órgão executivo de 05/02/2016, alegando motivos de saúde do seu marido, que a obrigou estar ausente da cidade de Chaves, para acompanhar o seu marido no IPO do Porto. -----

3. Mais invoca, a falta de condições económicas, para pagamento, de uma só vez, da dívida contraída, uma vez que se encontra a receber RSI (Rendimento Social de Inserção), fazendo parte do agregado familiar, o marido, que se encontra desempregado e doente, dois filhos e dois netos menores. O filho é menor e estudante, a filha encontra-se desempregada. -----

4. A fragilidade económica, do respetivo agregado familiar já tinha sido avaliado anteriormente pelo identificado Serviço de Ação Social da Autarquia, tendo-lhe sido autorizado o pagamento da dívida exequenda em 36 prestações mensais. -----

**II - Do Enquadramento Legal** -----

1. No caso individual e concreto em apreciação, encontrando-se a dívida em causa em processo executivo, de facto é possível requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento, desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º5, do art.196.º do CPPT. -----

2. Sobre o assunto, com o Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em vigor neste Município, passou a ser possível, mediante requerimento prévio, a liquidação, em prestações da dívida

acumulada em processo de execução fiscal a consumidores de água que demonstrem a existência de uma situação económica difícil e imprevisível. -----

3. Neste sentido, a alín. 3.2, do n.º3, do aludido Regulamento, determina um regime excecional para as situações que se passam a expor:

" A autorização do pagamento em prestações de importâncias inferiores ao valor de Uma Unidade de Conta, fica condicionada à prévia autorização pelo órgão executivo mediante a apresentação de meios de prova que corroborem a efectiva carência económica, levando em linha de conta os sinais exteriores de riqueza e comprovada pela existência de um rendimento per capita igual ou inferior a 60% da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), sempre que o executado não seja responsável pela situação de insuficiência ou carência económica". Ora, a respetiva, fragilidade económica da requerente, foi objeto de análise pelos serviços internos desta Autarquia - Setor de Habitação Social - conforme o teor da Informação/Proposta n.º14/SHSDPC N.º05 - 2016, da Divisão de Recursos Humanos, tendo sido autorizado à executada o pagamento em prestações da dívida exequenda pelo período de 36 (trinta e seis meses), face à limitada capacidade financeira apresentada. -----

4. Porém, uma vez aprovado o pedido de pagamento em prestações, pelo executivo municipal, a executada não cumpriu com o plano de pagamento de prestações acordado. -----

5. Sobre a falta do pagamento de prestações, por força das disposições combinadas e previstas, respectivamente, no n.º1, n.º4, do art.200.º e n.º5, do art.198.º, do C.P.P.T, respectivamente, nos casos de dispensa de garantia, a falta de pagamento de uma única prestação importa o vencimento imediato das seguintes, prosseguindo o processo de execução fiscal os seus termos. -----

6. Assim, no caso em apreciação, constata-se que a executada não prestou garantia, logo o incumprimento de uma única prestação implica a perda do direito ao pagamento em prestações, com vencimento imediato das restantes e com a consequente exigência imediata das mesmas no processo de execução fiscal. -----

7. Porém, a requerente, invocou, inequivocamente, que não cumpriu com o plano de pagamento das prestações inicialmente estipulado por motivos de saúde do seu cônjuge, que a obrigou estar ausente da cidade de Chaves, precisamente, para o acompanhamento necessário e inadiável do seu marido no IPO do Porto, alegando de seguida que também, ela é doente oncológica, estando submetida a tratamentos de quimioterapia.

8. Atendendo que os serviços de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos são qualificados pela lei como serviços públicos essenciais, estando por isso sujeito a um especial regime de garantias para os seus utentes. -----

9. A comunidade internacional, com a participação do estado português, declarou o acesso à água e ao saneamento como direitos humanos, desde logo porque está em causa o fornecimento de um "bem essencial à vida" e nesse sentido a Constituição da República Portuguesa assegura um conjunto de direitos que visam a protecção de uma vida com as necessárias condições humanas, de saúde e de qualidade ambiental - art.64.º, 65.º e 66.º <sup>4</sup>. -----

---

<sup>4</sup> Quanto à acessibilidade económica, diga-se que todos devem aceder à água e ao saneamento a um preço aceitável, que não comprometa a capacidade de pagar outros bens e serviços essenciais garantidos por direitos humanos, como a alimentação, habitação e saúde. -----

10. No entanto, não significa que o abastecimento de água tenha de ser gratuito, até porque nos tempos que correm, os recursos hídricos são considerados, cada vez mais, um bem escasso. -----

11. Por todo o exposto, resta concluir, que fazendo fé nos argumentos da requerente, bem assim analisados os elementos instrutórios constantes do correspondente processo, os mesmos são elucidativos da fragilidade económica e familiar da requerente, porquanto entendemos a título excecional, reativar o plano inicial do pagamento em prestações, até ao máximo de 36 prestações, nos seguintes termos<sup>5</sup>:

N.º de Prestação	Montante	Data de Vencimento
3	€ 17.54	30/06/2017
4	€ 17.54	30/07/2017
5	€ 17.54	30/08/2017
6	€ 17.54	30/09/2017
7	€ 17.54	30/10/2017
8	€ 17.54	30/11/2017
9	€ 17.54	30/12/2017
10	€ 17.54	30/01/2018
11	€ 17.54	30/02/2018
12	€ 17.54	30/03/2018
13	€ 17.54	30/04/2018
14	€ 17.54	30/05/2018
15	€ 17.54	30/06/2018
16	€ 17.54	30/07/2018
17	€ 17.54	30/08/2018
18	€ 17.46	30/09/2018

### III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Numa primeira fase, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião do órgão executivo camarário, em vista a ser adotada decisão consubstanciada no deferimento do pagamento do valor da dívida que se encontra em fase de cobrança coerciva, leia-se, execução fiscal, em prestações, de acordo com o quadro constante do capítulo anterior, da presente informação, com base nas razões anteriormente expostas;

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196º, do CPPT; -----

c) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPTT, a requerente está dispensada de prestar garantia; -----

d) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

---

<sup>5</sup> Verifica-se que a requerente procedeu ao pagamento de 2 (duas) prestações do plano inicial pelo que as mesmas não devem ser contabilizadas no presente. -----

f) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Dr. Paulo Alves. -----

À consideração superior. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

Chaves, 24 de maio de 2017. -----

A Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz, Dra.) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 26-05-2017** -----

Visto. Concorde com a presente informação. À reunião do órgão executivo em vista à adoção de decisão nos termos e de acordo com os fundamentos exarados nesta informação. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/06/05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL DA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DR PAULO ALVES DE 2017-06-05.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### 3. **FERNANDO MELO SANTOS. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS EM VIATURA E PROVOCADOS POR ANIMAIS ERRANTES; INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 105/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - Dos Factos** -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 3274, datado do pretérito dia 26/04/2017, Fernando Melo Santos vem pedir que a Câmara Municipal de Chaves assuma o pagamento das despesas relativas aos prejuízos sofridos na viatura Nissan Qashqai, com a matrícula 72-OQ-05, e provocados por animais errantes. -----

2. Para o efeito invoca o seguinte: -----

"(...) No dia 18 de abril de 2017 após chegar junto do meu carro, constatei que estava danificado no para-choque. Encontrando-se ainda 3 cães (branco/beije/preto) junto ao mesmo. Com a minha aproximação afastaram-se muito lentamente, sempre com um olhar atento e um rosnar constante. Chamei a Polícia ao local, constatou os factos. A minha vizinha veio a janela e informou-me do ataque dos cães ao meu carro. Diz ter atirado com um copo de água para os afastar. -----

Não é seguro andar na rua com estes cães a solta, a minha filha e até a minha mulher já se sentiram ameaçadas, sendo impossibilitadas de sair do prédio sobre ameaça destes cães. -----

Os danos no meu carro provocados por eles são avultados e venho pedir responsabilidade a Camara Municipal de Chaves." -----

3. O requerente juntou registo fotográfico dos danos provocados no veículo, em causa, participação elaborada pela PSP, no dia 26/01/2017, orçamento produzido pela empresa Lage & Lage, Lda, no montante correspondente a 880.80€, bem como participação elaborada pela PSP, no dia 18/04/2017. -----

4. Sendo certo que a participação elaborada pela PSP contém a seguinte informação, a saber: -----

"No local, o Sr. Fernando Santos, na qualidade de proprietário do veículo referido, informou-nos que momentos antes, junto ao bloco onde reside, três canídeos, causaram danos (furaram com os caninos) no para-choques da frente da sua viatura aquando devidamente estacionada. Mais disse o Sr. Fernando que os três canídeos, de grande porte, raça indefinida, vadios, de cor branco, preto e amarelo, têm por ali permanecido, causando danos em viaturas, rosnam aos residentes e causam transtorno com os seus latidos durante a noite." -----

5. Na sequência do requerimento apresentado pela petionária, o Gabinete de Fiscalização Sanitária produziu, no dia 04/05/2017, a Informação n.º 25/2017, informando o seguinte: -----

"No seguimento da queixa com o registo 3274 de 26/04/2017 e participação da P.S.P NPP. 179057/207 na qual o senhor Fernando Melo Santos faz referência aos estragos na sua viatura informo: -----  
Que no dia 8 de Maio pelas 7 horas irei com o senhor Banha tentar capturar os cães." -----

6. Neste enfoque, é no âmbito dos factos acima revisitados que deverá ser contextualizado o despacho do Vereador responsável, Sr. João Neves, datado de 2017/05/04, no sentido de esclarecer se a pretensão formulada pela ora petionária poderá ter acolhimento por parte desta Autarquia. -----

7. É, pois, na sequência deste pedido de parecer que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

## **II - Da legitimidade do interessado e da competência do Município--**

1. A requerente dispõe de legitimidade para iniciar o procedimento de pedido de indemnização, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 68º, do CPA, enquanto titular dos interesse e direitos aparentemente lesados, sem prejuízo de factos supervenientes que venham a ser descortinados no âmbito do presente procedimento. -----

2. Nos termos do disposto na Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, pode ser imputada responsabilidade civil extracontratual ao Município, por danos decorrentes do exercício das suas funções administrativas, pelo que o Município é a entidade competente em razão de matéria e territorialidade. -----

## **III - Do Direito -----**

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- d) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;-
- e) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;--
- f) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----

- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano.-----
- 4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----
- 5. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----
- 6. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----
- 7. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----  
Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----
- 8. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados por cães errantes. -----
- 9. Contudo, o mesmo não apresenta qualquer prova de que os danos tenham sido, efetivamente, provocados por canídeos errantes.-----
- 10. Tal como não apresenta provas que sustentem que os animais por ele indicados, sejam, de facto, vadios e que não pertençam a outrem residente no local onde ocorreu o incidente ou, mesmo, em outro local.
- 11. E tal questão assume particular relevância, na medida em que, por força do n.º 1, do artigo 493º, do Código Civil, a responsabilidade pelos danos causados por animais recai sobre os respetivos detentores.
- 12. É que, na verdade, o facto dos animais se encontrarem sem trela, a vaguar na via pública, não significa, só por si, que não tenham detentor. -----
- 13. Sendo certo que, e de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa. -----
- 14. Assim, não basta apresentar um orçamento e registo fotográfico dos danos sofridos. -----
- 15. Tal como não basta apresentar uma participação elaborada pela PSP que se limita a descrever o que foi transmitido, no local, pelo peticionário. -----
- 16. Ora, não fazendo tal prova, com elementos de suporte, não nos parece, salvo melhor opinião, que esta Autarquia Local deva assumir o pagamento de qualquer indemnização para ressarcir os mesmos. -----
- 17. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

### III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

- a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia a título de responsabilidade extracontratual; -----
- b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----
- c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----
- d) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Sr. João Neves. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 30 de maio de 2017. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2017.06.02** -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à adoção de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão apresentada pelo requerente, nos termos e de acordo com os fundamentos exarados nesta informação. À consideração superior. ----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-06-05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.06.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### III

#### DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

#### ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

#### 1. COMPARTICIPAÇÃO DE PASSE 4\_18 DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA - ANO LETIVO 2016/2017. INFORMAÇÃO Nº61/SE Nº36/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através da Informação nº 126/SE Nº42/2016, de 08 de agosto, presente na reunião de Câmara de 19 de agosto de 2016, foram aprovadas as "Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que frequentam a

escolaridade obrigatória e que, no âmbito do passe 4\_18, utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2), para o ano letivo 2016/2017 e que passo novamente a expor: -----

A) Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que no âmbito do passe 4\_18 utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)

1- Comparticipação a 100% (do valor 9,60€) - Alunos com o escalão A;

- Comparticipação a 50% (do valor 18,00€) - Alunos com o escalão B ou escalão social + (alunos com rendimentos reduzidos); -----

- Não atribuição de comparticipação - Alunos sem escalão. -----

2- Este apoio destina-se a todos os alunos que frequentam a Escolaridade obrigatória e que não se encontram abrangidos pelo transporte escolar previsto no Decreto - Lei nº 299/84, de 05 de setembro. -----

3- Os interessados deverão adquirir os passes nos escritórios da Auto Viação do Tâmega, Lda, e preencher a ficha de pedido de comparticipação no Centro Cultural - setor de transportes escolares - devendo acompanhar o referido pedido com a apresentação do passe 4\_18 adquirido; -----

4- O reembolso das referidas comparticipações será efetuado no final de cada período, dezembro, abril e junho, mediante a apresentação dos respetivos comprovativos de despesa nos serviços de contabilidade do Município; -----

5- Será garantida a presença de um ou dois vigilantes (de acordo com o número de crianças que frequentam o Centro Escolar e que venham a utilizar esta modalidade) na Linha 1 dos Transportes Urbanos de Chaves (Abobeira II - Centro de F. Profissional / Centro F. Profissional - Abobeira II), no horário das 8h.30, partida para o Centro Escolar, e no horário das 17h.30, saída do Centro Escolar, sendo o encargo com os respetivos passes dos vigilantes, a suportar pelo Município de Chaves. -----

Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 19 de agosto de 2016, após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o presente ano letivo, procede-se à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, ser atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso. -----

Considerando que no âmbito do passe 4\_18, dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, deu entrada, no Município de Chaves, mais um pedido de comparticipação financeira, de acordo com a seguinte tabela: -----

Nome EE	NIF	Nome Aluno	Esc
Sandra Soraia Carvalho Infante	252613201	Ana Isabel Carvalho Esperança	A

Assim e de acordo com a tabela em anexo, o valor total previsto com este encargo, para o ano letivo 2016/2017, é de 19,20€\*, devendo a referida encarregada de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem, como, do respetivo compromisso, em cumprimento com o LCPA; -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

À consideração superior. -----



Chaves, 26 de maio de 2017 -----  
 A Técnica Superior -----  
 Dra. Lídia Pinto -----  
 Em anexo: Mapa com o valor do respetivo encargo. -----  
 \*O encargo assumido pelo Município, até à presente data e referente  
 ao Passe 4<sup>o</sup> 18, ano letivo 2016/2017, passa a ser de 5.030,20€. -----  
**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG.  
 CARLOS FRANÇA DE 2017.05.26** -----  
 Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr.  
 Marcelo Delgado. -----  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO  
 DELGADO, DE 2017-06-05** -----  
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e  
 regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO  
 CABELEIRA DE 2017.06.06.** -----  
 À reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar  
 com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor  
 da mesma. Notifique-se. -----

**2. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO  
 ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º146/SHSDPC/N.º53/2017.** -----  
 Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui  
 se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que  
 se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----  
**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA  
 DE 2017.05.23** -----  
 Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e  
 regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de  
 Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO  
 DELGADO, DE 2017-05-31** -----  
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e  
 regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO  
 CABELEIRA DE 2017.05.31.** -----  
 Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar  
 com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor  
 da mesma. Notifique-se. -----

**3. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO  
 ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º150/SHSDPC/N.º54/2017.** -----  
 Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui  
 se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que  
 se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----  
**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA  
 DE 2017.05.25** -----  
 Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e  
 regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de  
 Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO  
 DELGADO, DE 2017-05-31** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.05.31.** -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º151/SHSDPC/N.º55/2017.** -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.05.23**-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-05-31** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.05.31.** -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**5. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. LILIANA RAQUEL SANTOS ROSÁRIO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º153/SHSDPC/N.º57/2017.** -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.05.25**-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-06-02** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.02.** -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**6. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º154/SHSDPC/N.º58/2017.** -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.05.31**-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-06-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.06.** -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **7. FOTOGRAFA 2017. INFORMAÇÃO Nº65/ANO 2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **I - Enquadramento** -----

A Fotografia Urbana ou de Rua (street photography) é um género de fotografia que tenta captar situações do quotidiano em lugares públicos, tais como ruas, parques, jardins, estações, centros comerciais, entre outros locais das cidades. -----

Em 2015, esta foi a proposta vencedora do Orçamento Participativo 2015, tendo sido um sucesso e uma mais valia para o concelho; em 2016 realizou-se a 2ª edição nos dias 9 e 10 de julho e no presente ano; com a realização da 3ª edição, dias 8 e 9 de julho, o Município de Chaves e o Chaves Intemporal, pretendem dar continuidade à sua dinamização, tendo como visão a internacionalização deste evento fotográfico, procurando atrair participantes residentes e não residentes no concelho e que o mesmo seja reconhecido como um concurso de referência no norte de Portugal e da Galiza. -----

A promoção e divulgação da região, motivar a população a participar, captar novos públicos, quer a nível nacional e internacional, motivar fotógrafos de referência a participar e constituir um espólio fotográfico da região, propriedade do Município, são alguns dos objetivos desta iniciativa. -----

A organização, tal como nas edições anteriores, será da responsabilidade do Município, com a dinamização e produção da Chaves Intemporal, sendo que o evento fará parte do programa das festas da cidade. -----

### **II- Fundamentação** -----

As atividades previstas são: -----

- Raid Fotográfico no concelho de Chaves -----
  - Workshop de fotografia de rua (Street photography) -----
  - Workshop de edição fotográfica -----
  - Jantar convívio -----
  - Exposição fotográfica -----
  - Distribuição dos prémios -----
  - Produção de livro com os melhores trabalhos dos últimos anos e diversos textos alusivos à fotografia; -----
- O cronograma do evento é o seguinte: -----

- Apresentação pública do evento (junho); -----  
 - Inscrições online de 9 a 30 de junho; -----  
 - O raid fotográfico decorrerá nos dias 8 e 9 de julho; -----  
 - Workshops fotográficos, 8 e 9 de julho; -----  
 - Jantar convívio e distribuição do prémio presença, 8 de julho; ---  
 - Reunião do Júri, 15 de julho; -----  
 - Divulgação dos Premiados, 24 de julho; -----  
 - Inauguração da exposição, 18 de agosto, integrado no Dia Mundial da Fotografia (19 de agosto); -----  
 - Entrega de prémios, setembro (dia a designar); -----  
 Todo o regulamento do concurso estará disponível online no site oficial do Município e no site do Fotografa; -----  
 O número máximo de inscrições no raid fotográfico será de 200 participantes; -----  
 O custo da inscrição é de 10 euros, devendo este valor ser liquidado no ato da inscrição a favor da Câmara Municipal de Chaves; a inscrição engloba um seguro, kit identificativo, workshop, jantar convívio; --  
 Para que as ações se concretizem é necessário as seguintes despesas estimadas: -----

#### II.1 - Aquisição de serviços -----

Aquisição de serviços	Valor	Contraparte a convidar
- Alojamento	130,00 €	Hotel Petrus
- Refeições	2.300,00 €	Taberna Benito
- Produção de catálogo para exposição	360,00 €	Ferreira e Sousa
- Produção de livro	9.500,00 €	Ferreira e Sousa
- Impressão cartazes, faixa publicitária, flyers, diplomas de participação	602,00 €	Ferreira e Sousa
- Impressão dos trabalhos fotográficos para exposição	1.108,00 €	Ferreira e Sousa
- Seguro dos participantes		1)

1) O valor do seguro dos participantes está assegurado, no âmbito do concurso público da contratação de seguros para o Município de Chaves, de acordo com a informação da Divisão de Gestão Financeira. -----

#### II.2 - Aquisição de bens -----

Aquisição de bens	Valor
- Aquisição de kits participação	1.500,00 €

#### II.3 - Atribuição de Prémios

- Prémios pecuniários para os vencedores <sup>(2)</sup> (1º prémio 750,00 €; 2º prémio 500,00 €; 3º prémio 250,00 €)	1.500,00 €
---	------------

(2) De acordo com as normas orientadoras (anexas à proposta), os restantes prémios não apresentam qualquer custo para a edilidade, uma vez que serão oferecidos pelas empresas patrocinadoras. -----

O total das despesas é de 17.000,00 € (IVA incluído à taxa legal), estando previstas nas rubricas orçamentais 02.02.20.01.99; 02.02.25.99; 02.01.21.99; 02.01.15.01 -----

De acordo com o ponto 1 do artigo 49º da secção III da Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro os encargos globais com a aquisição dos serviços mencionados na tabela 1, não deverão ultrapassar os valores pagos em 2016, bem como, de acordo com a alínea a) do ponto nº2 do mesmo artigo, os valores pagos com os serviços, no ano de 2017, não deverão ultrapassar os valores totais agregados em 2016, devendo esta situação ser confirmada e validada pela Divisão de Gestão Financeira. -----

#### III - Proposta -----

Face ao exposto, proponho ao senhor Presidente da Câmara, Arq. António Cabeleira o seguinte: -----

- Autorização das despesas associadas à aquisição de serviços referidos no ponto II.1; -----  
 - Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para a atribuição do cabimento, em cumprimento com o LCPA; -----  
 - Encaminhamento da presente proposta à próxima reunião do órgão executivo municipal para aprovação; -----  
 05/06/2017, À consideração Superior. -----  
 O Chefe de Divisão, -----  
 (Eng.º Carlos França) -----

OBS: Em anexo normas orientadoras -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-06-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.06.** -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **8. REALIZAÇÃO DE VÁRIOS EVENTOS CULTURAIS INSERIDOS NO CHAVES MAIS CULTURA A REALIZAR NOS MESES DE JUNHO A JULHO DE 2017. INFORMAÇÃO DDSC Nº64/ SPAC Nº04 - ANO 2017** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **1 - Enquadramento** -----

1.1 O evento Chaves Mais Cultura decorrerá ao longo do ano de 2017 e contempla a realização de vários espetáculos e atividades culturais de diferentes áreas artísticas, de forma a dinamizar culturalmente a Cidade e concelho de Chaves, sendo que nos meses de junho e julho pretendem comemorar/celebrar o dia da Cidade/Município. -----

1.2 A presente Informação recai sobre os eventos do Chaves Mais Cultura que se prevê realizar nos meses de junho e julho que pretendem comemorar/celebrar o dia da Cidade/Município, nas já tradicionais Festas da cidade de Chaves. -----

1.3 O programa dos espetáculos e atividades culturais inseridas nas Festas da Cidade, de junho e julho, enquadrados no Chaves Mais Cultura é a seguinte: -----

30 jun (6ª feira) - Inauguração da Exposição "Arquitectura sobre Tela" no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso; Concerto Musical. -----

01 jul (sábado) - Desfile de Moda no Largo General Silveira, organização conjunto do Município de Chaves e ACISAT. -----

02 jul (domingo) - Espetáculo de danças e cantares tradicionais com os grupos de Cantares e Ranchos Folclóricos do concelho de Chaves no Jardim do Tabolado. -----

04jul (3ª feira) - Espetáculo de dança por escolas de dança do concelho de Chaves no Largo General Silveira. -----

05 jul (4ª feira) - Concerto da Orquestra de Cordas da Academia de Artes de Chaves na Praça de Camões. -----

06jul (5ª feira) - Concerto da Orquestra de Sopros da Academia de Artes de Chaves na Praça de Camões. -----

07 jul (6ª feira) - Concerto da Orquestra do Norte na Praça de Camões; Animação de Rua no Centro Histórico; Chaves Shopping Night Out e Festa das Esplanadas no Centro Histórico (organização conjunto do Município

de Chaves e Acisat); XXVI Maratona de Futsal "Cidade de Chaves" no Pavilhão Municipal. -----

08 jul (sábado) - DIA DA CIDADE E DO MUNICÍPIO - CERIMÓNIAS OFICIAIS: Hastear da Bandeira Nacional com Guarda de Honra pelas três corporações de Bombeiros do Concelho, Interpretação do "Hino Nacional" e "Marcha de Chaves" pela Banda Municipal Flaviense "Os Pardais" e Coro Infanto-Juvenil do Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins na Praça de Camões; Romagem ao Cemitério para Homenagem aos Combatentes; Homenagem aos Heróis do 8 de Julho de 1912 na Av. Nuno Álvares; Cerimónia de Condecorações Municipais no Auditório do CCC; Almoço oficial; -----

Concerto/despique de duas Bandas Musicais do Concelho na Praça de Camões; -----

Concerto de Carminho e espetáculo Pirotécnico nos jardins do MACNA. Outras atividades: Fotografa! - Raid Fotográfico Cidade de Chaves; Animação de Rua no Centro Histórico; Chaves Shopping Night Out e Festa das Esplanadas no Centro Histórico (organização conjunto do Município de Chaves e Acisat); XXVI Maratona de Futsal "Cidade de Chaves" no Pavilhão Municipal; 3ª Aquae Flaviae Night Running- Cidade de Chaves.

09 jul (domingo) - Espetáculo de danças e cantares tradicionais com os grupos de Cantares e Ranchos Folclóricos do concelho de Chaves e Concerto de musica tradicional no Jardim do Tabolado. -----

Outras atividades: Fotografa! - Raid Fotográfico Cidade de Chaves; XXVI Maratona de Futsal "Cidade de Chaves", Pavilhão Municipal. ----

2 Aquisição de serviços indispensáveis à realização dos espetáculos e atividades culturais: -----

2.1 É intenção do Município de Chaves celebrar contratos de prestação de serviços para a realização de espetáculos e atividades culturais inseridos no Chaves Mais Cultura, durante o ano de 2017 de acordo com a seguinte previsão orçamental: -----

Designação	Valor	IVA	Total	Contrapartes
Publicidade e Material Gráfico	667,80 €	153,59 €	821,39 €	Gráfica Sinal e/ou Scangraphic
Publicidade	1.125,00 €	258,75 €	1.383,75 €	Correio da Manhã e/ou Jornal de Notícias e A Voz de Chaves
Cobertura dos eventos	500,00 €	115,00 €	615,00 €	Assoc. Indieror
Segurança/Vigilância (26 horas)	194,00 €	44,62 €	238,62 €	Linha Veloz
Aluguer de palcos	3.300,00 €	isento	3.300,00 €	Palcos Santos
Aluguer de palco, gerador e torres de PA	2.550,00 €	586,50 €	3.136,50 €	Trazmusica
Fornecimento de refeições (Almoço oficial)	1.600,00 €	incluido	1.600,00 €	Forte S. Francisco
Fornecimento de refeições aos artistas	900,00 €	incluida	900,00 €	Forte S. Francisco e/ou Qta da Cera
Alojamento de Artistas	816,00 €	incluida	816,00 €	Forte S. Francisco
Espetáculo Pirotécnico	2.000,00 €	460,00 €	2.460,00 €	Pereira - Fogos de Artifício
Animação	1.000,00 €	isento	1.000,00 €	Projeto Enraizarte
Animação de Rua	4.950,00 €	1.138,00 €	6.088,50 €	WEE, Alma Trupe, Partilha Tangente
Concertos das Orquestras da AAC	3.000,00 €	690,00 €	3.690,00 €	Academia de Artes de Chaves
Aluguer de sistema de Som	4.950,00 €	1.138,50 €	6.088,50 €	RITMOS LENDÁRIOS
Aluguer de sistema de Luzes	4.900,00 €	1.127,00 €	6.027,00 €	BlackKoncept

Concerto musical da Carminho	12.000,00 €	2.760,00 €	14.760,00 €	Ruela Music
Outros concertos	1.500,00 €	345,00 €	1.845,00 €	(ainda em consulta)
Taxas (Sociedade Portuguesa de autores)	1.500,00 €	isento	1.500,00 €	SPA
<b>TOTAL:</b>	<b>47.452,80 €</b>	<b>8.817,46 €</b>	<b>56.270,26 €</b>	

2.2 De acordo com o ponto 1 do artigo 49º da secção III da Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro os encargos globais com a aquisição dos serviços mencionados na tabela, não deverão ultrapassar os valores pagos em 2016, bem como, de acordo com a alínea a) do ponto nº2 do mesmo artigo, os valores pagos com os serviços, no ano de 2017, não deverão ultrapassar os valores totais agregados em 2016, devendo esta situação ser confirmada e validada pela Divisão de Gestão Financeira.

2.3 O serviço com a designação "Concerto Musical da Carminho" cuja contraparte é a empresa Ruela Music, é a mesma contraparte, agente musical, que no ano de 2016 prestou o serviço do Concerto do Tiago Bettencourt, cujo valor foi de 8.000,00 € (oito mil euros) acrescidos de Iva à taxa de 23%. -----

2.4 Assim, e tendo em conta o descrito no ponto anterior, 2.3, constata-se que não se cumpre a alínea a) do ponto nº2 do artigo 49º da secção III da Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro, pelo que se propõe, de acordo com o ponto 3 do mesmo artigo, seja autorizada a dispensa, pelo dirigente máximo do serviço, do cumprimento da alínea a) do ponto nº2 do artigo 49º da secção III da Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro, com a fundamentação de se tratar de um serviço de carater cultural cujo valor é variável pela pluralidade de custos, pela diversidade de artistas, número de artistas em palco, cachets e qualidade. -----

2.5 Todas as despesas serão enquadradas na Rubrica Chaves Mais Cultura 02.02.20.01.05 num total de 56,270,26 € (cinquenta e seis mil duzentos e setenta euros e vinte e seis cêntimos), Iva incluído quando aplicável. -----

### 3 Proposta -----

Face ao exposto, proponho ao senhor Presidente da Câmara, Arq. António Cabeleira o seguinte: -----

- Dispensa, com carater excecional, do cumprimento da alínea a) do ponto nº2 do artigo 49º da secção III da Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro, na aquisição do serviço com a designação "Concerto Musical da Carminho" cuja contraparte é a empresa Ruela Music; -----

- Autorização das despesas associadas à aquisição de serviços acima mencionados; -----

- Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para a atribuição do cabimento em cumprimento com o LCPA; -----  
À consideração superior. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 01 de junho de 2017 -----

O Técnico Superior, -----

(José Alberto da Conceição Ribeiro) -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.06.01.** -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-06-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.06.** -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### IV

#### PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

##### 1. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR RANCHOS FOLCLÓRICOS. PROPOSTA Nº 60/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

##### **I - Da Exposição de Motivos**-----

Considerando que existem, sedeadas no nosso concelho, diversas entidades que, desenvolvem atividades no âmbito da promoção e divulgação da música, em especial da música tradicional portuguesa;--  
 Considerando que tais atividades constituem um contributo e uma mais-valia para o enriquecimento cultural dos munícipes;-----

Considerando que é sua finalidade última a promoção etnográfica, recreativa e cultural de tradições seculares no Município; -----

Considerando que é parte integrante de um desenvolvimento que se quer sustentado o reforço de animação social e cultural da população concelhia; -----

Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se revestem as entidades em causa, não tem por si só, meios capazes de concretizarem as atividades que se propõem desenvolver de uma forma eficaz e catalisadora do esforço humano nelas despendidas;-----

Considerando que esta é também uma forma de descentralizar competências atribuindo maior protagonismo e envolvendo de forma mais vinculada a comunidade civil;-----

Considerando que os apoios a conceder às entidades incluídas no quadro sinótico em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante para os devidos efeitos legais, servirão para atingir os seguintes objetivos:-----

i) Apoiar entidades representantes do nosso concelho em festivais regionais, nacionais ou internacionais;-----

ii) Divulgar a tradição musical do nosso Concelho.-----

Considerando que o apoio às entidades em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

##### **II - Da Proposta em Sentido Estrito**-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a. Apoiar financeiramente as entidades constantes do quadro sinótico em anexo, nos montantes também aí consignados com vista a



permitir que as mesmas possam desenvolver, em prol da comunidade as ações e iniciativas a que se propõem;-----

b. Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às referidas entidades peticionárias;-----

c. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em jornal local e/ou em boletim municipal;-----

d. Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;---

e. A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionados no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão de Gestão Financeira. -----

Chaves, 5 de junho de 2017-----

O Presidente da Câmara,-----

(Arg. António Cabeleira)-----

#### **Quadro Sinóptico -----**

#### **Anexo à proposta nº 60/GAP/17-----**

<b>Entidades</b>	<b>Apoio Financeiro</b>	<b>Classificação Económica</b>
Grupo de Folclore Vila Medieval de Sto. Estevão	1.000,00€	04.07.01.01
Grupo de Danças e Cantares Regionais de Sto. Estevão	1.000,00€	04.07.01.01
Associação E.R.C.do Rancho Folclórico da Freguesia de Selhariz	1.000,00€	04.07.01.01
Associação Desportiva e Cultural dos Amigos de Vilas Boas	1.000,00 €	04.07.01.01
Rancho folclórico do Grupo Cultural da Serra do Brunheiro	1.000,00€	04.07.01.01
Rancho folclórico da Assoc. Desp. e Cultural dos Ases da Madalena	1.000,00€	04.07.01.01

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "CASA DA CULTURA POPULAR DE OUTEIRO SECO". PROPOSTA N.º 61/GAP/17. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **I - Da Exposição de Motivos -----**

Através do ofício com registo de entrada nos serviços administrativos da Câmara Municipal nº 1918, no dia 8 de março de 2017, a Casa da Cultura Popular de Outeiro Seco, veio solicitar o apoio da autarquia para adquirir instrumentos musicais que se encontram desgastados pelo

uso contínuo, visto terem sido adquiridos aquando da criação da Banda - 1999.-----

Considerando a dinâmica desta banda musical, que para além da formação que se apresenta em público, mantém uma escola de música, com aproximadamente 15 elementos por ano, que constituem futuros elementos tanto na banda onde se formam como noutros percursos musicais;-----

Considerando que a banda musical constitui um elo de ligação à cultura popular, dinamizando a sua atividade no seio da aldeia onde está inserida e no concelho/região;-----

Considerando a atividade que desenvolvem, participando em atos festivos de diversas localidades, abrilhantando musicalmente arruadas, missas, procissões e diversos concertos e arraiais;-----

Considerando que é de superior interesse municipal o desenvolvimento de ações que estreitam os laços fraternais entre os elementos da comunidade onde estão inseridos;-----

Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se reveste a entidade em causa, não tem, só por si, meios capazes de concretizar as atividades que se propõem desenvolver, de forma eficaz e catalisadora dos esforços humanos despendidos; -----

Considerando que o apoio à entidade em referência se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra.-----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito-----**

Atendendo às razões expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

- Conceder um donativo financeiro à "Casa da Cultura Popular de Outeiro Seco", no montante de 10.750,00 € (Dez Mil, Setecentos e Cinquenta euros);-----

- Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária;-----

- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal;-----

- Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;---

- A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 08070199;-----

- Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 5 de junho de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal-----

(Arq. António Cabeleira)-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À AFTAD - ASSOCIAÇÃO FLOR DO TÂMEGA PARA APOIO A DEFICIENTES. PROPOSTA Nº 63/GAP/17. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Da Exposição de Motivos-----**

A **AFTAD - Associação Flor do Tâmega para Apoio a Deficientes, IPSS**, NIF 504 229 265, com sede na Quinta da Trindade, Lote 58, Loja 1 e 2 em Chaves, solicitou apoio financeiro, através do ofício registado nos serviços administrativos sob o nº 3984, de 23 de maio, visando promover ações sociais, educativas e recreativas de apoio a pessoas portadoras de deficiência as quais não poderão ser concretizadas sem esta ajuda; Considerando que esta instituição zela pela defesa dos direitos dos cidadãos, pela sua inserção social e pelo seu desenvolvimento intelectual;-----

Considerando que esta entidade, de carácter social, promove, também, atividades de natureza cultural, recreativa e juvenil no concelho de Chaves e é, por isso, geradora de dinâmicas de solidariedade e de convívio dentro das comunidades em que inserem, apoiando diversas franjas da população local;-----

Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se revestem as entidades em causa, não têm, por si só, capacidade de concretizar as atividades que se propõem desenvolver de forma eficaz e imediatamente atuante;-----

Considerando que o apoio a conceder permitirá atingir os seguintes objetivos:-----

- Desenvolver projetos de entreaajuda, com vista a solucionar carências reais da população;-----
- Apoiar estratos sociais desfavorecidos;-----
- Desenvolver atividades de natureza social, recreativa, educativa e cultural;-----

Considerando que a despesa associada a esta proposta se encontra sedeadada na rubrica orçamental 04.07.01.03;-----

Considerando que o apoio às entidades em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

**II - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

- a) Apoiar a AFTAD - Associação Flor do Tâmega para apoio a Deficientes, com o valor de 25.000,00€; -----
- b) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;----

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionados no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 2 de junho de 2017-----

O Presidente da Câmara,-----

(Arq. António Cabeleira)-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## V

### PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

#### 1- PLANEAMENTO

#### 2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

#### 3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

##### 3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

##### 3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

##### 3.3. PEDIDO DE CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E TRIBUTAÇÃO À TAXA DE 5% EM IRS DO ARRENDAMENTO DAS FRAÇÕES. REQUERENTE HÉLDER JOÃO TEIXEIRA SUCENA CHAVES - LOCALIZAÇÃO: RUA DAS LONGRAS, N.º20, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º14/15- REQUERIMENTO N.º 714/17- INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º117/DSCH/17-TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL.. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

## **1. INTRODUÇÃO** -----

Hélder João Teixeira Sucena Chaves, na qualidade de usufrutuário, e com procuração do proprietário da raiz, Hélder Sucena Correia Chaves, solicita sob requerimento n.º 714/17, referente ao processo n.º 14/15, emissão de certidão para isenção de IMI e certidão para tributação à taxa de 5% em sede de IRS dos rendimentos prediais, nos termos dos n.º7 e n.º6 do artigo 71.º, respetivamente, do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). -----

### **1.1. LOCALIZAÇÃO** -----

O prédio urbano está situado na Rua das Longras n.º20, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º n.º2979/20091111 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 6813. -----

### **1.2. ANTECEDENTES** -----

**1.2.1.** O requerente em 7 de janeiro de 2015 requereu a dispensa de licenciamento para obras de reabilitação/conservação, obras essas ao nível da cobertura, pinturas exteriores e obras de reabilitação interior. -----

**1.2.2.** Considerando que as obras não alteravam qualquer característica do edifício existente, foi isenta de licenciamento, ao abrigo da alínea a) do n.º1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, conforme informação da DGUT de 21/01/2015 e despacho do Vereador responsável pela área do Licenciamento de Operações Urbanísticas. -----

## **2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO** -----

### **2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO** -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso n.º4653, em Diário da República, II série, n.º67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso n.º2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

#### **2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI** -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU, são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de cinco anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo do n.º7 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). -----

#### **2.1.2. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS** -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana,

recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, acordo com a alínea a) do n.º 6 do artigo 71 do EBF. -----

### 3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

**3.1.** Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 71º do EBF, são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após 1 de janeiro de 2008 e as concluíam até 31 de dezembro de 2020, de acordo com o descrito no n.º 21 do referido artigo 71º. -----

**3.2.** O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e tributação dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS à taxa de 5%. -----

**3.3.** Conforme se pode verificar pelo relatório fotográfico apresentado pelo requerente em 16 de setembro de 2016 e constante no processo, o edifício apresentava-se em péssimo estado de conservação, nomeadamente o desprendimento do reboco em paredes e tetos, escadas e caixilharias muito degradadas. -----

**3.4.** A reabilitação consistiu na substituição das telhas, reparação das paredes, tetos, escadas, caixilharias e substituição das redes de águas e esgotos. -----

**3.5.** No âmbito do n.º 24 do artigo 71º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no n.º 3 do artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

**3.6.** No dia 9 de março de 2017 foi feita a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente para o 1º andar (serviços) e 2º andar (habitação) do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

**3.7.** Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.3 e 3.6, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea a) do n.º23 do artigo 71º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelo proprietário do imóvel, neste caso, subiram dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

**3.8.** No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.35%, a isenção por um período de 5 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (5 anos)
1º Andar	Serviços	30/01/2016	21 420,00€	<b>74,97€</b>	<b>374,85€</b>
2º Andar	Habitação	30/01/2016	19 630,00€	<b>68,71€</b>	<b>343,55€</b>

**3.9.** Assim, o município perderá receita anual no valor de 143,68 € e de 718,40€ durante os 5 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

**3.10.** Estando o prédio urbano dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, e cumprindo o disposto no ponto 3.3 e 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite usufruir da tributação dos rendimentos prediais à taxa de 5%. -----

**3.11.** No que respeita à certidão para tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos, a mesma incide sobre as frações a seguir discriminadas: -----

Imóvel	Uso da unidade
--------	----------------

1º Andar	Serviços
2º Andar	Habitação

**4. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

**4.1.** Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, por um período de cinco anos, dando cumprimento ao disposto no nº 7 do artigo 71º do EBF e emissão da certidão para efeitos de isenção de IRS, de acordo com o nº6 do artigo 71º do EBF.

**4.2.** A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

**4.3.** Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI deverá posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, de acordo com o nº 20 do artigo 71º do EBF. ---

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQº ANTÓNIO MALHEIRO, DE 02/06/2017**-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. A consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.06.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.4. OBRAS DE AMPLIAÇÃO EM HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ARRUMOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 376/17 - JOSÉ FREITAS DOS SANTOS - LUGAR DE CAMPO REDONDO, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 27.05.2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO**-----

1.1 A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 846/17, em 22 de maio de 2017, vem o requerente citado em epígrafe, na qualidade de proprietário, vem requer a junção de elementos ao processo nº 151/17, para cumprimento do enunciado na informação técnica, datada de 22/03/2016, da qual tomou conhecimento, através de ofício n.º398/DGOT/2017, datado de 2017/04/10, com vista legalização de uma operação urbanística já concluída, em desconformidade com Licença inicial n.º 381/83, consubstanciada em obras de ampliação (já executadas) num edifício destinado a habitação unifamiliar e obras de construção, sem o devido controlo prévio, de um edifício de apoio, destinado a arrumos, em espaços culturais e naturais, classe 5, estipulado pelo PDM, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado.-----

1.2. Para efeitos de instrução do pedido são apresentados os seguintes elementos:-----

- Termo de responsabilidade, subscrito pela coordenadora do projeto;-----
- Termo de responsabilidade, subscrito pela autora do projeto de arquitetura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-----
- Memória descritiva e justificativa - aditamento;-----
- Planta de consulta, à escala 1:2000 com indicação da localização do imóvel;-----
- Prova da validade da inscrição do arquiteto em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Prova da validade da inscrição do Engenheiro em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil da arquiteta, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do engenheiro, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----
- Projeto de arranjos exteriores, quando exista logradouro privativo não pavimentado;-----
- Pedido de isenção de apresentação de projeto de gás-----
- Pedido de isenção do projeto acústico;-----
- Peças desenhadas.-----

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

De acordo com o Modelo 1, comprovativo da declaração para inscrição ou atualização de prédio urbano na matriz, apresentado no serviço de Finanças de Chaves de Chaves em 2017/01/03, o prédio urbano composto de habitação de dois pisos, situa-se em Campo Redondo, com uma área total de 1901,00 m<sup>2</sup>, uma área bruta de construção de 346,00m<sup>2</sup>, inscrito na matriz n.º 1297, da Freguesia de São Pedro de Agostém, confronta de sul com caminho público e nas restantes confrontações com particulares. -----



Localização do prédio, conforme se ilustra, na sobreposição do levantamento topográfico georreferenciado, apresentado pelo requerente, sobre ortofotomapa com voo de 2012 (folha nº47-1B).

Fig. n.º 1

## 3. ANTECEDENTES-----

Para o local detetou-se o processo de licenciamento de obras antecedente n.º 223/1983 que deu origem à Licença n.º 381, passada em 30 de junho de 1983, para "construção de uma moradia de R/C e andar com a área de 173m<sup>2</sup>" e 1ª Prorrogação, com Licença n.º 579, passada em 06 de outubro de 1983, cujo titular é o Sr. José Freitas dos Santos, ora requerente.-----



#### 4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

##### 4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

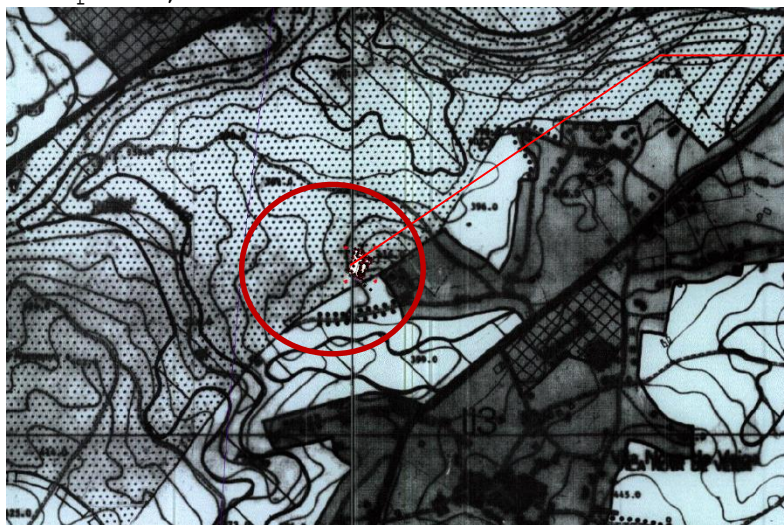
A pretensão, consubstanciada na realização de uma operação urbanística ilegal, isto é, em desconformidade com os respetivos atos administrativos de controlo prévio, com Licença inicial n.º 381/83, para construção de uma moradia unifamiliar, de R/C e andar, bem como a construção de um edifício de apoio, de cave e R/C, sem o devido controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE.-----

##### 4.2 Nos Regulamentos Municipais-----

O presente pedido tem enquadramento, no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015; RMUE;-----

##### 4.3 Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Regista-se que o prédio urbano possui uma área total de 1.901,00m<sup>2</sup>, de acordo com o levantamento topográfico e termo de responsabilidade subscrito pelo topógrafo, bem como, com Modelo 1, comprovativo da declaração para inscrição ou atualização de prédio urbano na matriz, apresentado no serviço de Finanças de Chaves. Da análise prévia do projeto de arquitetura, verifica-se que é proposto legalizar um conjunto edificado, composto por um edifício destinado a uma habitação unifamiliar, que se desenvolve, s.m.o. em três pisos, sendo dois acima da cota de soleira e um abaixo da mesma e um edifício de apoio, com dois pisos, de cave e Rés do chão.-----



Localização do prédio urbano, tendo por base o levantamento georreferenciado, apresentado pelo requerente, sobre planta de ordenamento (folha nº47 A)

Fig. n.º2

Nos termos da disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves<sup>(6)</sup>, folha nº47-A, o prédio em causa encontra-se abrangido por Espaços culturais e naturais (Classe 5), na categoria 5.3 - espaços de interesse paisagístico, em que as intervenções devem cumprir respetivamente com o estipulado nos artigos 42º do Regulamento do PDM de Chaves. -----

Pese embora na Planta de Condicionantes, folha n.º 47-A, assinalar linhas de Alta Tensão. Mais se informa por esclarecimentos prestados por técnico da CMC, via email, datado de 22/03/2017, sobre a pretensão, não incide a projeção horizontal da Linha de Alta Tensão, tal como se

<sup>6</sup> Publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento-----

pode constatar por observação da fig. n.º 4, pelo que smo, não é abrangida pela condicionante.-----

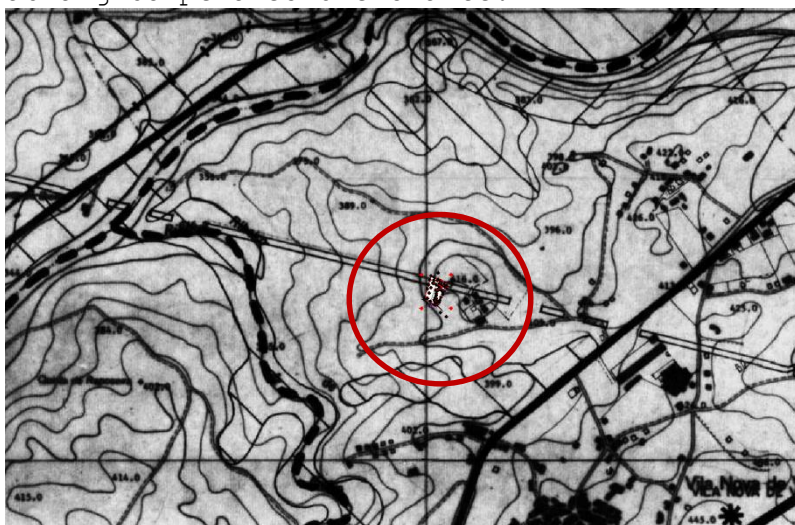


Fig.n.º3

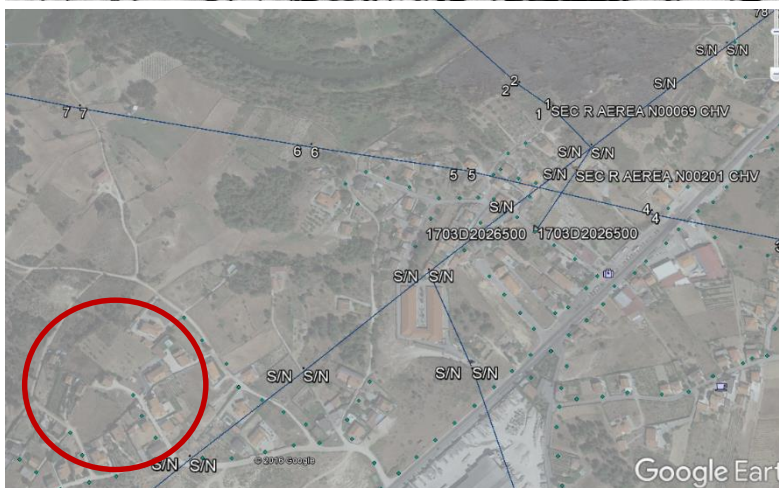


Fig n.º4

## 5. ANÁLISE DOS ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----

Após a análise prévia dos elementos constantes do processo, em conformidade com o disposto no art.º 9º do RJUE e na Portaria nº 113/15 de 22 de abril (parte I e no n.º 15 e n.º 16 da parte III, do anexo I da referida portaria), bem como, Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º732/2015, RMUE, importa referir que não foram apresentados os seguintes elementos:---

- Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação, designadamente Escritura de compra e venda, Escritura de doação, Testamento, Contrato de arrendamento, Procuração<sup>(7)</sup> assinada pelo proprietário do terreno que confira poderes ao requerente para realizar a operação urbanística.-----
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios

<sup>7</sup> O documento de Procuração apenas permite apresentar o pedido e todos os elementos necessários para apreciação do mesmo, mas qualquer um dos títulos a emitir após licenciamento da Construção (Alvará de Licença de Construção e Autorização de Utilização) será emitido em nome do proprietário do terreno, identificado na Certidão emitida pela Conservatória de Registo Predial competente.-----

abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registro predial; -----

- Caderneta predial onde constem o correspondente artigo matricial. Mais se refere facultativamente o requerente apresentou, **Declaração modelo 1 de IMI**, emitido em 03/01/2017, pelo serviço de finanças de Chaves; -----

- Ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do RMUE, acompanhada, acompanhada por um perfil esquemático do arruamento, com descrição dos materiais;-----

- Documentos agora apresentados sob requerimento n.º846/17, em formato digital, CD, contendo ficheiros com os elementos instrutórios do processo (peças desenhadas e escritas), nos termos da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, no que respeita à implantação da operação urbanística, e nos termos do n.º3, do artigo 13.º, do RMUE, acompanhado de Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º14, do artigo 13º<sup>( 8)</sup> do referido Regulamento.-----  
Mais se refere,-----

- O pedido de isenção do projeto de instalação de rede de gás, bem como o pedido de isenção do projeto acústico não se encontram convenientemente fundamentados e enquadrados em termos legais;-----

- Pese embora o requerente referir na memória descritiva e justificativa, que no "logradouro, existem, ainda espaços de arrumos (contudo, sem pé-direito regulamentar)", porém os mesmos não se encontram convenientemente retratados;-----

- O projeto de arranjos exteriores não se encontra subscrito por técnico.-----

## **6. APRECIÇÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----**

### **6.1 Caracterização-----**

A operação urbanística, objeto do procedimento de legalização, consubstanciada na reposição da legalidade urbanística, resultado de

---

<sup>8</sup> Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução-----**

12 – Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 – A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 – Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 – As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

obras de ampliação<sup>(9)</sup>, de uma moradia de R/C e andar existente, com uma área de 173,00m<sup>2</sup>, licenciada ao abrigo da licença inicial nº381, passada em 30 de junho de 1983, bem como, de legalização de obras de construção, de uns "arrumos", complementar da edificação principal, composto de cave e R/C, sendo que a cave se designa a "arrumos agrícolas" e o R/C a "espaço habitacional", sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE.-----

## 6.2 Análise-----

De acordo com o estatuto de ocupação e utilização dos espaços de interesse paisagístico (categoria 5.3), previsto no artigo 42.º do Regulamento do PDM, na categoria de espaços, em que se insere a parcela de terreno, espaços de interesse paisagístico, são proibidas as ações designadamente de iniciativa privada que se traduzam nomeadamente na construção de edifícios e destruição do coberto vegetal, excetuando-se os atuais usos do solo que possam ser consideradas pré-existências nos termos do artigo 5.º<sup>(10)</sup> do regulamento do PDM, bem como, a realização das operações que pela sua natureza e dimensão, sejam insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio paisagístico ou ecológico locais, incluindo a construção de pequenas infraestruturas de apoio direto aos usos acima referidos, desde que devidamente justificados.-

<sup>9</sup> e) «Obras de ampliação», as obras de que resulte o aumento da área de implantação, da área total de construção, da altura da fachada ou do volume de uma edificação existente;-----

### <sup>10</sup> Artigo 5º - Preexistências-----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as atividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições:-----

a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei;-----

b). **Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas.**-----

2 - São também consideradas preexistências, nos termos e para efeitos do disposto no número anterior, aquelas que a lei reconheça como tal e ainda os espaços públicos e vias públicas existentes à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, independentemente da sua localização.-----

3 - Os atos ou atividades licenciados, aprovados ou autorizados a título precário não são considerados preexistências, nomeadamente para efeitos de renovação da validade do respetivo título ou da sua transformação em licença, aprovação ou autorização definitivas.-----

4 - **As preexistências definidas nos termos dos números anteriores que, pela sua natureza, não se incluam no âmbito do estatuto de utilização e ocupação das classes ou categorias de espaços onde se localizam, não poderão ser objeto de ações ou intervenções que tenham como efeito ampliar ou agravar as condições de incompatibilidade de usos verificadas, em especial no que respeita a ampliações significativas das áreas edificadas ou das explorações e ainda ao aumento do número de fogos, quando se tratar de habitações.**-----

5 - **As alterações ou reconversões de usos preexistentes reger-se-ão pelas disposições do presente Regulamento aplicáveis em função da sua localização e da natureza dos novos usos pretendidos.** -----



Constata-se, da análise dos elementos constantes do pedido a que me venho referindo, que as obras de ampliação/alterações já executadas em desconformidade com Licença inicial n.º 381/83, na edificação principal, não podem ser consideradas de recuperação, reconstrução ou reconversão de usos de edificações preexistentes, porquanto resulta um aumento de área de bruta de construção significativo da área edificada (preexistente) assim a pretensão implica uma área total de construção<sup>(11)</sup> de (238,95m<sup>2</sup> + 129,21m<sup>2</sup>), sendo que a (área total de construção inicial de 173m<sup>2</sup>, Lic. n.º 381/1983), o que significa um aumento de 195,16m<sup>2</sup>, o equivalente a um aumento 113% da área de total de construção inicial autorizada, assim como aumento do n.º de pisos (cave, R/C e andar). Mais se informa que a estrutura de apoio "Arrumos de apoio á agricultura", sendo composta de cave e R/C é referido na memória descritiva que o R/C se trata de "espaço habitacional", assim a "estrutura de apoio" e ainda que seja considerado anexo ou edifício anexo<sup>(12)</sup>, por seu lado, não se enquadra na alínea e), do artigo 3.º do RMUE onde define como sendo uma: construção de um só piso referenciada a um edifício principal e nele não integrada, com funções complementares deste, bem como, o anexo não poderá contribuir para o aumento da sua tipologia.-----

#### **7. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----**

7.1. Considerando que a instrução do não pode ser considerada satisfatória de acordo com o enunciado no ponto 5 da presente informação; -----

7.2. Considerando que a pretensão, consubstanciada na legalização de obras de ampliação em edificação existente, assim como legalização de obras de construção para arrumos, composto de R/C e nadar, não se conforma com as normas estipuladas pelo Plano Diretor Municipal de Chaves em vigor, nomeadamente é não é cumprido o disposto no artigo 42, do Regulamento do PDM. -----

#### **8. PROPOSTA DE DECISÃO -----**

8.1. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis, designadamente, PDM de Chaves, RMUE de Chaves, Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considera-se que a pretensão em análise não poderá merecer parecer favorável por parte da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território. Assim, propõe-se o indeferimento da pretensão formulada pelos requerentes - indeferimento do pedido de legalização, previsto no processo n.º 151/17, com base no disposto na alínea a), do ponto 1, do artigo 24, do Decreto-Lei 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. -----

8.2. Nestes termos, o presente processo administrativo, registado com o n.º 151/17, deverá estar presente em reunião de Câmara para que o executivo delibere adotar um projeto de decisão de indeferimento, do pedido de legalização a que me venho referindo. -----

---

<sup>11</sup> Área total de construção: é o somatório das áreas de construção de todos os edifícios existentes e previstos numa porção delimitada de território (de acordo com a definição da ficha n.º 12 do **Decreto Regulamentar n.º 9/2009 de 29 de Maio**-----

<sup>12</sup> de acordo com a Ficha 22, do **Decreto Regulamentar n.º 9/2009 de 29 de Maio** é "o edifício destinado a um uso complementar e dependente do edifício principal". Em nota complementar diz-se que "um edifício anexo assegura usos complementares necessários à utilização do edifício principal (por exemplo, garagem, arrecadação, etc.). O edifício anexo não tem, pois, autonomia desligada do edifício principal."-----

8.3 Mais se refere que, caso o executivo concorde com o acima proposto, dever-se-á de seguida notificar o requerente nos termos do artigo 114.º e seguintes, do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 121º e seguintes, no que respeita à audiência prévia dos interessados, mediante o estabelecimento de um prazo de 10 dias para, querendo, virem a processo, por escrito, dizer o que se lhes oferecer sobre o sentido provável da deliberação definitiva. -----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 30.05.2017:-----**

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa, por violação das normas legais e regulamentares expressas no item 8.1, deste documento.-----

Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima anunciada.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.02. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.02. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

-----  
Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----

**3.5. REALIZAÇÃO DE OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA – PROCESSO N.º 342/16 – MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. – FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 18.05.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-INTRODUÇÃO-----**

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 832/16, em 02-05-2016, a interessada solicitou licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

-Instalação de conduta, na extensão de 3 m, no Bairro de São Bernardino, mencionado no Quadro, constante no processo a folha nº28;  
 -Instalação de 1 poste de madeira e 3 de betão;-----  
 -Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea e rede subterrânea).-----

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Srº Arqtº Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o nº 1690/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projecto.----  
 -Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o nº 0003124751

-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o nº 0003142187.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o nº 1690/16, o representante da interessada, Srº Engº Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

## **2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

### **2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----**

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3<sup>13</sup> do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

### **2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----**

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º<sup>14</sup>, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

### **2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----**

---

<sup>13</sup> **Artigo 3º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

<sup>14</sup> **Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13º15 do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8º16 e 9º do mesmo diploma legal.-----

### **3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----**

- 3.1-Requerimento;-----
- 3.2-Memória Descritiva;-----
- 3.3-Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----
- 3.4-Índice;-----
- 3.5-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Engº eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão e da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
- 3.6-Termo de responsabilidade de execução do Engº Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.7-Calendarização de trabalhos;-----
- 3.8-Planta da Zona de Intervenção;-----
- 3.9-Pontos de Intervenção; -----
- 3.10-Plano de segurança e Saúde;-----

### **15 Artigo 13º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----**

- 1-As entidades referidas no artigo 2º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----
- 2-O acesso referido no nº anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19º.--
- 3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias apos a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do nº 2 do artigo 20º.-----
- 4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----
- 5-Aos casos referidos no nº anterior não é aplicável o disposto no artigo 19º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9.-----

### **16 Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----**

- Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----
- a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----
  - b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----



3.11-Condições particulares da apólice de seguro nº 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

3.12-Alvará de construção nº 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

3.13-Elementos apresentados sob o requerimento nº 1690/16.-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Srª Engª Fernanda Maria D.B. Serra, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 12-07-2016;-----

-Parecer favorável, do Srº Engº Nuno Bento, datado de 18-08-2016, a exercer funções actualmente na Divisão de Projectos e Mobilidade.----

**4-PARECER-----**

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a execução de conduta na extensão de 3 m no Bairro São Bernardino, Instalação de 3 postes de betão (um no Bairro de São Bernardino, outro na Travessa da Ribalta e outro ainda na Rua de São Miguel), instalação de um poste de madeira da rua de São Miguel e Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea e rede subterrânea), em vários arruamentos da cidade.-----

4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 20 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

4.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias;**-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Srº Engº Nuno Bento **a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.**-----

**5-PROPOSTAS-----**

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a realização de obras de Telecomunicações supra referidas e a substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea e rede subterrânea) e execução de juntas, nas condições mencionadas no item 4.3 da presente informação técnica.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

**Dados Gerais:-----**

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência 15 GP\_ZONA\_128397, constante no processo registado com o nº 342/16.-----

-Período da licença - 30 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea e rede subterrânea), instalação de conduta e instalação de 4 postes, sendo 1 de madeira e 4 em betão. Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º...).....52,50 €<sup>17</sup>-----

-Emissão de licença (Artigo 18º) .....10,60 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,15 €

-Por m2 da via pública (alínea b) do artigo 21º).....42,40<sup>18</sup> €

TOTAL A PAGAR.....**56,15 €**

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 342/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 832/16, constante no processo a folha nº 55, acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 1 à nº 2 e nº 24 à nº 27 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-Após a emissão<sup>19</sup> do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento

5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

<sup>17</sup> Paga através da guia - Documento DRI 00/1394, a folha nº 56-----

<sup>18</sup> 8 Juntas.-----

<sup>19</sup> **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.05.2017:-----**

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido em presença, nos termos expressos nas alíneas 5.2 a 5.5, do item "5 - PROPOSTAS" deste documento.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.06. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.6. REALIZAÇÃO DE OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - PROCESSO N.º 344/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - FREGUESIAS DE SANTA MARIA MAIOR E VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 18.05.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1-INTRODUÇÃO-----**

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 834/16, em 02-05-2016, a interessada solicitou licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

**-Instalação de 6 postes de betão;-----**

**-Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea e rede subterrânea).-----**

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Srº Arqtº Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o nº 1699/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projecto.----

-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o nº 0003124751

-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o nº 0003142187.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o nº 1699/16, o representante da interessada, Srº Engº Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com

o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

## **2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

### **2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----**

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3<sup>20</sup> do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

### **2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----**

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º21, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

### **2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----**

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13º22 do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº

#### **<sup>20</sup> Artigo 3º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

#### **<sup>21</sup> Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

ii) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

#### **<sup>22</sup> Artigo 13º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----**

1-As entidades referidas no artigo 2º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no nº anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19º.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do nº 2 do artigo 20º.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

5-Aos casos referidos no nº anterior não é aplicável o disposto no artigo 19º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9.-----

258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8º23 e 9º do mesmo diploma legal.-----

### **3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----**

- 3.1-Requerimento;-----
  - 3.2-Memória Descritiva;-----
  - 3.3-Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;
  - 3.4-Índice;-----
  - 3.5-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Engº eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão e da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
  - 3.6-Termo de responsabilidade de execução do Engº Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão;-----
  - 3.7-Calendarização de trabalhos;-----
  - 3.8-Planta da Zona de Intervenção;-----
  - 3.9-Pontos de Intervenção; -----
  - 3.10-Plano de segurança e Saúde;-----
  - 3.11-Condições particulares da apólice de seguro nº 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
  - 3.12-Alvará de construção nº 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
  - 3.13-Elementos apresentados sob o requerimento nº 1699/16.-----
- PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

- Parecer favorável da Srª Engª Fernanda Maria D.B. Serra, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 14-07-2016;-----
- Parecer favorável, do Srº Engº Nuno Bento, datado de 22-08-2016, a exercer funções actualmente na Divisão de Projectos e Mobilidade.----

### **4-PARECER-----**

- 4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a instalação de 6 postes de betão ( 2 na rua da Trigueiriça e 4 na rua de São Bartolomeu) e Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea e rede subterrânea), em vários arruamentos das .freguesias de Santa Maria Maior e de Valdanta-----
- 4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 22 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

### **23 Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----**

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

- c) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----
- d) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

4.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias;**-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 773,80 (setecentos e setenta e três euros e oitenta cêntimos), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Srº Engº Nuno Bento **a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.**-----

## **5-PROPOSTAS**-----

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a realização de obras de Telecomunicações supra referidas e a substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea e rede subterrânea) e execução de juntas, nas condições mencionadas no item 4.3 da presente informação técnica.-----

### **CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS**-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

### **Dados Gerais:**-----

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência 15 GP\_ZONA\_128407, constante no processo registado com o nº 344/16.-----

-Período da licença - 30 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea e rede subterrânea).-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º...).....52,50 €<sup>24</sup>-----

-Emissão de licença (Artigo 18º) .....10,60 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,15 €

-Por m2 da via pública (alínea b) do artigo 21º).....153,70<sup>25</sup> €

TOTAL A PAGAR.....**167,45 €**

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 344/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

<sup>24</sup> Paga através da guia - Documento DRI 00/1394, a folha nº 56-----

<sup>25</sup> 29 Juntas.-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 834/16, constante no processo a folha nº 55, acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 1 à nº 6 e nº 29 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-**Após a emissão<sup>26</sup> do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento

5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.05.2017:-----**

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido em presença, nos termos expressos nas alíneas 5.1 a 5.5, do item "5 - PROPOSTAS" deste documento.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.06. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

-----  
**Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, retomando a sua participação na presente reunião. -----**

---

<sup>26</sup> **Artigo 80º - Início dos trabalhos-----**

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

**3.7. CADUCIDADE DO ALVARÁ DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO N.º 61/16 - PROCESSO N.º 526/13 - JOÃO PAULO MONTEIRO CRESPO - LUGAR DO SANTO, SANJURGE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 24.05.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-ANTECEDENTES-----**

1.1-Em 20 de dezembro de 2013, foi emitido o alvará de obras de construção n.º 200/13, constante no processo n.º 526/13, a folha n.º 505, em nome do Sr.º João Paulo Monteiro Crespo, titulando o licenciamento da Habitação Unifamiliar, projectada para o prédio rústico, inscrito na matriz predial da freguesia de Sanjurge sob o artigo 1158º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1410/20130319.-----

1.2-Em 9 de agosto de 2016, foi emitido o alvará de obras de construção n.º 61/16, em nome do requerente, titulando o licenciamento da alteração da planta de implantação da Habitação Unifamiliar aprovada com a eliminação do Anexo, a alteração de todos os alçados, com exceção do Alçado Lateral Esquerdo, erigida no prédio rústico supra referido.---

1.3-Através do requerimento registado com o n.º 311/17, em 22-02-2017, o requerente solicita nova licença, ao abrigo do artigo 72º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, referente à renovação da licença de obras n.º 61/16.-----

**2-PARECER-----**

2.1-A licença para a realização de operações urbanísticas previstas nas alíneas b) a e) do n.º 2 e do n.º 4 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com posteriores alterações, caduca se as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará, de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71º, do referido diploma legal.-----

2.2-No presente processo administrativo registado com o n.º 526/13 a validade da licença de obras de construção n.º 61/17, teve o seu termo no dia 09 de dezembro de 2016 conforme mencionado no título, constante no processo a folha n.º 702.-----

2.3-Por despacho datado de 10-01-2017, do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Arqt.º Castanheira Penas, o prazo inicial da licença foi prorrogado até 09-02-2017.-----

2.4-Nesta perspectiva, no presente caso, a validade do alvará de obras de construção n.º 61/16, o qual titulava o licenciamento da operação urbanística da edificação pretendida pela ora requerente, terminou no dia 09-02-2017, circunstância essa que determina o incumprimento do prazo estipulado para a conclusão das respectivas obras de edificação, enquadrando-se, na causa de caducidade prevista na alínea d) do n.º 3 do artigo 71º, Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com posteriores alterações.-----

**3-PROPOSTAS-----**

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

3.1-Que o presente processo administrativo, registado com o n.º 526/13, esteja presente em reunião de câmara para que o Executivo delibere no sentido de declarar caducada a licença n.º 61/16 (a qual titulou a renovação da licença n.º 200/13, com a alteração da implantação, e



de todos os alçados, com exceção do Alçado Lateral Esquerdo), da habitação unifamiliar\ projectada para o prédio urbano, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Estevão sob o artigo 906º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 1211/20131008, com fundamento no incumprimento do prazo estipulado para a conclusão das respectivas obras de edificação.-----

3.2-De acordo com o disposto no nº 5 do artigo 71º do RJUE e nos artigos 121º<sup>27</sup> e 122º<sup>28</sup> do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7/1, deve ser dado ao interessado o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----  
A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no nº1 e 2 do artigo 122º do CPA.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 01.06.2017:-----**

Visto. Atentas as razões de facto e de direito elencadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão conducente à declaração da caducidade da licença para a realização da operação urbanística em causa (alvará nº 61/16).- Nestes termos, e atento o disposto no nº 5, do artigo 71º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, dever-se-á notificar o interessado, nos termos do preceituado nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido do projecto de decisão administrativa acima anunciado.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

<sup>27</sup> **Artigo 121º - Direito de Audiência Prévia-----**

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

<sup>28</sup> **Artigo 122º - Notificação para a audiência-----**

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece o projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.06. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.8. COMPROPRIEDADES DE TERRENOS, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 306/17 - CÂNDIDO VILARANDA FERREIRA - FREGUESIAS DE MOREIRAS E STA. LEOCÁDIA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. DRª CATARINA PINTO DATADA DE 19.05.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO-----**

Através do requerimento registado na Secção de Apoio Administrativo da DGOT com o n.º 771/17, respeitante ao processo com o n.º 306/17, em 09 de maio de 2017, veio o Sr. Cândido Vilaranda Ferreira, na qualidade de herdeiro e cabeça de casal da herança de seu pai, António Ferreira, solicitar a emissão do parecer favorável à constituição do regime de compropriedade e aumento do número de compartes a que se refere o n.º 1 do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, com vista a instruir uma escritura de habilitação de herdeiros e partilhas, do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 840, da freguesia de Moreiras, e dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 302, 1184, 1225 e 1290, da freguesia de Santa Leocádia, todos no concelho de Chaves.-----

**2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----**

2.1. O pedido veio instruído com os seguintes documentos:-----

- a) Cópia dos documentos relativos à descrição predial, emitidos pela Conservatória do Registo Predial Chaves, respeitantes ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 840, da freguesia de Moreiras, e aos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 1225 e 1290, da freguesia de Santa Leocádia;-----
- b) Cópia das cadernas prediais rústicas, emitidas pelo Serviço de Finanças de Chaves, referentes ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 840, da freguesia de Moreiras, e aos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 302, 1184, 1225 e 1290, ambos da freguesia de Santa Leocádia;-----
- c) Localização dos prédios rústicos em ortofotocartografia;-----
- d) Cópia do documento provisório de alteração, com o n.º 2470000051111, emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira;-----

**3. ENQUADRAMENTO-----**

3.1. O pedido enquadra-se no disposto no n.º 1<sup>29</sup> do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho, que determina a necessidade de obtenção de parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, quando haja lugar à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes.

---

<sup>29</sup> - A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios

3.2. O nº 2<sup>30</sup> do mesmo Artigo especifica as condições em que o aludido parecer pode ser desfavorável, confinando-as apenas aos atos ou negócios que visem ou deles resultem parcelamento físico, em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.-----

#### 4. CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE DO PEDIDO-----

4.1. O pedido em apreço visa a celebração de uma escritura de partilhas da qual irá resultar a constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo nº 1184, da freguesia de Santa Leocádia, e aumento do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo nº 840, da freguesia de Moreiras, bem como dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos nºs 302, 1225 e 1290, da freguesia de Santa Leocádia, todos no concelho de Chaves, sem parcelamento físico, a realizar nos seguintes termos:-----

(i)  $\frac{3}{4}$  do prédio registado sob o artigo 840º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moreiras, a atribuir na igual proporção de  $\frac{3}{8}$  indivisos, respetivamente a favor de Cândido Vilaranda Ferreira e Ermelinda Vilaranda Ferreira Alegria;-----

(ii)  $\frac{3}{5}$  do prédio registado sob o artigo 302º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Santa Leocádia, a atribuir na igual proporção de  $\frac{1}{5}$  indiviso, respetivamente a favor de Cândido Vilaranda Ferreira, Ermelinda Vilaranda Ferreira Alegria e Joaquim Vilaranda Ferreira;-----

(iii) Prédio registado sob o artigo 1184º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Santa Leocádia, a atribuir na igual proporção de  $\frac{1}{2}$  indiviso, respetivamente a favor de Manuel Vilaranda Ferreira, e João Vilaranda Ferreira;-----

(iv)  $\frac{2}{3}$  do prédio registado sob o artigo 1225º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Santa Leocádia, a atribuir na igual proporção de  $\frac{1}{3}$  indiviso, respetivamente a favor de Cândido Vilaranda Ferreira, e João Vilaranda Ferreira;-----

(v)  $\frac{2}{3}$  do prédio registado sob o artigo 1290º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Santa Leocádia, a atribuir na igual proporção de  $\frac{1}{3}$  indiviso, respetivamente a favor de Cândido Vilaranda Ferreira, e João Vilaranda Ferreira;-----

4.2. Com base nos documentos de localização apresentados pelo requerente, todos os prédios rústicos (registados sob os artigos nºs 840, 302, 1184, 1125 e 1290), sobre os quais é solicitado o parecer favorável à constituição de compropriedade, se localizam na freguesia de Santa Leocádia, de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Contudo, o prédio rústico registado na matriz predial sob o artigo nº 840, vem referenciado à freguesia de Moreiras. Pese embora esta questão não se considere relevante para a emissão de parecer favorável à constituição do regime de compropriedade do prédio em causa, entende-se, contudo, que o requerente deverá diligenciar no sentido da sua retificação, junto do Serviço de Finanças e da Conservatória do registo predial.-----

#### 5. PROPOSTA-----

---

<sup>30</sup> - O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana-----

5.1. Considerando os fins a que se destina a solicitação do requerente, que pretende a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo nº 1184, da freguesia de Santa Leocádia e aumento do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo nº 840, da freguesia de Moreiras, bem como dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos nºs 302, 1225 e 1290, da freguesia de Santa Leocádia, todos no concelho de Chaves, a realizar nos termos descritos no ponto 4.1 da presente informação, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a lei pretende salvaguardar, nos termos do nº 2, do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 70/15, de 16 de julho, entende-se propor o acolhimento favorável ao pedido de parecer e subsequente emissão da certidão de compropriedade. -----

5.2. Em caso de superior concordância com o ponto anterior, propõe-se a submissão desta proposta a deliberação da Ex.ª Câmara Municipal, conforme estipula o nº1 do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, sugerindo-se o seu agendamento para a próxima reunião ordinária deste órgão, devendo posteriormente, em caso de deferimento, transitar para o Gabinete de Notariado e Expropriações para emissão da competente certidão.-----

5.3. Por último, propõe-se que seja sugerido ao requerente para proceder, junto do Serviço de Finanças e da Conservatória do Registo Predial, à retificação da freguesia, relativamente ao prédio registado sob o artigo 840º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moreiras, que deverá passar a estar registado na freguesia de Santa Leocádia, onde efetivamente se situa.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 24.05.2017:-----**

Visto. Concordo. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à emissão de um parecer favorável à constituição da compropriedade requerida e à concomitante passagem da respectiva certidão.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.26. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.26. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.9. COMPROPRIEDADES DE TERRENOS, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 308/17 - MARIA JOAQUINA DE CASTRO TEIXEIRA - FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. DR.ª CATARINA PINTO DATADA DE 23.05.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO-----**

Através do requerimento registado na Secção de Apoio Administrativo da DGOT com o nº 777/17, respeitante ao processo com o nº308/17, em

09 de maio de 2017, veio a Sr.<sup>a</sup> Maria Joaquina de Castro Teixeira, na qualidade de cabeça de casal, por óbito de Adalberto José Pereira de Carvalho, solicitar a emissão do parecer favorável à constituição do regime de compropriedade e aumento do número de compartes a que se refere o n.º 1 do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, com vista a instruir uma escritura de habilitação de herdeiros e partilhas dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 117, 139 e 293, da freguesia de Vale de Anta, no concelho de Chaves.-----

**2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO** -----

2.1. O pedido veio instruído com os seguintes documentos:-----

(i) Cópia das cadernas prediais rústicas, emitidas pelo Serviço de Finanças de Chaves, referentes aos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 117, 139 e 293, da freguesia de Vale de Anta, em Chaves;-----

(ii) Cópia dos documentos relativos à descrição predial, emitidos pela Conservatória do Registo Predial Chaves, respeitantes aos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 117 e 139, da freguesia de Vale de Anta, em Chaves;-----

(iii) Localização dos prédios rústicos em cartografia e ortofotocartografia;-----

**3. ENQUADRAMENTO**-----

3.1. O pedido enquadra-se no disposto no n.º 1<sup>31</sup> do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho, que determina a necessidade de obtenção de parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, quando haja lugar à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes.

3.2. O n.º 2<sup>32</sup> do mesmo Artigo especifica as condições em que o aludido parecer pode ser desfavorável, confinando-as apenas aos atos ou negócios que visem ou deles resultem parcelamento físico, em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.-----

**4. CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE DO PEDIDO**-----

O pedido em apreço visa a celebração de uma escritura de partilhas da qual irá resultar a constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 293, da freguesia de Vale de Anta, e aumento do número de compartes dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 117 e 139, da freguesia de Vale de Anta, todos no concelho de Chaves, sem parcelamento físico, a realizar nos seguintes termos:-----

(vi)  $\frac{1}{4}$  indiviso (metade de  $\frac{1}{2}$  que pertence à herança) do prédio registado sob o artigo 117º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vale de Anta, a atribuir a Artur Bernardino Teixeira Carvalho e Mário Teixeira de Carvalho;-----

(vii)  $\frac{1}{4}$  indiviso (metade de  $\frac{1}{2}$  que pertence à herança) do prédio registado sob o artigo 139º, inscrito na matriz predial rústica da

---

<sup>31</sup> - A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios

<sup>32</sup> - O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana-----

freguesia de Vale de Anta, a atribuir a Aurora Teixeira Carvalho e Maria Isabel Teixeira Carvalho Gonçalves;-----  
(viii) ½ indiviso do prédio registado sob o artigo 293º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vale de Anta, a atribuir a Aurora Teixeira Carvalho e Maria Isabel Teixeira Carvalho Gonçalves;

**5. PROPOSTA-----**

5.1. Considerando os fins a que se destina a solicitação do requerente, que pretende a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo nº 293, da freguesia de Vale de Anta, e aumento do número de compartes dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos nºs 117 e 139, também da freguesia de Vale de Anta, todos no concelho de Chaves, a realizar nos termos descritos no ponto 4 da presente informação, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a lei pretende salvaguardar, nos termos do nº 2, do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 70/15, de 16 de julho, entende-se propor o acolhimento favorável ao pedido de parecer e subsequente emissão da certidão de compropriedade. -----

5.2. Em caso de superior concordância com o ponto anterior, propõe-se a submissão desta proposta a deliberação da Ex.ª Câmara Municipal, conforme estipula o nº1 do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, sugerindo-se o seu agendamento para a próxima reunião ordinária deste órgão, devendo posteriormente, em caso de deferimento, transitar para o Gabinete de Notariado e Expropriações para emissão da competente certidão.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 24.05.2017:-----**

Visto. Concorde. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à emissão de um parecer favorável à constituição da compropriedade requerida e à concomitante passagem da respectiva certidão.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.26. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.26. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.10. COMPROPRIEDADE DE TERRENO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 337/17 - ANTÓNIO GUSTAVO NOGUEIRA SANTARÉM - LUGAR DE ESPINHEIRO, FREGUESIA DE FAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. DR.ª CATARINA PINTO DATADA DE 31.05.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO-----**

Através do requerimento registado na Secção de Apoio Administrativo da DGOT com o nº 857/17, respeitante ao processo com o nº 337/17, em 23 de maio de 2017, veio o Sr. António Gustavo Nogueira Santarém, na

qualidade de proprietário, solicitar a emissão do parecer favorável à ampliação do número de compartes a que se refere o n.º 1 do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, relativamente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 662º, da freguesia de Faiões, no concelho de Chaves.-----

## 2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

2.1. O pedido veio instruído com os seguintes documentos:-----

(iv) Cópia da caderna predial rústica, emitida pelo Serviço de Finanças de Chaves, referente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 662º, da freguesia de Faiões, em Chaves;-----

(v) Cópia do documento relativo à descrição predial, emitido pela Conservatória do Registo Predial de Chaves, respeitante ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 662º, da freguesia de Faiões, em Chaves;-----

(vi) Planta de localização;-----

(vii) Extrato da planta de ordenamento do PDM, com a localização do prédio rústico;-----

## 3. ENQUADRAMENTO-----

3.1. O pedido enquadra-se no disposto no n.º 1<sup>33</sup> do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho, que determina a necessidade de obtenção de parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, quando haja lugar à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes.-

3.2. O n.º 2<sup>34</sup> do mesmo Artigo especifica as condições em que o aludido parecer pode ser desfavorável, confinando-as apenas aos atos ou negócios que visem ou deles resultem parcelamento físico, em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.-----

## 4. CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE DO PEDIDO-----

O pedido em apreço visa o aumento do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 662º, da freguesia de Faiões, no concelho de Chaves, sem parcelamento físico, a realizar nos seguintes termos:-----

(ix) 1/4 indiviso a atribuir a Lisete Rodrigues Santarém Paranta;---

(x) 3/4 indivisos a atribuir a António Gustavo Nogueira Santarém;--

## 5. PROPOSTA-----

5.1. Considerando os fins a que se destina a solicitação do requerente, que pretende a emissão de parecer favorável à ampliação do n.º de compartes do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 662º, da freguesia de Faiões, a realizar nos termos descritos no ponto 4 da presente informação, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a lei pretende salvaguardar, nos termos do n.º 2, do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho, entende-se propor o

---

<sup>33</sup> - A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios

<sup>34</sup> - O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana-----

acolhimento favorável ao pedido de parecer e subsequente emissão da respectiva certidão. -----

5.2. Em caso de superior concordância com o ponto anterior, propõe-se a submissão desta proposta a deliberação da Ex.<sup>a</sup> Câmara Municipal, conforme estipula o n.º 1 do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, sugerindo-se o seu agendamento para a próxima reunião ordinária deste órgão, devendo posteriormente, em caso de deferimento, transitar para o Gabinete de Notariado e Expropriações para emissão da competente certidão.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 01.06.2017:-----**

Visto. Concordo. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à emissão de um parecer favorável à constituição da compropriedade requerida e à concomitante passagem da respectiva certidão.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.05. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.11. HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 323/16 - MARIA RITA NASCIMENTO CARNEIRO - RUA DA LAMPAÇA, FREGUESIA DE TRONCO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 05.06.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO-----**

Através do requerimento n.º 804/16, registado em 28/04/2016, que deu origem ao processo n.º 323/16, completado pelo requerimento n.º 959/17, datado do dia de hoje a Sra. Maria Rita Nascimento Carneiro, na qualidade de proprietária, apresenta um pedido de aprovação de um projecto de arquitectura, com vista à legalização de uma operação urbanística realizada, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, referente a uma habitação unifamiliar e anexos, situada no Lugar da Lampaça, freguesia de tronco, concelho de Chaves.-----

**2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----**

2.1 De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, o prédio rústico composto de monte, situado em Lampaça, com uma área total de 615 m<sup>2</sup>, freguesia de Tronco e descrito sob o n.º 363/20030530, inscrito na matriz predial da referida freguesia sob o artigo n.º 2955 natureza rústica, confronta de norte, nascente e ponte com caminho público e de sul com um particular. -----

2.2 Através do requerimento n.º 959/17, a requerente apresenta comprovativo de entrega de documentos, junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, com data de receção de 05/06/2017, consubstanciado na Declaração para inscrição ou atualização de prédios urbanos na matriz (modelo 1 ), onde se verifica uma alteração



de classificação do prédio rústico inscrito sob o artigo 2955 da freguesia de Tronco, em prédio urbano com o artigo provisório P420, motivado, por força da alínea b), do artigo 106.º<sup>(35)</sup> do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis Decreto Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, CIMI.-----



Localização provável do prédio objecto de legalização, tendo por base a planta de localização, apresentada pelo requerente

### 3. ANTECEDENTES -----

Edifício existente não licenciado-----

### 4. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS -----

Não houve necessidade de se efectuarem consultas externas.-----

### 5. INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O processo está instruído com os seguintes elementos, de acordo com o disposto no anexo I - ponto I e no n.º15 e 16 do ponto III da Portaria 113/2015 de 22 de Abril e RMUE, designadamente:-----

- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;-----
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido;-
- Documento complementar, consubstanciado numa declaração da requerente a autorizar o gabinete de projectos denominado G.I.P.C., Lda. a tomar conhecimento de todas as informações relacionadas com o presente processo;-----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º14, do artigo 13º(36) do

<sup>35</sup> Artigo106ºRegras para a alteração das matrizes-----  
As alterações a introduzir nas matrizes devem obedecer às regras seguintes:-----

b) Os prédios novos são inscritos pela forma declarada na alínea anterior, devendo, quanto aos urbanos, indicar-se a data referida no artigo 10º e eliminar-se o artigo correspondente ao terreno de implantação e, quanto aos prédios rústicos, indicar-se a data em que lhes foi atribuída essa classificação e os motivos;-----

<sup>36</sup> Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução**-----

12 - Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 - A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à

Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Município de Chaves;-----

- Documento complementar consubstanciado, numa Declaração, na qual o Engenheiro, autor do respetivo levantamento topográfico declara a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local., de acordo com o n.º 11, do artigo 13º<sup>(37)</sup>, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Município de Chaves;-----
- Ficha de elementos estatísticos, previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho; -----
- Prova da validade da inscrição da arquiteta em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Prova da validade da inscrição do Engenheiro em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, à escala 1:10.000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização, à escala 1:5.000, com indicação dos limites da área da operação urbanística;-----

---

implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 – Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 – As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

<sup>37</sup> Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução**-----

12 – Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 – A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 – Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 – As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

- Ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do RMUE; -----
  - Prova da validade da inscrição do Engenheiro em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
  - Levantamento topográfico, à escala de 1:200, cotado, identificando o prédio e a respectiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas);-----
  - Planta de implantação sobre levantamento topográfico, à escala 1/200, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respectivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações;-----
  - Memória descritiva e justificativa;-----
  - Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----
  - Projeto de arquitetura, incluindo, termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitectura e termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arranjos exteriores, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico autor do projeto de arquitectura, plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e utilizações de todos os espaços, alçados à escala de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas, pormenores de construção, à escala de 1:20, esclarecendo a solução construtiva adotada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação).-----
  - Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º;-----
  - Documentação fotográfica do imóvel;-----
  - CD, com peças escritas e desenhadas do projecto.-----
  - Ficha de segurança contra incêndios em edifícios;-----
  - Projeto de condicionamento acústico;-----
  - Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º 349 -C/2013, de 2 de dezembro;-----
  - Projeto de redes prediais de água e esgotos, bem como, de águas pluviais; -----
  - Projeto de estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica;-----
  - Projeto de infraestruturas de telecomunicações, requerimento n.º959/17, de 05/06/2017.-----
- No que concerne aos projectos de alimentação e distribuição de energia eléctrica, a requerente apresenta fotocópia da fatura do consumo da electricidade.-----

## **6. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

### **6.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

A pretensão enquadra-se no disposto, na alínea c), no n.º 2, do artigo 4.º<sup>(38)</sup>, cumulativamente com o artigo n.º 102.º-A, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, doravante designado RJUE, com vista à legalização de obras sujeitas a licença administrativa.-----

## **6.2 - Nas disposições do Plano Diretor Municipal-----**

Regista-se que o prédio acima referido com a área global conservada de 615 m<sup>2</sup> e com a configuração e delimitação constantes da planta topográfica junta. -----

Face ao Plano Diretor Municipal de Chaves <sup>(39)</sup> em vigor e de acordo com as plantas de localização entregues, da responsabilidade da requerente, o local em causa, insere-se em espaços urbanos e urbanizáveis (Classe 1), na categoria U3 - Outros Aglomerados (aglomerado de Tronco).-----



Conforme se ilustra, tendo por base o levantamento georreferenciado, apresentado pelo interessado, sobre o extractos da planta de ordenamento 35-A.

Segundo a planta de condicionantes, do PDM de Chaves, folha nº35-A, sobre o terreno do interessado não impede uma servidão e/ou restrição de utilidade pública.-----



Conforme se ilustra, tendo por base o levantamento georreferenciado, apresentado pelo requerente sobre o extracto da planta de condicionante 35-A

## **7. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----**

### **7.1 Quanto às regras de edificabilidade-----**

Por leitura da memória descritiva e justificativa do projecto de arquitectura, é proposta a legalização de uma área bruta de construção de 307,37 m<sup>2</sup> e uma área de implantação de 171,55 m<sup>2</sup> para o conjunto a edificar. A habitação projeta-se em dois pisos, sendo um piso de r/chão e um piso de 1º andar e dois anexos de R/C;-----

<sup>38</sup> 2 - Estão sujeitas a licença administrativa:-----

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;-----

<sup>39</sup> Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento-----

O imóvel principal destina-se a habitação unifamiliar e é servido por caminho público;-----

A edificação localiza-se dentro de uma faixa de terreno limitada pela mesma via e por uma linha traçada paralelamente a uma distância de 30m da respectiva berma;-----

Na categoria de espaços, em que se insere a parcela de terreno, o índice de construção é de 0.5 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 615,00 m<sup>2</sup> x 0.50 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = 307,50 m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 307,37 m<sup>2</sup> (área bruta de construção para o conjunto edificado a legalizar);

Do ponto de vista técnico da disciplina de arquitetura nada obsta à realização da pretensão, na medida em que se conforma com as normas estipuladas pelo Plano Diretor Municipal de Chaves em vigor, nomeadamente é cumprido o disposto nas alíneas, a), b), c) e d) do n.º 1 do art.º 18.º e alíneas a) e f), do art.º 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

#### **7.2 Quanto às infra-estruturas-----**

O terreno confronta de norte, nascente e poente com caminho público, tal como se pode constatar por leitura do documento da conservatória. O prédio está servido de infra estruturas, tal como se pode constatar por leitura, do título 6- Instalações, da memória descritiva do projecto de arquitectura e arranjos exteriores, onde refere " O abastecimento de água é garantido pela rede pública", no que concerne á rede de esgotos "serão conduzidos a uma fossa séptica", " O imóvel já possui energia eléctrica".-----

#### **7.3 Quanto às acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de agosto-----**

O pedido está instruído com um Plano de Acessibilidades (DL 163/06 de 8 de Agosto).-----

O termo de responsabilidade da autora do plano de acessibilidades, constitui garantia bastante do estrito cumprimento das normas legais aplicáveis. -----

#### **7.4 Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----**

De acordo com o estipulado no item 3, do Artigo n.º12<sup>(40)</sup> do Regulamento do PDM de Chaves, conjugado com o Quadro I - Parâmetros de dimensionamento da Portaria n.º216-B, de 3 de março, cumulativamente com o artigo 39.º<sup>(41)</sup> do Regulamento da Urbanização e da Edificação e

---

<sup>40</sup> Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos-----

1 - Todas as novas edificações terão de dispor, dentro do perímetro do respectivo lote ou das suas partes comuns privadas, quando existam, de espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis, sendo a sua área mínima estabelecida em função dos destinos de uso do edifício e da sua dimensão.-----

2 - Os parâmetros para o dimensionamento das áreas mínimas destinadas a estacionamento serão estabelecidos através de regulamento municipal, planos de urbanização ou projectos de ordenamento urbanístico.-----

3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento:-----

a) Um lugar por cada fogo;-----

b) Um lugar por cada 200 m<sup>2</sup> de área bruta de construção em moradias unifamiliares;-----

<sup>41</sup> Artigo 39.º - Parâmetros a respeitar-----

Tabela de Taxas e Licenças devidas pela realização de operações Urbanísticas e posteriores alterações, constata-se que é possível garantir o estacionamento privado dentro do prédio do requerente, bem como, no que concerne às dimensões dos lugares de estacionamento, cumpre com o previsto no artigo 40.º<sup>(42)</sup> do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação e tabela de Taxas e licenças devidas pela realização de operações Urbanísticas e posteriores alterações.-----

**7.5 Norma a observar, no que concerne aos caminhos municipais (a Lei nº 2110, de 19 de Agosto de 1961) -----**

O processo de licenciamento em apreço, tem a ver com a legalização e construção de uma habitação unifamiliar e anexos, sendo que um dos anexos confina com a via pública. O PDM contém, em matéria de condicionantes a observar relativamente aos afastamentos das edificações e dos muros de vedação confinantes com a via pública, várias remissões para a legislação reguladora do sector, de entre as quais consta a lei geral para os caminhos municipais, Regulamento Geral de Estradas e Caminhos Municipais estabelecido pela Lei nº 2110, de 19 de Agosto de 1961).-----

Mais se refere para edificações em parcelas confinantes com vias cujos afastamentos não estejam definidos, em diploma legal ou regulamentar, os afastamentos mínimos das mesmas às referidas tomar-se-ão como alinhamentos imperativos os afastamentos mínimos estabelecidos na lei geral para os caminhos municipais. Assim de acordo com a Lei nº 2110, de 19 de Agosto de 1961, no que concerne às normas a observar no que concerne aos caminhos municipais, não é permitida qualquer construção nos terrenos à margem das vias municipais, dentro das zonas de servidão non aedificandi, limitadas de cada lado da estrada por uma linha que dista do seu eixo 4,5m, para caminhos municipais, conforme o plasmado no artigo 58.º, do referido diploma legal. Neste seguimento e no que concerne ao anexo destinado a arrumos, com uma área de 2,10m<sup>2</sup> e que confina com via pública, e por observação das peças desenhadas, constata-se que o mesmo não respeita um afastamento de 4,5m em relação ao eixo da via. Contudo da análise efectuada ao local e às características do anexo já erigido e consolidado constatou-se que o mesmo não agrava extraordinariamente a circulação, pela sua reduzida

---

1 – Todas as novas edificações devem dispor de espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis.-----

2 – No dimensionamento dos espaços referidos no número anterior devem garantir -se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento:-----

a) Estacionamento privado – o número e tipologia de lugares de estacionamento deve cumprir o estabelecido no artigo 12.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;-----

b) Estacionamento público – dentro dos limites do terreno objeto de intervenção, mais concretamente nos casos de edificações com a componente de habitação coletiva, comércio, serviços ou indústria, deve ser criado estacionamento a integrar no domínio público, em conformidade com o dimensionamento preceituado na Portaria n.º 216 - B/2008 de 3 de março, aplicável a título supletivo.-----

<sup>42</sup> Artigo 40.º - **Dimensões**-----

Os lugares de estacionamento referidos no número anterior devem ter as seguintes dimensões mínimas:-----

a) Garagem privativa – 6 m × 3 m;-----

b) Lugar de estacionamento no interior do edifício, nomeadamente garagem coletiva, ou a descoberto – 5 m × 2,5 m.-----

dimensão, (área 2.10m<sup>2</sup> e altura da fachada 2,61m e apenas confinando com via pública em 1.30m).-----  
 Atenta esta questão, foi agendada uma reunião com o Sr. Chefe de Divisão, com vista a se analisar a matéria antes controvertida. Dessa reunião, foi assumida a posição técnica de que, atenta a especificidade da situação em concreto, se poderá admitir a legalização do referido anexo.-----

#### **8. VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DE NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS, REFERENTES AO INTERIOR DAS EDIFICAÇÕES -----**

8.1 Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, «as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações [...] constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia, salvo quando as declarações sejam formuladas nos termos do n.º 5 do artigo 10.º». ---

8.2 O projeto de arquitetura apresentado está instruído com termo de responsabilidade subscrito pela sua autora, inscrita na Ordem dos Arquitetos, que atesta a conformidade do mesmo com as normas legais e regulamentares aplicáveis referentes ao interior da edificação, elaborado nos termos do n.º 1, do artigo 10.º do RJUE.-----

8.3 Os elementos instrutórios são os adequados para a operação urbanística, objeto do procedimento de legalização de uma operação urbanística realizada, consubstanciada numa habitação unifamiliar e dois anexos existentes, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, , e uma vez que não há lugar à realização de obras, a requerente apresentou os elementos, conforme o n.º 4 do artigo 102.º-A<sup>(43)</sup> do RJUE e b) do n.º 5 do artigo 73.º-C<sup>(44)</sup> do RMUE;-----

---

<sup>43</sup> Artigo 102.º -A - **Legalização**-----

4 - Para efeitos do disposto no número anterior, é dispensada, nos casos em que não haja obras de ampliação ou de alteração a realizar, a apresentação dos seguintes elementos:-----

- a) Calendarização da execução da obra;-----
- b) Estimativa do custo total da obra;-----
- c) Documento comprovativo da prestação de caução;-----
- d) Apólice de seguro de construção;-----
- e) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho;-----
- f) Títulos habilitantes para o exercício da atividade de construção válidos à data da construção da obra;-----
- g) Livro de obra;-----
- h) Plano de segurança e saúde.-----

<sup>44</sup> Artigo 73.º -C **Procedimento de legalização de operações urbanísticas**

b). Quando não haja lugar à realização de obras de ampliação ou alteração, será igualmente dispensada a apresentação dos seguintes documentos:-----

- i) Calendarização da execução da obra;-----
- ii) Estimativa do custo total da obra;-----
- iii) Documento comprovativo da prestação de caução;-----
- iv) Apólice de seguro de construção;-----
- v) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho;-----
- vi) Títulos habilitantes para o exercício da atividade de construção válidos à data da construção da obra;-----
- vii) Livro de obra;-----
- viii) Plano de segurança e saúde.-----

8.4 Em anexo, à presente informação técnica, o auto de Vistoria prévia para legalização das obras de construção, emitido em 02/06/2016, onde se refere que o edifício se situa em meio rural, onde predomina esta tipologia de construções, bem como o seu estado actual de conservação não desvirtua a envolvente em que se insere.-----

#### **9. RESPONSABILIDADE-----**

Os termos de responsabilidade, seja ao nível dos projetos de arquitetura e de especialidades, da coordenação do projeto, bem como do levantamento topográfico, apresentados e subscritos pelos técnicos autores dos projetos são garantia bastante da adequabilidade e a conformidade legal e regulamentar da operação urbanística objeto de análise.-----

#### **10. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----**

As taxas administrativas (taxas de infra estruturas urbanísticas e taxas administrativas) previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010, corresponde ao valor de 679,83 € (seiscentos e setenta e nove euros e quarenta e três cêntimos), conforme discriminado nas tabelas com o cálculo das taxas urbanísticas que se anexa à presente informação.-----

#### **11. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----**

11.1. Considerando que a instrução do pedido é considerada satisfatória;-----

11.2 Considerando o descrito no auto de vistoria n.º58, onde refere que projecto apresentado retracta a materialização do imóvel no local, bem como, o edificio encontra-se em bom estado de conservação, interior e exteriormente, conforme os n.º 1 e n.º 2, do artigo 20.º<sup>(45)</sup>, do RJUE, cumulativamente com o n.º8 do artigo 73-C<sup>(46)</sup> do RMUE);-----

11.3 Considerando que a edificação, destinado a habitação uni familiar e anexos complementares, destinados a arrumos e cozinha, cumpre os parâmetros urbanísticos previstos pelo PDM para o local.-----

#### **12. PROPOSTA DE DECISÃO-----**

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, artigo 102.º-A do RJUE e artigo

---

<sup>45</sup> Artigo 20.º **Apreciação dos projetos de obras de edificação-----**

1 - A apreciação do projeto de arquitetura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c) a f) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais ou intermunicipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspeto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto.-----

2 - Para os efeitos do número anterior, a apreciação da inserção urbana das edificações é efetuada na perspectiva formal e funcional, tendo em atenção o edificado existente, bem como o espaço público envolvente e as infraestruturas existentes e previstas.-----

<sup>46</sup> 8 - A realização da vistoria municipal tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----



73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

12.1 Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Câmara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

12.3 Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projecto a que se faz referência, e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel, destinado a habitação unifamiliar e anexos complementares;-----

12.4 Caso a Câmara municipal delibere deferir o presente pedido de legalização de uma operação urbanística realizada, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, referente a uma habitação unifamiliar e anexos, a interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º14, do artigo 73.º-C, do RMUE, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

À consideração superior, -----

Anexo: -----

• Tabelas com o cálculo das taxas urbanísticas-----

• Auto de vistoria n.º 58, emitido em 02/06/2016-----

**Tabelas com o cálculo das taxas urbanísticas-----**

**I - Cálculo das taxas de infra estruturas urbanísticas (T)-----**

Nos termos do disposto no item 4, do artigo 25.º, do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização da operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010.-----

O conjunto edificado, destinado a destinado a habitação unifamiliar e anexos destinados a arrumos e cozinha,-----

Habitação unifamiliar	Área m2	Alt. Fach (m)	Anexo, destinado a cozinha	Alt. Fach.	Anexo, destinado a arrumos	Alt. Fach (m)	TOTAL	Volume m3
1º andar	143,40							
r/chão	143,40		24,67		3,48			
TOTAL	279,22	6.18	24,67 m²	3.03	3,48 m2	2.61	307,37 m²	1725,58+74,75+9.08

volume - 1809,41 m³

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)							
QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m <sup>2</sup>	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem						
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,49	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	0		19,77	0,00	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	4,28		13,34	57,10	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,70	0,00	€/m
	- Betão	/	0		13,34	0,00	€/m
	Passeios						
	- Lancil (Betão)	0	/	17,96		0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0	/	40,60		0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		16,24	0,00	€/m
- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,52	0,00	€/m	
REDE DE ÁGUA		1	/	22,04		22,04	€/m
REDE DE ESGOTOS		0	/	34,80		0,00	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	46,40		0,00	€/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						79,14	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública						26	
Moradia unifamiliar							
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º							
T = C x m x 0,25						T = 514,38	€

## II - Cálculo das taxas administrativas-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
<b>Secção IV</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>			
<b>Subsecção IV</b>	<b>EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)</b>			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
b)	De 251 m <sup>2</sup> a 500 m <sup>2</sup>	1	84,80 €	84,80 €
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões,	28,15	1,00 €	28,15 €
n.º 18	No caso do aditamento gerar aumento de área bruta de construção, acresce por		3,10 €	
Artigo 76.º	Outras vistorias			
n.º 6	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas	1	52,50 €	52,50 €
<b>TOTAL</b>				<b>165,45 €</b>

Em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização da operação urbanística em causa.-----

**TOTAL A PAGAR.....Σ514,38 € + 165,45 € = 679,83 € (seiscentos e setenta e nove euros e quarenta e três cêntimos)-----**

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 05.06.2017:-----**

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os

requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa (Habitação unifamiliar e anexos).-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.06.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.06.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VI

### OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

#### 1- URBANIZAÇÃO

##### 1.1. SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES. ----

Foi presente a informação nº 200/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **I - Enquadramento**-----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 10 de abril de 2017, deliberou por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa. -----

Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, a empresa Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Publicas S.A., veio apresentar lista de erros e omissões. -----

Após análise da lista de erros e omissões apresentada, a equipa projetista pronunciou-se conforme o documento que se anexa, e que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Nos termos do exposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões apresentados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, até ao termo do período de suspensão daquele prazo. -----

##### **II - Da Proposta em Sentido estrito**-----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte procedimento: -----

a) A aceitação dos erros e omissões, anexando-se a este documento a análise do Júri do Concurso. De salientar que não há lugar à alteração do preço base do concurso; -----

b) Que, dado que a próxima reunião ordinária de Câmara apenas se realiza no próximo dia 9 de junho, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do nº 5 do artigo 61º do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, e dado que, foi concedido à obra, uma comparticipação financeira do Fundo de Coesão, com o código da operação, POSEUR -12 2016-38, dispondo de um prazo limitado para a sua realização física e

financeira, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados; -----

c) Considerando que a decisão sobre a apreciação dos erros e omissões do caderno de encargos, para efeito do disposto no artigo 61º, do CCP, deve ser publicitada, na plataforma vortal, no dia de hoje, não sendo, assim, possível a convocação da reunião extraordinária do Executivo Municipal, nos termos legais; -----

d) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 9 de junho de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara; -----

e) Nos termos do nº7 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão; -----

f) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o nº3 do artigo 64ª do Código dos contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder à prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 61.º. -----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 16 de junho de 2017, até às 17 horas. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 29 de maio de 2017. -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.17** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.05.30** -----

Aprovo. À Reunião de Câmara para ratificação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 30 de maio de 2017. -----

## **1.2. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO N.3/DOP/2017 (TRABALHOS ELEGÍVEIS).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º 3/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 18.333,56 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto no valor de €18.333,56 (Dezoito mil, trezentos e trinta e três euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

**1.3. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO N.4/DOP/2017 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º 4/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 14.895,81 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06 -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto no valor de €14.895,81 (Catorze mil, oitocentos e noventa e cinco euros e oitenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

**1.4. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL - VILELA SECA E REMODELAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE VILELA SECA - AUTO DE MEDIÇÃO N.5/DOP/2017. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º 5/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 80.649,55 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06 -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor €80.649,55 (Oitenta mil, seiscentos e quarenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.5. REQUALIFICAÇÃO DO PAVIMENTO DO BAIRRO DA TRASLAR - RELATÓRIO FINAL. -----**

Foi presente a informação n.º 207/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Enquadramento-----**

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ª. Série, n.º 75, de 17 de abril de 2017 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Requalificação do Pavimento do Bairro da Traslár". -----

**II - Fundamentação**

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construção e Obras Públicas, S.A." pelo valor de 152.990,00 € (Cento e cinquenta e dois mil novecentos e noventa euros).

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita, e esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão, nenhum dos concorrentes apresentou, qualquer sugestões quanto ao sentido da decisão, conforme melhor se comprova pelo relatório final, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

**III - Da Proposta em Sentido estrito**

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere no sentido de:

1. Aprovação do relatório final da empreitada "Requalificação do Pavimento do Bairro da Traslar";

2. A adjudicação da empreitada à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construção e Obras Públicas, S.A." pelo valor de 152.990,00€ (Cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa Euros), IVA não incluído, com um prazo de execução de 60 dias, remetendo-se o mesmo relatório final à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal.

3. Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º 2 do artigo 98º do CCP.

4. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário.

À consideração Superior.

Divisão de Obras Públicas, 29 de maio de 2017.

A Chefe de Divisão

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues)

Em Anexo: Relatório Final

**RELATÓRIO FINAL**

Aos 29 dias do mês de maio 2017, na Divisão de obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros:

- Presidente - Márcia Raquel Silva Ramos Barreira Santos, Chefe de Divisão de Gestão Financeira;

- 1.º Vogal - Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues Chefe de Divisão de Obras Públicas;

- 2.º Vogal - José Luís de Figueiredo Araújo, Técnico Superior da Divisão de Recursos Operacionais,

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do ato adjudicatário, no âmbito do presente procedimento.

No passado dia 19 de maio procedeu-se á notificação do projeto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão.

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte:

a) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da

empreitada "Requalificação do Pavimento do Bairro da Traslár" pelo valor 152.990,00€ (Cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa Euros) IVA não incluído, à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construção e Obras Públicas, S.A.", com um prazo de execução de 60 dias, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal; -----

b) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º 2 do artigo 98º do CCP. -----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri. -----

O Júri -----

O Presidente -----

Márcia Raquel Silva Ramos Barreira Santos -----

Os Vogais -----

Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues -----

#### **MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DO PAVIMENTO DO BAIRRO DA TRASLAR". -----**

No dia ... de ..... de 2017, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 152 990,00 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro:-----

Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Arq.º António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves.-----

**E-----**

Como Segundo Contratante, **ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.**, com sede em S. Fraústo, Estrada de Braga, Km 164,5, em 5400-283 Chaves, Pessoa Coletiva n.º 500719616, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, titular do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas n.º 6176-PUB, com o capital social de 4.750.000,00 euros, legalmente representada por -----, natural de -----, residente em -----, titular do Cartão de Cidadão n.º -----, válido até -----, na qualidade de -----, conforme poderes constantes -----, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato.-----

#### **Cláusula 1ª (Objeto e preço contratual)-----**

1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada "Requalificação do Pavimento do Bairro da Traslár", pelo preço de **€ 152 990,00** (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa euros), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor.-----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro contratante ao segundo contratante, mediante deliberação camarária do passado dia --/--/2017, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projeto de Execução, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 10/04/2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato.-----

**Cláusula 2ª (Prazo de Execução)**-----

1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **60 (sessenta)** dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo.-----

2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior, deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da consignação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, do Artigo 362º, do CCP.-----

3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o n.º 1 antecedente, encontra-se prevista para o dia .....-----

**Cláusula 3ª (Prazo de Garantia da Obra)**-----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:-----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;-----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais e instalações técnicas;-----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.-----

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.-----

3. Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.-----

**Cláusula 4ª (Pagamentos)**-----

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno.-----

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.-----

**Cláusula 5ª (Revisão de Preços)**-----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.-----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F10 - Estradas**, publicada no despacho n.º 22 637/2004 (2ª série), de 5 de novembro.-----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

**Cláusula 6ª (Cabimento e Compromisso)**-----

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: 07030301; Cabimento n.º 865/2017 de 06/04/2017;-----

2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso n.º 1749/2017, de 30/05/2017, em cumprimento do disposto no n.º 2, do



artigo 9º e n.º 3, do artigo 5º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, n.º 3, alínea c) do D.L. n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

**Cláusula 7ª (Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante)**-----

De acordo com o disposto no n.º 2, do Artigo 88º, do Código dos Contratos Públicos, não há lugar à prestação de caução por parte do segundo contratante, havendo no entanto lugar à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar.-----

**Cláusula 8ª (Foro Competente)**-----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

**Cláusula 9ª (Prevalência)**-----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Caderno de Encargos, Programa de Procedimento, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, Projeto de Execução, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.-----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto n.º 6, do artigo 96º, do CCP.-----

**Cláusula 10ª (Legislação aplicável)**-----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável.---

**Cláusula 11ª (Disposições finais)**-----

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas;-----

2 - O procedimento por Concurso Público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 10/04/2017;-----

3 - O procedimento por Concurso Público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia --/--/2017;-----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia --/--/2017;-----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato;-----

6 - Foram apresentados pelo segundo contratante: -----

O Primeiro Contratante:-----

O Segundo Contratante:-----

Contrato n.º ..../17.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.02** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.02** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.6. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA Nº3 DE CHAVES - REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1 E JARDIM DE INFÂNCIA DO CANEIRO - PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----**

Foi presente a informação nº 221/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Enquadramento-----**

O projeto de "Requalificação da Escola Básica Nº3 de Chaves - Requalificação e Ampliação da EB1 e Jardim de Infância do Caneiro", nos termos da informação produzida sobre a matéria, pela DPM, (informação nº 18/DPM/2017), foi aprovado em Reunião de Câmara no dia 15 de maio do presente ano. -----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o processo de procedimento para a execução da obra "Requalificação da Escola Básica Nº3 de Chaves - Requalificação e Ampliação da EB1 e Jardim de Infância do Caneiro". -----

Este projeto contempla a requalificação dos edifícios que compõem a EB1 e o Jardim de Infância do Caneiro, bem como a construção de um novo corpo que irá alojar uma cantina e salas de apoio. -----

Serão demolidas as instalações sanitárias e arrumos existentes, que passarão a localizar-se no espaço entre dois edifícios. -----

**II - Da Proposta -----**

Face ao descrito, propõe-se que o respetivo procedimento pré-contratual seja desenvolvido à luz do CCP, nos seguintes termos: ----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado, pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Requalificação da Escola Básica Nº3 de Chaves - Requalificação e Ampliação da EB1 e Jardim de Infância do Caneiro". Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 748.849.44 Euros, (Setecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido do respetivo valor do IVA; -

3. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

4. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Plano de Segurança e Saúde; -----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 120 dias. -----

Sendo a obra a executar uma escola, estima-se que o prazo de 120 dias é recomendado, para minimizar por um certo período o funcionamento da respetiva escola. -----

6. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos

procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

Efetivos: -----

1º Vogal efetivo: Abel Peixoto -----

2º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Madalena Branco -----

2º Vogal suplente: Vitor Pereira -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P; -----

9. O nº 2 do artigo 43º, do Código dos Contratos Públicos, sob a epígrafe, Caderno de Encargos do Procedimento de formação de contratos de empreitada, na versão que lhe veio a ser confiada, com a publicação e entrada em vigor, do D.L. nº 149/2012, de 12 de julho, veio a consagrar, legalmente, o dever de revisão obrigatória do projeto de execução nas obras classificadas na categoria III ou superior, bem como naquele cujo preço base seja enquadrável na classe 3 ou superior de alvará. -----

Todavia, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 43º do retro citado diploma legal, a alteração normativa, acima, preconizada à redação do nº 2, do artigo 43º do referido código, só produz efeitos a partir da entrada em vigor do diploma regulamentador que estabeleça o regime aplicável à revisão do projeto de execução. Sendo certo que, até à presente data, tal diploma legal ainda não veio a ser publicado e para o fim regulamentador, em vista, dando operacionalidade a tal solução normativa indissociável da melhoria da qualidade dos projetos que dão suporte às obras públicas realizadas mediante a celebração de contrato de empreitada de obras públicas. -----

A proposta técnica, em apreciação, consubstanciada na aprovação, pelo órgão executivo municipal, do projeto de execução, tendo como objeto a Requalificação da Escola Básica Nº3 de Chaves, a Requalificação e Ampliação da EBI e Jardim de Infância do Caneiro e consequente lançamento do respetivo procedimento adjudicatório, mediante a aprovação das correspondentes peças do procedimento (proposta de decisão de Contratar) acaba por propor, fundamentadamente, a dispensa de revisão de projeto, pese embora o valor base da correspondente empreitada ser fixada em 748.849,44 Euros. -----

Tal dispensa do procedimento de revisão do projeto é, tecnicamente, defendida tendo em atenção, como decorre, expressamente, da proposta técnica, em apreciação, o facto de estarmos na presença de uma obra simples, sem complexidade relevante, onde não são aplicados métodos ou técnicas inovadoras, o facto do projeto de execução ter sido, na sua generalidade revisto pelos serviços municipais competentes, sendo praticamente, nulo o grau de imprevisibilidade da empreitada, argumentação técnica que, à partida, perante tal disposição legal, perspetivada à luz da redação primitiva do nº 2 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, a qual continua a ser de aplicar, partindo do argumentário vertido anteriormente. -----

Com o intuito de dar concretização às recomendações do Tribunal de Contas, constantes do relatório nº 1/2015, da 2ª Secção, propõe-se a nomeação do SR. Eng. Vitor Pereira, como gestor do empreendimento, que será responsável pela gestão da obra ao longo da sua execução. -----

10. Entende-se, também, que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº 5, do artigo 43º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamento e análise de campo - O projeto consiste na beneficiação de um edifício escolar existente, mantendo as condições originais, pelo que não existe a necessidade de levantamento topográfico; -----

- Estudo geológico - geotécnico - O projeto consiste na beneficiação de um edifício escolar existente, mantendo as condições originais, pelo que não existe a necessidade de estudo geológico - geotécnico; -

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito trata-se da remodelação de um espaço existente, não estando sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro; -----

- Estudos de impacto social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - O projeto consiste na beneficiação de um edifício existente e, não aplicando quaisquer expropriações; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

11. O Programa de Concurso veio a estabelecer, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 132, do CCP, por referência ao preço base fixado no caderno de encargos, um valor, no caso, 20 % do valor da proposta abaixo do preço base, a partir do qual a proposta é considerada anormalmente baixa. -----

Tal estratégia de atuação deverá merecer acolhimento, por parte do órgão competente para tomada de decisão, no âmbito da aprovação das peças do procedimento, no caso, caderno de encargos e programa de concurso, indissociável da decisão de contratar. -----

A estratégia utilizada, pela entidade responsável pela decisão de contratar, centrada no recurso ao mecanismo previsto no n.º 2, do artigo 132, no âmbito do procedimento clássico do concurso público muito concretamente, no que concerne à determinação qualitativa do preço anormalmente baixo face ao estipulado no artigo 71 do CCP, tem como fundamento a seguinte ordem de razões a saber: -----

a) Garantir do equilíbrio contratual indivisível da afixação do preço contratual, vertido na proposta, face ao preço base exigido no caderno de encargos, princípio fundamental para a boa execução de empreitadas de Obras Públicas. -----

b) Contratar na medida do possível e de acordo com as regras previstas sobre a matéria, no CCP, a substituição desproporcional do preço contratual na proposta, face ao preço base, previsto no caderno de encargos, com todas as desvantagens daí inerentes para a boa execução do contrato e para o cumprimento do princípio do equilíbrio contratual, nas obras públicas de complexidade relevante ou de grande expressão financeira. -----

12. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 748.849.44 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.1.1. 0102 07010305 0211 2017 I 5, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2017/1441. --

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 05 de junho de 2017. -----  
 A Chefe de Divisão -----  
 (Eng.<sup>a</sup> Amélia Cristina Rodrigues) -----  
 Em anexo: -----  
 - Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----  
 - Programa de Procedimento; -----  
 - Caderno de Encargos; -----  
 - Plano de Segurança e Saúde; -----  
 - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05** -----  
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----  
 À consideração superior. -----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06** -----  
 À reunião de câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.7. REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA.** -----

Foi presente a informação nº 223/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Enquadramento**-----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra "Requalificação da Avenida Nuno Álvares (PAMUS 1.4)". -----

Este projeto contempla a pavimentação da Avenida Nuno Álvares, incluindo a requalificação de passeios e melhoria das zonas pedonais. A intervenção abrange ainda a substituição das infraestruturas elétricas existentes. -----

**II - Da Proposta** -----

Face ao descrito, propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----
2. Que seja autorizado, pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Requalificação da Avenida Nuno Álvares (PAMUS 1.4)". -----
3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 840.963.00 Euros, (Oitocentos e quarenta mil, novecentos e sessenta e três euros), acrescido do respetivo valor do IVA; -----
4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----
5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:
  - a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----
  - b) Programa de Procedimento; -----
  - c) Caderno de Encargos; -----
  - d) Projeto de Execução; -----
  - e) Plano de Segurança e Saúde; -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 180 dias, dado tratar-se de uma obra na zona central da cidade, com vários condicionamentos de trânsito, não convém que a obra tenha um prazo de execução mais alargado. -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Marcelo Delgado -----

Efetivos: -----

1º Vogal efetivo: Amélia Rodrigues -----

2º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Madalena Branco -----

2º Vogal suplente: Paulo Branco -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P; -----

9. O nº 2 do artigo 43º, do Código dos Contratos Públicos, sob a epígrafe, Caderno de Encargos do Procedimento de formação de contratos de empreitada, na versão que lhe veio a ser confiada, com a publicação e entrada em vigor, do D.L. nº 149/2012, de 12 de julho, veio a consagrar, legalmente, o dever de revisão obrigatória do projeto de execução nas obras classificadas na categoria III ou superior, bem como naquele cujo preço base seja enquadrável na classe 3 ou superior de alvará. -----

Todavia, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 43º do retro citado diploma legal, a alteração normativa, acima, preconizada à redação do nº 2, do artigo 43º do referido código, só produz efeitos a partir da entrada em vigor do diploma regulamentador que estabeleça o regime aplicável à revisão do projeto de execução. Sendo certo que, até à presente data, tal diploma legal ainda não veio a ser publicado e para o fim regulamentador, em vista, dando operacionalidade a tal solução normativa indissociável da melhoria da qualidade dos projetos que dão suporte às obras públicas realizadas mediante a celebração de contrato de empreitada de obras públicas. -----

A proposta técnica, em apreciação, consubstanciada na aprovação, pelo órgão executivo municipal, do projeto de execução, tendo como objeto a Requalificação da Avenida Nuno Álvares, incluindo passeios e melhoria das zonas pedonais e consequente lançamento do respetivo procedimento adjudicatório, mediante a aprovação das correspondentes peças do procedimento (proposta de decisão de Contratar) acaba por propor, fundamentadamente, a dispensa de revisão de projeto, pese embora o valor base da correspondente empreitada ser fixada em 840.963,00 Euros. -----

Tal dispensa do procedimento de revisão do projeto é, tecnicamente, defendida tendo em atenção, como decorre, expressamente, da proposta técnica, em apreciação, o facto de estarmos na presença de uma obra simples, sem complexidade relevante, onde não são aplicados métodos ou técnicas inovadoras, o facto do projeto de execução ter sido, na sua generalidade elaborado diretamente pelos serviços municipais competentes, sendo praticamente, nulo o grau de imprevisibilidade da empreitada, argumentação técnica que, à partida, perante tal disposição legal, perspectivada à luz da redação primitiva do nº 2 do

artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, a qual continua a ser de aplicar, partindo do argumentário vertido anteriormente. -----

Com o intuito de dar concretização às recomendações do Tribunal de Contas, constantes do relatório nº 1/2015, da 2ª Secção, propõe-se a nomeação da Sra. Eng. Madalena Branco, como gestora do empreendimento, que será responsável pela gestão da obra ao longo da sua execução. -- 10.

Entende-se, também, que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº 5, do artigo 43º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamento e análise de campo - O projeto contém levantamento topográfico; -----

- Estudo geológico - geotécnico - O projeto consiste na beneficiação de uma via existente, mantendo as condições originais, pelo que não existe a necessidade de estudo geológico - geotécnico; -----

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito trata-se da remodelação de um espaço existente, não estando sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro; -----

- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - O projeto consiste na requalificação de uma via existente não aplicando quais expropriações, nem alteração da área da mesma; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

11. O Programa de Concurso veio a estabelecer, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 132, do CCP, por referência ao preço base fixado no caderno de encargos, um valor, no caso, 20 % do valor da proposta abaixo do preço base, a partir do qual a proposta é considerada anormalmente baixa. -----

Tal estratégia de atuação deverá merecer acolhimento, por parte do órgão competente para tomada de decisão, no âmbito da aprovação das peças do procedimento, no caso, caderno de encargos e programa de concurso, indissociável da decisão de contratar. -----

A estratégia utilizada, pela entidade responsável pela decisão de contratar, centrada no recurso ao mecanismo previsto no nº 2, do artigo 132, no âmbito do procedimento clássico do concurso público muito concretamente, no que concerne à determinação qualitativa do preço anormalmente baixo face ao estipulado no artigo 71 do CCP, tem como fundamento a seguinte ordem de razões a saber: -----

a) Garantir do equilíbrio contratual indivisível da afixação do preço contratual, vertido na proposta, face ao preço base exigido no caderno de encargos, princípio fundamental para a boa execução de empreitadas de Obras Públicas. -----

b) Contratar na medida do possível e de acordo com as regras previstas sobre a matéria, no CCP, a substivação desproporcional do preço contratual na proposta, face ao preço base, previsto no caderno de encargos, com todas as desvantagens daí inerentes para a boa execução do contrato e para o cumprimento do princípio do equilíbrio contratual,

nas obras públicas de complexidade relevante ou de grande expressão financeira. -----

12. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 840.963.00 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 3.3.1. 0102/07030301 0101 2016 I 3, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2017/1443. -- À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 05 de junho de 2017. -----

A Chefe de Divisão -----  
(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em anexo: -----

- Projeto de execução; -----
- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----
- Programa de Procedimento; -----
- Caderno de Encargos; -----
- Plano de Segurança e Saúde; -----
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **1.8. ECOVIA DE VIDAGO - TROÇO 1 (TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA CONDE CARIA E O BALNEÁRIO TERMAL DE VIDAGO) - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA.** -----

Foi presente a informação n.º 224/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **I - Enquadramento**-----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra "Ecovia de Vidago - Troço 1 (Troço compreendido entre a Avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago)". -----

O presente projeto pretende requalificar a antiga linha ferroviária, criando um corredor ciclo-pedonal que irá unir a avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago. Este projeto inserir-se-á futuramente num estudo mais abrangente, cujo objetivo é a reabilitação de todo o espaço canal da antiga linha do Corgo, entre a cidade de Chaves e o limite do Concelho. -----

##### **II - Da Proposta** -----

Face ao descrito, propõe-se que o respetivo procedimento pré-contratual seja desenvolvido à luz do CCP, nos seguintes termos: ----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado, pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Ecovia de Vidago - Troço 1 (Troço compreendido entre a Avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago)"; -----



3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 250.000.00 Euros, (Duzentos e cinquenta mil euros), acrescido do respetivo valor do IVA; -----
4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia;-----
5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:
- a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----
  - b) Programa de Procedimento; -----
  - c) Caderno de Encargos; -----
  - d) Projeto de Execução; -----
  - e) Plano de Segurança e Saúde; -----
  - f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----
6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 90 dias. -----
7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----
- Presidente: Amélia Rodrigues -----
- Efetivos: -----
- 1º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----
- 2º Vogal efetivo: Madalena Branco -----
- Suplentes: -----
- 1º Vogal suplente: Paulo Branco -----
- 2º Vogal suplente: Vitor Pereira-----
8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P; -----
9. Entende-se, também, que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº 5, do artigo 43º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----
- Levantamento e análise de campo - O projeto consiste na beneficiação de uma via existente, mantendo as condições originais, pelo que não existe a necessidade de levantamento topográfico; -----
  - Estudo geológico - geotécnico - O projeto consiste na beneficiação de uma via existente, mantendo as condições originais, pelo que não existe a necessidade de estudo geológico - geotécnico; -----
  - Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito trata-se da remodelação de um espaço existente, não estando sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro; -----
  - Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - O projeto consiste na requalificação de uma via existente não aplicando quais expropriações, nem alteração da área da mesma; -----
  - Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

10. O Programa de Concurso veio a estabelecer, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 132, do CCP, por referência ao preço base fixado no caderno de encargos, um valor, no caso, 20 % do valor da proposta abaixo do preço base, a partir do qual a proposta é considerada anormalmente baixa. -----

Tal estratégia de atuação deverá merecer acolhimento, por parte do órgão competente para tomada de decisão, no âmbito da aprovação das peças do procedimento, no caso, caderno de encargos e programa de concurso, indissociável da decisão de contratar. -----

A estratégia utilizada, pela entidade responsável pela decisão de contratar, centrada no recurso ao mecanismo previsto no nº 2, do artigo 132, no âmbito do procedimento clássico do concurso público muito concretamente, no que concerne à determinação qualitativa do preço anormalmente baixo face ao estipulado no artigo 71 do CCP, tem como fundamento a seguinte ordem de razões a saber: -----

a) Garantir do equilíbrio contratual indivisível da afixação do preço contratual, vertido na proposta, face ao preço base exigido no caderno de encargos, princípio fundamental para a boa execução de empreitadas de Obras Públicas. -----

b) Contratar na medida do possível e de acordo com as regras previstas sobre a matéria, no CCP, a substivação desproporcional do preço contratual na proposta, face ao preço base, previsto no caderno de encargos, com todas as desvantagens daí inerentes para a boa execução do contrato e para o cumprimento do princípio do equilíbrio contratual, nas obras públicas de complexidade relevante ou de grande expressão financeira. -----

11. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 250.000.00 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 3.3.1. 0102/07030301 0803 2011 I 6.

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 05 de junho de 2017. -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em anexo: -----

- Projeto de execução; -----

- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----

- Programa de Procedimento; -----

- Caderno de Encargos; -----

- Plano de Segurança e Saúde; -----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### 1.9. LOTE I: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - APROVAÇÃO DE SUBEMPREITEIRO. -----

Foi presente a informação nº 138/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### I - Enquadramento-----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 229 de 29 de novembro de 2016, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE I: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 3 de fevereiro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 23 de fevereiro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 544 199,00 € (quinhentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e nove euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 20 de março de 2017 -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 20 de março de 2017. -

#### II - Fundamentação -----

Com vista à aprovação por parte do dono de obra, para a admissão de subempreiteiros, a entidade executante, através de correio eletrónico vem apresentar os documentos que respeitam aos contratos de subempreitada, das seguintes empresas: -----

BRAGALUX, MONTAGENS ELETRICAS S.A. -----

- ALVARÁ 64547 - PUB -----
- CONTRATO DE SUBEMPREITADA -----
- APÓLICE DE SEGURO AT -----
- CERTIDÃO DA SEGURANÇA SOCIAL -----
- CERTIDÃO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA -----

EDICHÃO CONSTRUÇÕES E PAVIMENTOS UNIP LDA. -----

- ALVARÁ 64547 - PUB -----
- CONTRATO DE SUBEMPREITADA -----
- APÓLICE DE SEGURO AT -----
- CERTIDÃO DA SEGURANÇA SOCIAL -----
- CERTIDÃO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA -----

#### III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1. Da análise dos elementos apresentados, conclui-se que estes subempreiteiros reúnem as condições preceituadas na cláusula 48º do caderno de Encargos, nos artigos 383º e seguintes do CCP, nos artigos 4.º, 5.º e 6.º do D.L. 12/04 de 9 de janeiro e da portaria 19/2004 de 10 de janeiro, com salvaguarda inclusive do somatório dos valores subcontratados até à data, não ultrapassar 75% do valor global da obra. Neste contexto, os trabalhos subcontratados, com a Bragalux e EDICHÃO, representam 7,07% e 38,41%, do valor global da obra, respetivamente. -----

2. Face ao exposto, ao abrigo dos referidos preceitos legais, não se vê qualquer inconveniente na aceitação dos referidos subempreiteiros, propondo-se, que superiormente sejam adotados os seguintes procedimentos administrativos: -----

- a) Que a presente proposta seja agendada para a próxima reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; --  
 b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificado o adjudicatário da respetiva decisão. -----

À consideração superior. -----

Divisão de Obras Publicas, 26 de maio de 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.<sup>a</sup>) -----

Em Anexo: cópia da documentação dos subempreiteiros -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2017.06.05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.10. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES - ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2)" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA.** -----

Foi presente a informação nº 225/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Enquadramento**-----

1 -A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 39 de 23 de fevereiro de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "PAMUS 2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes - Zona Urbana Nascente - Requalificação e Remodelação das Ruas Antunes Guerreiro e Inácio Pizarro (intervenção 1.2)". -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa Socorpena Construção e Obras Públicas Lda., a execução da referida empreitada. -----

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 01 de junho de 2017. -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, é de 552.866,36 € (Quinhentos e cinquenta e dois mil oitocentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra 150 dias. -----

5 - O adjudicatário, apresentou a dia 5 de junho de 2017, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. --

**II - Fundamentação** -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analísado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pelo Sr. ° Eng.º Vítor Pereira, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

### **III - Da Proposta em Sentido estrito** -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Nomear como coordenador de segurança o Técnico Superior, Eng.º Vítor Pereira; -----

2. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

3. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----  
À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 05 de junho de 2017. -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em anexo: Plano de Segurança e Saúde. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **1.11. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE VIDAGO - JARDIM DE INFÂNCIA" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA.** -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - Enquadramento** -----

1 -A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 241 de 19 de dezembro de 2016, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Requalificação da Escola Primária de Vidago - Jardim de Infância". -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 31 de março de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa Sensetec Technical Services, Unipessoal, Lda., a execução da referida empreitada. -----

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 22 de maio de 2017. -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, é de 164.122,76 € (Cento e sessenta e quatro mil cento e vinte e dois euros e setenta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra de 60 dias. -----

5 - O adjudicatário, apresentou, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. -----

## **II - Fundamentação** -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Madalena Branco, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

## **III - Da Proposta em Sentido estrito** -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.ª Madalena Branco; -----

2. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

3. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 05 de junho de 2017 -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## 2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

## 3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

### VII EXPROPRIAÇÕES

### VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

#### 1. ANULAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. EXECUTADO: MARIA DE LURDES ALVES DA SILVA. INFORMAÇÃO Nº122/DAR/2017. -----

Foi presente a informação nº122/DAR/2017, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.--

##### **I - Preliminares**-----

Em 2016/07/18 deslocou-se à DAR o utente acima mencionado, residente em França, para proceder à adesão à fatura eletrónica e ao pagamento através de cobrança bancária. Por lapso o novo tipo de conta não foi ativado pelo que houve três faturas que não foram pagas tendo entrado em execução fiscal. O erro detetado pelo utente foi entretanto corrigido-----

FATURA 079160721006564	8.58€-----
FATURA 079160819009294	8.58€-----
FATURA 079160919009769	8.58€-----

O cliente pede que lhe sejam retiradas as execuções fiscais e atrasos de pagamento respetivos pois convencido que as faturas seriam pagas através de Instituição Bancária não verificou o pagamento, considerando que o erro deve-se a lapso dos serviços"-----

##### **II - Enquadramento Legal**-----

1.Nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 10º, do CPPT, conjugada com o n.º 1, do artigo 7º, do Decreto-lei n.º 433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações, a Câmara Municipal de Chaves pode proceder à revisão oficiosa do ato tributário.-----

2.Nos termos do n.º 1, do artigo 78º, da Lei Geral Tributária, a revisão do ato tributário pode ser realizada por iniciativa da administração tributária, no prazo de quatro anos após a liquidação ou a todo o tempo se o tributo ainda não tiver sido pago, com fundamento em erro imputável aos serviços.-----

3.Determinando-se, na sequência da retrocitada revisão, a existência de erro imputável aos serviços, poderá ser anulada a respetiva dívida e, conseqüentemente, extinto o processo de execução fiscal, com base no disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 176º, do CPPT.-----

4.Ora, atendendo a que o erro é devido a um lapso dos serviços da Divisão de Águas e Resíduos, Maria de Lurdes Alves da Silva julgamos, salvo melhor opinião, que as execuções fiscais e atrasos de pagamento devem ser anulados.-----

##### **III - Propostas**-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos;-----

d) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira.-----  
Chaves, 31 de Maio de 2017.-----

O Chefe de Divisão-----  
(Eng. José António T.F. Carneiro)-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/06/05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, DR PAULO ALVES, DE 2017/06/05.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## IX

### DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

## X

### FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

**1. CONCURSO PÚBLICO Nº5/SC/2017. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Tornando-se necessário proceder à aquisição do serviço acima referido, de acordo com a informação nº 56/SE nº32/2017, da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, que se anexa, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

**1. Escolha do tipo de procedimento** -----

- Considerando que a estimativa global para a presente prestação de serviços é de 161.215,42 (cento e sessenta e um mil, duzentos e quinze euros e quarenta e dois cêntimos); -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a escolha do Concurso Público permite a celebração de contratos de qualquer valor;- Assim, em cumprimento da alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho e nos termos do disposto nos artigos 36º



e 38º do CCP, solicita-se autorização, ao Órgão Executivo Municipal, para aplicação do procedimento "Concurso Público", previsto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do citado código, para adjudicação da prestação de serviço identificada em epígrafe. -----

## **2. Designação do júri -----**

Tornando-se necessário, nos termos do artigo 67º do CCP, proceder à nomeação do júri a quem compete a realização de todas as operações do procedimento, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição: -----

- Membros efetivos: -----

- Presidente: Dr.º Marcelo Delgado, Diretor do Departamento de Coordenação Geral; -----

- 1º Membro Efetivo: Eng.º Carlos França, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural; -----

- 2º Membro Efetivo: Dr.ª Zuleika Alves, Técnica Superior. -----

O primeiro membro efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----

- Membros suplentes: -----

- 1º Membro Suplente: Dr.ª Lídia Pinto, Técnica Superior; -----

- 2º Membro Suplente: Dr.ª Tânia Oliveira, Técnica Superior. -----

## **3. Delegação de competências -----**

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º do CCP, sugere-se que as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no júri, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código. -----

## **4. Aprovação do processo de procedimento -----**

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea b) do nº1 e nº2 do artigo 40º do CCP, acompanham a presente proposta o caderno de encargos e o programa de procedimento. -----

## **5. Compromissos plurianuais -----**

- Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a assembleia municipal, em sua sessão ordinária, no dia 21 de dezembro de 2016, aprovou a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos: -----

- Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;-----

- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

- Atendendo que o preço base estabelecido para a presente prestação de serviço não ultrapassa os 99.759,58 em cada ano económico seguinte ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. Assim, a abertura do presente procedimento está abrangida pela autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela assembleia municipal, em sua sessão ordinária, no dia 21 de dezembro de 2016.-----

### **Por ano económico**

Prestação de serviços de transporte terrestre de alunos, em circuitos especiais, para o ano letivo de 2017/2018	2017	2018
	61.641,19	99.574,23

Assim, o presente procedimento será submetido à próxima sessão da assembleia municipal, para conhecimento, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.-----

À consideração superior. -----

Chaves, 29 de maio de 2017. -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges)-----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.05.29.** -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/05/31** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.01** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. AJUSTE DIRETO Nº27/SC/2017. AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO 2017/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Tornando-se necessário proceder à aquisição do serviço acima referido, de acordo com a informação nº 63/SE nº38/2017, da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, que se anexa, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte:-----

### **1. Escolha do tipo de procedimento** -----

Considerando que a estimativa global para a aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares), para o ano letivo de 2017/2018, é de 292.366,69 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos), acrescidos de Iva; -----

- Considerando que a empresa "Auto Viação do Tâmega" é a única empresa concessionária do serviço público de transporte, que opera no Concelho de Chaves, conforme o exposto na informação da DDSC em anexo; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea e) do nº1 do artigo 24º do Código dos Contratos Públicos (CCP), podemos convidar apenas uma entidade, quando por motivos técnicos, artísticos ou relacionados com a proteção de direitos exclusivos, a prestação objeto do contrato só possa ser confiada a uma entidade determinada; -----

Assim, em cumprimento da alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização, ao Órgão Executivo Municipal, para aplicação do procedimento "Ajuste Direto", previsto na alínea e) do nº1 do artigo 24º do citado código, para adjudicação da aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) para o ano letivo de 2017/2018. -----

### **2. Aprovação do processo de procedimento** -----

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea a) do nº1 do artigo 40º, conjugado com o artigo 115º do Código dos Contratos Públicos, acompanham a presente proposta o caderno de

encargos e o ofício convite para apresentação de proposta a remeter à seguinte entidade: -----

Auto Viação do Tâmega. -----

### 3. Compromissos plurianuais -----

Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, e ulteriores alterações, conjugado com o artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal. -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir que a presente proposta seja submetida ao Órgão Deliberativo Municipal, a fim de este autorizar a assunção do seguinte compromisso plurianual: -----

#### Por ano económico

Aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) para o ano letivo de 2017/2018	2017	2018
	102.969,13	189.397,56

À consideração superior. -----

Chaves, 31 de maio de 2017 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.05.31.** -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/05/31** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.01** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## XI

### ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

#### 1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

**1.1. DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE 3 CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU - DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO E DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE. PROPOSTA N.º 66/GAP/2017.** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Enquadramento:** -----

1. Na sequência da proposta da Câmara Municipal n.º 28/GAP/2017, de 23/02/2017 aprovada em reunião ordinária realizada no pretérito dia 3 de março de 2017, veio a ser publicitado, na 2.ª Série do Diário da República, n.º 71, de 10 de abril, do corrente ano, o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais; -----

2. Considerando que, o Departamento de Coordenação Geral compreende 11 Unidades Flexíveis, entre elas, a Unidade Flexível de 2.º Grau de Obras Públicas, Unidade Flexível de 2.º Grau de Salvaguarda do Centro Histórico e Unidade Flexível de 2.º Grau de Projetos e Mobilidade;---

3. Considerando a importância das tarefas técnicas e administrativas correlacionadas com o funcionamento de tais Unidades Flexíveis, os cargos de Dirigente Intermédio de 2.º Grau, vêm sendo assegurados, em regime de substituição, por 90 dias, nos termos do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e ulteriores alterações.-----

## **II - Fundamentação** -----

1. Considerando que, o recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção intermédia é regulado pelo artigo 20.º e seguintes da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 03 de setembro, adaptada à Administração Local, pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e 42/2016, de 28 de dezembro;--

2. Nos termos do artigo 13.º da referida Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri de recrutamento dos cargos dirigente é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e é composto por um presidente e dois vogais, o presidente designado de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e os vogais designados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja a atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. -----

3. Nestes termos, propõe-se que seja designado o seguinte júri de recrutamento, para os seguintes procedimentos concursais:-----

### **Dirigente Intermédio de 2.º Grau de Obras Públicas.** -----

Presidente: -Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira, Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças do Município de Boticas; -----

Vogais Efetivos: -----

- Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral do Município de Chaves;-----

- Eng.º Inácio dos Santos Morais, Chefe de Divisão de Recursos Operacionais do Município de Chaves;-----

Vogais Suplentes: -----

- Dr.ª Paula Cristina Carvalho Cabugueira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Ação Social do Município de Chaves;-----

- Eng.º João Carlos Botelho Geraldês, Chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território do Município de Chaves.-----

### **Dirigente Intermédio de 2.º Grau de Salvaguarda do Centro Histórico.**

Presidente: - Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira, Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças do Município de Boticas; -----

Vogais Efetivos: -----

- Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral do Município de Chaves;-----

- Arq.º Rodrigo Alberto Lopes Moreira, Chefe de Divisão de Sustentabilidade e Competitividade do Município de Chaves;-----

Vogais Suplentes: -----

- Dr.ª Paula Cristina Carvalho Cabugueira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Ação Social do Município de Chaves;-----

- Eng.º João Carlos Botelho Geraldês, Chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território do Município de Chaves.-----

**Dirigente Intermédio de 2.º Grau de Projetos e Mobilidade. -----**

Presidente: -Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira, Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças do Município de Boticas; -----

Vogais Efetivos: -----

- Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral do Município de Chaves;-----

- Eng.º João Carlos Botelho Geraldês, Chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território do Município de Chaves;-----

Vogais Suplentes: -----

- Dr.ª Paula Cristina Carvalho Cabugueira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Ação Social do Município de Chaves;-----

- Eng.º José António Teixeira Fernandes Carneiro, Chefe de Divisão de Águas e Resíduos do Município de Chaves. -----

**III - Da Proposta em Sentido Estrito: -----**

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal adote deliberação no sentido de: -----

1. Propor à Assembleia Municipal a autorização da designação do júri, supra mencionado, ao abrigo da norma habilitante contida no n.º 1 do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;-----

2. Em caso afirmativo, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da deliberação, sob forma de minuta, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para produzir efeitos imediatos.-----

Em anexo. Nota Curricular dos membros propostos para a composição dos júris dos diversos procedimentos concursais, em vista à ponderação do seu mérito profissional.-----

Chaves, 05 de junho de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

### **2.1. APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2016. INFORMAÇÃO N.º9/DGF/ST/2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Enquadramento Legal: -----**

a) Considerando que, de acordo com o previsto no art.º 75º e no n.º 2, do art.º 76 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas nos termos dos n.ºs. 3, 4, 5 e 6 do aludido art.º 75º, sendo que, nos termos do seu n.º 7, os documentos de prestação de contas consolidadas compreendem o relatório de gestão, com as seguintes demonstrações financeiras::-----

- a) Balanço consolidado;-----
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;-----
- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais (resumo);-----
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.--
- b) Considerando que, de acordo com o previsto na alínea e), do n.º 2, do art.º 77º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro compete ao auditor externo proceder à Revisão Legal das Contas Consolidadas.-----
- c) Considerando que, de acordo com o previsto na alínea e), do n.º 2, do art.º 77º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro compete ao auditor externo proceder à Revisão Legal das Contas Consolidadas.-----
- d) De acordo com a Portaria 474/2010, de 1 de julho, e considerando a participação do Município nas entidades, foram aplicados os seguintes métodos de consolidação:-----
- Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM, SA (100%) - Método de Consolidação Integral-----
  - EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial
  - Eólica da Serra das Alturas, S.A. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial-----
  - Empresa Eólica do Barroso, Lda. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial-----
  - Eólica da Padrela, Lda. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial-----
  - Atberg - Eólica do Alto Tâmega, Lda. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial-----
  - Empreendimento Eólico de Viade, Lda. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial -----
  - Eólica de Montenegrelo, S.A. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial -----
  - Eólica de Atilhó, Lda. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial -----
- e) Considerando que, de acordo com o cumprimento das disposições consagradas na Resolução n.º 3/2016 - "Prestação de contas ao Tribunal relativas ao ano de 2016 e gerências partidas de 2017", designadamente nos seus pontos 8 e 11, em articulação com ao art.º 75º da lei 73/2013, é obrigatória a apresentação, pelo Município de contas consolidadas, aplicável, no caso em concreto à GEMC, EM, SA. -----

## **II - Proposta:-----**

- a) Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas do Município, relativos ao exercício de 2016, bem como da Certificação Legal das Contas Consolidadas.-----
- b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, deverá a mesma, à luz das disposições combinadas previstas nas alíneas i), do n.º 1, do art.º 33º e alíneas j), do n.º 1, do art.º 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, ser remetida para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar durante o mês de junho, com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo.-----
- À consideração superior,-----
- Chaves, 26 de maio de 2017.-----

A Técnica Superior (Marta Pinheiro) -----  
 Anexos:-----  
 Contas Consolidadas do Município de Chaves, nos termos do art.º 75º e do n.º 2, do art.º 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro.-----  
 Certificação Legal de contas consolidadas, nos termos da alínea e), n.º2, do art.º 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro.-----  
 Declarações de responsabilidade, de acordo com a Resolução n.º 3/2016 - "Prestação de contas ao Tribunal relativas ao ano de 2016 e gerências partidas de 2017", designadamente no seu ponto 12.-----  
 Prestação de Contas - Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM, SA-----  
 Prestação de Contas - EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.-----  
 Prestação de Contas 2016 - Eólica da Serra das Alturas, S.A.-----  
 Prestação de Contas 2016 - Empresa Eólica do Barroso, Lda.-----  
 Prestação de Contas 2016 - Eólica da Padrela, Lda. -----  
 Prestação de Contas 2016 - Atberg - Eólica do Alto Tâmega, Lda.-----  
 Prestação de Contas 2016 - Empreendimento Eólico de Viade, Lda.-----  
 Prestação de Contas 2016 - Eólica de Montenegrelo, S.A.-----  
 Prestação de Contas 2016 - Eólica de Atilhó, Lda.-----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.05.30.** -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/06/05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06** -----

À reunião de câmara. -----

-----  
 Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo referido que irá manter a posição de voto que assumiu, aquando da aprovação das contas da Autarquia, não havendo alterações significativas às mesmas. -----

-----  
 De seguida, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, e Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, declararam que o seu sentido de voto, no âmbito da discussão e votação da presente proposta, é, inteiramente, coincidente com a posição, por estes, assumida, na aprovação das contas da Autarquia, mantendo, por isso, inalteráveis as suas declarações de voto, então, apresentadas. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo e Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.2. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA REDE DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS, NA ÁREA DA SEDE DO**

**CONCELHO DE CHAVES (TUC) - ANÁLISE E APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2016. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 10/DGF/ 2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I- Identificação das condições contratuais emergentes da celebração do contrato ora em apreciação: -----**

1) Considerando que, em 26 de Novembro de 2009, veio a ser celebrado entre o Município de Chaves e a empresa Auto Viação do Tâmega, Lda. - adiante designada por concessionária - um contrato para a "Concessão, em Regime de Serviços Públicos, da Rede de Transportes Coletivos Urbanos de Passageiros, na área da sede do Concelho de Chaves"; -----

2) Considerando que, do aludido contrato de concessão, faz parte integrante o estudo da viabilidade económico-financeira - demonstrativo do equilíbrio económico-financeiro da concessão - bem como os respetivos pressupostos quanto ao investimento, regime de exploração, regime tarifário e subsídios a obter, nos termos do previsto no caderno de encargos e competente proposta apresentada; --

3) Considerando que decorre da cláusula 19ª do aludido contrato de concessão, a consagração de um **sistema de equilíbrio e partilha de riscos** e resultados da concessão, através da qual, em situação de procura desfavorável para a concessionária, o Município de Chaves garantirá a esta, uma receita tarifária mínima anual, em função do volume mínimo de tráfego que, nos termos da proposta apresentada pela concessionária, se mostre indispensável para equilibrar o Resultado Operacional do serviço; -----

4) Considerando também que, da proposta apresentada pela concessionária (ver fls. 111 do dossier do procedimento), decorre a fórmula de cálculo da compensação a que se refere na alínea anterior, a qual prevê um valor máximo de **compensação anual de 145.000,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

5) Tendo ainda em conta que o contrato de concessão ora em apreciação prevê um conjunto de obrigações por parte da concessionária, bem como a respetiva monitorização e acompanhamento por parte do Município de Chaves, designadamente as previstas nas cláusulas 11ª, 15ª, 18ª e 19ª, do contrato. -----

**II- Da avaliação, pelo Concedente, das condições efetivas de execução do contrato ora em apreciação: -----**

1) Considerando que, mediante o ofício proveniente da concessionária, registado no expediente geral em **27/03/2017 com o n.º 2510**, vieram a ser apresentados os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de **2016**, dos quais consta o valor da compensação financeira para o ano de **2016**, a que alude a referida cláusula 19ª do contrato de concessão; -----

2) Considerando o valor máximo da compensação prevista na proposta apresentada pela concessionária é de **145.000,00€**, no âmbito do contrato celebrado, verifica-se que, de acordo com a demonstração de resultados apresentada pela concessionária, referente ao exercício de 2016, encontra-se, previsto um valor, de **279.924,30€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em função dos valores apurados de acordo com os tarifários respetivamente aplicáveis, sendo que, compulsada a referida cláusula 19ª do contrato de concessão, veio a AVT, solicitar o valor máximo de compensação a atribuir pelo município no valor de **145.000€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

**III- Do cumprimento defeituoso as obrigações pelo adjudicatário: ---**



No que respeita às obrigações previstas no contrato de concessão celebrado, foram elencadas as seguintes irregularidades, diga-se, reiteradas: -----

- 1) O "Plano anual de manutenção preventiva" do material circulante e dos demais equipamentos, previstos no nº6 da Cláusula 10.<sup>a</sup>, não foi submetido à aprovação do Município de Chaves; -----
- 2) O serviço coordenador especificamente vocacionado para a gestão integrada dos serviços da concessão, não está a ser dirigido por um técnico superior com experiência comprovada na área dos transportes, como previsto na alínea a) do nº2 da Cláusula 11.<sup>a</sup>; -----
- 3) Não foi implementado o "Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança", previsto no nº1 da Cláusula 17.<sup>a</sup>; -----
- 4) O pessoal afeto à concessão, quando em serviço, não se apresenta vestido com os uniformes aprovados, como previsto no nº3 da Cláusula 18.<sup>a</sup>; -----
- 5) A concessionária não procedeu à entrega mensal dos balancetes analíticos previstos no nº2 do artigo 19.<sup>a</sup>; -----
- 6) Nos autocarros afetos à frota dos TUC, não foram instalados os equipamentos de vídeos previstos no requisito 4 do Anexo 3 do contrato de concessão celebrado. -----

**IV- Da estratégia de atuação:** -----

Face ao exposto, tomamos a liberdade de sugerir ao Sr. Presidente da Câmara, a ponderação da seguinte estratégia procedimental: -----

1- Após análise às contas referentes ao exercício económico de 2016, apresentadas pela concessionária, e tendo em vista a reposição do equilíbrio do Resultado Operacional pela compensação financeira, a efetuar pelo Município de Chaves, no cumprimento do previsto na cláusula 19.<sup>a</sup> do contrato de concessão, dever-se-á ponderar as seguintes situações: -----

a) No que respeita às irregularidades detetadas, identificadas na parte III da presente proposta, e considerando que a concessionária já se havia comprometido na análise de contas efetuadas desde o exercício de 2010, a promover a reposição e regularização das deficiências apuradas, o Município reserva-se ao direito em, com recurso à cláusula 28.<sup>o</sup> do Contrato de Concessão, aplicar, para o efeito, o regime sancionatório previsto no Código dos Contratos Públicos (nos termos do seu artigo 329.<sup>o</sup>); -----

b) Face ao exposto, considerando o reiterado incumprimento das obrigações por parte da concessionária, dever-se-á promover a aplicabilidade do regime sancionatório previsto no artigo 28.<sup>o</sup> do contrato celebrado, articulado com o artigo 329.<sup>o</sup> do Código dos Contratos Públicos, aplicando, para o efeito, uma sanção pecuniária, traduzida em **20% do valor máximo da compensação anual (145.000,00€)**, previsto no programa de procedimento, resultando uma redução de **29.000,00€**; -----

c) Neste contexto, o valor a considerar pelo Município no âmbito da aludida compensação financeira totaliza um valor **de 116.000,00€ acrescido de IVA** à taxa legal em vigor, pelo que deverá ser promovida a competente audiência dos interessados, nos termos do art.º 121 e ss. do CPA - Código do procedimento Administrativo, remetendo-se, para o efeito, à Auto Viação do Tâmega a presente proposta, para respetiva apreciação e pronúncia. -----

2- Submeta-se a presente proposta ao Sr. Presidente da Câmara, para apreciação, e determinação para realização de audiência dos interessados. -----

Chaves, 05 de maio de 2017 -----

A chefe da DGFE -----

(Dra. Márcia Santos) -----  
 O Chefe da DPM -----  
 (em regime de substituição) -----  
 (Eng.º Abel Peixoto) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/05/26** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.05.29** -----

À reunião de câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo referido que o modelo que está subjacente à celebração do contrato de concessão da rede de transportes coletivos deve ser repensado. -----

Deve ser ponderada, neste contexto, a prestação de tais serviços, pela Autarquia, mediante a utilização de autocarros mais pequenos e aumentando o número de circuitos. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --  
 A proposta, que antecede, apresentada, pelo Vereador do Partido Socialista, é, sob o ponto de vista económico, manifestamente, insustentável, provocando um deficit real e significativo nas contas da autarquia. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

-----  
**Ausentou-se da sala, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, quando eram 12:00 horas, não tendo participado na análise, discussão e votação dos assuntos abaixo mencionados.** -----  
 -----

**2.3. RESOLUÇÃO/REVOGAÇÃO DO CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA DO LOTE B12 DO "PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES". REQUERENTE: FLAVINOX-SERRALHARIA E EQUIPAMENTOS EM INOX, LDA. - NIPC 507180577. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 19/GNE/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. Enquadramento -----
1. A sociedade por quotas "FLAVINOX - Serralharia e Equipamentos em Inox, Lda.", NIPC 507180577, com sede na Rua D. Gualdim Pais, nº 57, em Chaves, através de carta com o registo, nos serviços municipais, 2017, DCG, E,G, 4038, 24-05-2017, vem solicitar a extinção do contrato-promessa de aquisição do Lote B12 do loteamento do "Parque de Actividades de Chaves", situado na freguesia de Outeiro Seco, deste concelho, e a devolução da importância de €2 500,00 (dois mil e

quinhentos euros) paga a título de sinal, no âmbito da celebração do citado contrato promessa. -----

2. Relevam para o pedido, os seguintes factos: -----

2.1. A requerente apresentou candidatura para aquisição de um Lote industrial, no âmbito de procedimento público de alienação dos Lotes do "Parque de Actividades de Chaves", tendo-lhe sido adjudicado o Lote B12, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Outeiro Seco com o Artigo 3108º, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 3379/20070131. -----

2.2. O preço da aquisição foi estabelecido em €25 000,00, tendo a interessada outorgado o contrato-promessa de compra e venda do dito Lote em 10 de outubro de 2007, mediante o pagamento de 10% daquele valor ou seja, €2 500, 00, a título de sinal - Cláusula 3ª do referido contrato -. -----

2.3. A escritura de compra e venda teria que ser formalizada até ao dia 30 de novembro de 2007 - nº1, Cláusula 5ª do dito contrato -, com liquidação, nesse ato, do restante do preço, o que não veio a suceder. -----

2.4. A requerente justifica tal situação com o facto do plano de negócios da empresa ter sido alterado, em virtude da situação laboral, da mesma, não ter sido a desejada. -----

2. Justificação -----

1. O contrato-promessa encontra-se regulado nos Artigos 410º e seguintes do Código Civil, sendo, no caso em apreço, um contrato bilateral, que se encontra assinado por ambas as partes, para efeitos do nº2, do referido Artigo 410º. -----

2. Nos termos dos Artigos 432º e seguintes do referido Código as partes podem usar da faculdade de resolver/revogar o contrato, a qual tem efeitos retroativos. -----

3. A justificação apresentada pela empresa, para a não celebração do contrato prometido, afigura-se plausível, tendo em consideração a crise económica global que emergiu em finais de 2007, e culminou, em 2011, em Portugal, com o programa de assistência financeira internacional, pelo que o contrato-promessa deverá ser resolvido e restituída a importância que tinha sido entregue, com a assinatura do contrato prometido -----

4. A resolução/revogação, por mútuo acordo, do contrato-promessa, ora em causa, terá por efeito a disponibilidade do retro identificado Lote B12, no domínio patrimonial da autarquia, e a possibilidade de o mesmo poder vir a integrar o leque de lotes objeto do procedimento concursal, que se encontra a decorrer, tendente à alienação /locação dos lotes do "Parque Empresarial de Chaves", aberto por deliberação camarária de 3 de março de 2017. -----

3. Proposta / Decisão -----  
Face aos factos e preceitos legais acima apontados sugere-se a adopção dos seguintes procedimentos: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista a ser declarada, expressamente, a resolução/revogação do contrato-promessa de compra e venda, outorgado com a requerente em 10 de outubro de 2007, em conformidade com o disposto no Artigo 432º e seguintes do Código Civil, devendo a mesma declaração ser comunicada à interessada, por carta registada; -----

b) Consequentemente, e por efeitos da declaração da resolução/revogação do contrato, deverá ser restituída, à interessada, a retrocitada importância de €2 500,00 (dois mil e quinhentos euros);

c) Alcançado tal objetivo, deverá a requerente ser notificada da decisão que vier a ser praticada, nos termos do artigo 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;  
 d) Que seja retificada a deliberação camarária de 03 de março de 2017, no sentido da lista dos lotes do "Parque de Atividades de Chaves", objeto do procedimento concursal, passar a integrar o Lote B12, com a área de 1000m2, aplicando-se-lhe todas as normas disciplinadoras do procedimento, aprovadas pelo executivo camarário, procedendo-se à correspondente publicitação na página eletrónica do município; -----

e) Por fim, caso a presente proposta tenha acolhimento favorável, deverá a mesma ser reencaminhada para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para efeitos da operacionalização da comunicação da resolução/revogação do contrato e notificação da decisão que recair quanto ao pedido objeto do requerimento em análise, bem como ser reencaminhada para a Divisão de Gestão Financeira, para que esta unidade orgânica despolete os procedimentos necessários à aludida restituição e para a Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, para efeitos de publicitação do Lote B12. -----

À consideração do Director de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----  
 Chaves, 05 de junho de 2017. -----

A Técnica Superior, -----  
 Cristina Rodrigues -----

Em anexo: Carta e respetivo processo administrativo. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/06/05** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.06** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.4. ISENÇÃO DE IMT. LOCALIZAÇÃO DOS PRÉDIOS: REBOLAR, FONTE CAMPILHO, COTOVIA E SERRA, FREGUESIA DE VIDAGO (UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS). INTERESSADA: ÁGUAS CAMPILHO VIDAGO, S.A. - NIPC 513319115. PROPOSTA Nº 67/GAP/2017. ----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1. Enquadramento** -----

1. Através de ofício com registo nos serviços administrativos municipais 2017, DCG, E,G, 4302 01-06-2017, veio a Autoridade Tributária e Aduaneira - **Serviço de Finanças de Chaves**, solicitar a emissão de parecer, ao abrigo do disposto no nº4, do Artigo 10º do Código do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis - IMT -, correlacionado com o pedido de isenção do pagamento daquele imposto, apresentado por **Águas Campilho Vidago, S.A. - NIPC 513319115**, e remetido por este Município, àqueles serviços da administração fiscal, através do ofício com a referência 204/DCG-GNE/2017-2101, de 22/05/2017, ao abrigo do disposto no Artigo 41º do CPA, referente à aquisição, que a sociedade pretende efetuar, de seis prédios (dois mistos e quatro rústicos), situados em Rebolar, Fonte Campilho,

Cotovia e Serra, freguesia de Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras), deste concelho. -----

2. A sociedade requerente, com o capital social de €50 000,00, com sede na Quinta do Revolar, Rua Padre Raimundo Peres, em Vidago, União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, concelho de Chaves, tem por objeto social a gestão de imóveis próprios e de outrem, a compra e venda de imóveis para revenda, a exploração, engarrafamento e comercialização de águas e bebidas alcoólicas e não alcoólicas. -----

3. O pedido apresentado pela sociedade, em síntese, consubstancia a "...isenção no pagamento do IMT na aquisição que vai fazer da unidade de negócios de exploração e engarrafamento da Água Campilho que vai fazer à sociedade de Água do Fastio - Comércio e Engarrafamento de Águas Minerais, SA", no que se refere aos seguintes prédios da matriz predial da retrocitada freguesia de Vidago, concelho de Chaves: -----

**Um** - Prédio misto, composto de terra de cultivo, horta e parque, pavilhão de rés-do-chão (escritório, rotulagem, armazém, casa de guarda e chalete), sito em Rebolar, inscrito na matriz rústica sob o artigo 2132 e na urbana sob o artigo 611; -----

**Dois** - Prédio misto, composto de terra de cultivo, monte, pinhal e horta, casa de rés-do-chão e prédio de rés-do-chão, sito em Fonte Campilho, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3036 e na matriz urbana sob o artigo 1276; -----

**Três** - Prédio rústico, composto de terra de cultivo, monte e pinhal, sito em Cotovia, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2094; -----

**Quatro** - Prédio rústico, composto de vinha, monte, pinhal e pastagem, sito em Serra, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2070; -----

**Cinco** - Prédio rústico, composto de pinhal, sito em Serra, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2066; -----

**Seis** - Prédio rústico, composto de terra de cultivo, sito em Cotovia, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2098. -----

## **2. Justificação** -----

1. A firma peticionária, de acordo com a certidão permanente do registo comercial, exerce a atividade de gestão de imóveis próprios e de outrem, a compra e venda de imóveis para revenda, a exploração, engarrafamento e comercialização de águas e bebidas alcoólicas e não alcoólicas. -----

2. A aquisição da unidade de negócios de exploração e engarrafamento da Água Campilho à sociedade de Água do Fastio - Comércio e Engarrafamento de Águas Minerais, SA", que a requerente "**Águas Campilho Vidago, S.A.**" pretende realizar, concretiza o objeto social daquela empresa. -----

3. O valor global da aquisição dos mencionados prédios veio a ser fixado em **€1 100 000,00** (um milhão e cem mil euros), conforme consta da ata da assembleia geral da dita sociedade, de 5 de maio de 2017, a qual precisa, também, o destino a dar aos prédios, já indicado, podendo a peticionária beneficiar da emissão de parecer deste Município indispensável à isenção do pagamento de IMT, tudo isto nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis - CIMT -, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro e posteriores alterações. -----

4. Este Código veio estabelecer, como concretização do poder tributário próprio dos municípios, que o reconhecimento prévio da atribuição de isenções em matéria de IMT, seja efetuado pelas câmaras municipais. -----

5. O artigo 6º do CIMT, ao elencar as situações passíveis do reconhecimento de isenção de IMT prevê expressamente o seguinte: ----  
 "Ficam isentos de IMT: -----  
 a) ... -----  
 h) As aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efetuadas por sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de atividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social; -----  
 l) /...". -----
6. As isenções previstas no retrocitado artigo 6º do CIMT, nos termos do Artigo 10º do aludido código são reconhecidas a requerimento dos interessados, a apresentar antes do ato ou contrato que origina a transmissão junto dos serviços competentes para a decisão, mas sempre antes da liquidação que seria de efectuar. -----
7. As isenções previstas no ponto anterior ficam na dependência da respetiva câmara municipal comprovar, previamente, que se encontram preenchidos os requisitos para a sua atribuição e da, subsequente, emissão do respetivo parecer vinculativo, nos precisos termos do previsto nos nº3 e nº4, do Artigo 10º do mesmo Código. -----
8. Assim, a intervenção deste município, no âmbito do processo administrativo ora em apreciação, circunscreve-se à comprovação prévia, pela Câmara Municipal, do preenchimento dos requisitos previstos na alínea h) do Artigo 6º do CIMT, à emissão do competente parecer vinculativo e à comunicação deste à Autoridade Tributária e Aduaneira/Direcção-Geral dos Impostos. -----
9. A sociedade peticionária - **"Águas Campilho Vidago, S.A."** -, antes da liquidação que seria de efetuar, apresentou requerimento a solicitar a isenção de IMT, fundamentando o seu pedido na alínea h), do artigo 6º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, a qual prevê a isenção de IMT nas aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efetuadas por sociedades comerciais, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de atividades industriais consideradas de superior interesse económico e social. -----
10. Alega a requerente que o exercício da sua atividade é da máxima importância e interesse para o concelho de Chaves, uma vez que se propõe dinamizar a economia concelhia, fomentar o desenvolvimento da captação e exploração das águas minerais com novas captações, cujo licenciamento já requereu, aumentar o emprego com a contratação de novos trabalhadores, bem como fomentar e criar novos centros de interesse económico na área do desenvolvimento turístico e da saúde, nesta região. -----
11. Instruiu o seu pedido, junto da Autoridade Tributária e Aduaneira - Serviço de Finanças de Chaves, com cópia da Ata da Assembleia Geral da sociedade, realizada no pretérito dia 5 de maio, na qual é ratificada a decisão do conselho de administração da sociedade, relativa à realização do negócio, bem como o contrato-promessa de compra e venda relativo à aquisição da unidade de negócio Águas de Campilho, à sociedade Águas do Fastio, SA, em 28 de dezembro de 2016, discriminando os imóveis a adquirir, o valor global da aquisição e o destino dos mesmos, dando cumprimento ao disposto na alínea d) do, nº2, supracitado artigo 10º. -----
12. Desde 1999, pelo menos, que o legislador aprovou diversos diplomas legais, nos quais o concelho de Chaves figurou, sempre, como zona de interioridade e economicamente desfavorecida, sendo certo que, para

efeitos de aprovação das respetivas zonas beneficiárias, a Portaria nº 1118/2009, de 30 de setembro, veio a ser a última publicada, dando concretização ao previsto no Artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pese, embora, tal norma tenha sido revogada pela Lei do Orçamento de Estado para 2012. -----

13. Contudo, é certo que o concelho de Chaves integra a Região Norte, classificada como menos desenvolvida, no âmbito do Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020), para efeitos de beneficiação de fundos estruturais (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento). -----

14. De facto, consta do documento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (Norte 2020), a páginas 35, que a água é um recurso endógeno específico do território, podendo entre outras valências, suportar a inovação empresarial. -----

15. A folhas 36, do mesmo documento, consta a figura 17, com a identificação das termas na região Norte, figurando o concelho de Chaves com duas termas, salientando, o texto, que as águas minerais e termais constituem um recurso natural relevante, com predominância de águas sulfúreas, gasocarbónicas e bicarbonatadas, assumindo as águas minerais e termais um caráter mais distintivo do território. -----

16. Não subsistem dúvidas, pelas razões expostas, que a União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, no concelho de Chaves, se situa numa região economicamente mais desfavorecida e que os prédios a adquirir serão afetos à atividade desenvolvida pela empresa, revestindo-se de superior interesse económico e social uma vez que a requerente se propõe fomentar o desenvolvimento da captação e exploração das águas minerais com novas captações, e cujo licenciamento já requereu, aumentando o emprego com a contratação de novos trabalhadores, dinamizando a economia concelhia, bem como se propõe fomentar e criar novos centros de interesse económico na área do desenvolvimento turístico e da saúde, nesta região, e o Município de Chaves se assume como "Capital Termal e da Água". -----

**Concluindo:** -----

a) A situação ora configurada encontra-se legalmente prevista no Código do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, designadamente no que respeita ao regime previsto em matéria de isenções de IMT; -----

b) Nos termos do disposto na alínea h), do Artigo 6º, do referido CIMT, ficam isentas as aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efetuadas por sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de atividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social; -----

c) O reconhecimento de tal isenção pela Autoridade Tributária e Aduaneira/Direção-Geral dos Impostos, para além do cumprimento das demais condições definidas, está condicionada pela comprovação prévia por parte do órgão executivo municipal, de que se encontram preenchidos os requisitos para a sua atribuição, e pela subsequente emissão, por parte deste órgão, do competente parecer, frise-se, vinculativo, nos termos dos n.º3 e n.º4, do Artigo 10º do citado Código. -----

d) Neste enfoque, em face do requerimento apresentado, junto dos competentes serviços fiscais e da documentação que instruiu o pedido, o mesmo preenche os requisitos para a atribuição, legalmente confiada à Direção-Geral dos Impostos, do reconhecimento da isenção de IMT.--

**3. Proposta** -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e nos termos do disposto sobre a matéria no Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nas disposições combinadas previstas na alínea h) do Artigo 6º e no nº3 e nº4, do Artigo 10º, todos do CIMT, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de: -----

**a)** Emitir parecer comprovativo de que se encontram preenchidos os requisitos com vista à atribuição do reconhecimento de isenção de IMT, na aquisição a realizar pela sociedade "Águas Campilho Vidago, S.A." à sociedade "Água do Fastio, S.A.", pelo valor global de €1 100 000,00, dos seguintes prédios, localizados na União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, no concelho de Chaves:  
**Um** - Prédio misto, composto de terra de cultivo, horta e parque, pavilhão de rés-do-chão (escritório, rotulagem, armazém, casa de guarda e chalet), sito em Rebolar, inscrito na matriz rústica sob o artigo 2132 e na urbana sob o artigo 611; -----

**Dois** - Prédio misto, composto de terra de cultivo, monte, pinhal e horta, casa de rés-do-chão e prédio de rés-do-chão, sito em Fonte Campilho, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3036 e na matriz urbana sob o artigo 1276; -----

**Três** - Prédio rústico, composto de terra de cultivo, monte e pinhal, sito em Cotovia, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2094;-----

**Quatro** - Prédio rústico, composto de vinha, monte, pinhal e pastagem, sito em Serra, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2070;-----

**Cinco** - Prédio rústico, composto de pinhal, sito em Serra, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2066; -----

**Seis** - Prédio rústico, composto de terra de cultivo, sito em Cotovia, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2098; -----

**b)** Seguidamente, deverão os competentes serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira - Serviço de Finanças de Chaves, ser devidamente notificados da decisão administrativa praticada sobre a matéria, para efeitos do disposto no nº4, do citado artigo 10º. -----  
 Chaves, 06 de junho de 2017. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----  
 António Cândido Monteiro Cabeleira -----

Em anexo: o respetivo processo administrativo. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## XII DIVERSOS

**1. REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS, EM TERRENO NÃO PRIVADO, VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA DE COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA" - CANDIDATURA POSEUR-02-1810-FC-000440 (PROGRAMA OPERACIONAL DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS - POSEUR) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº37/DSC/2017 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 30.05.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----**

**1.1.** Ao abrigo do AVISO Nº POSEUR-10-2016-75 - "Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em Terreno não Privado - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão - 3º Aviso", o Município de Chaves



submeteu na plataforma "Balcão 2020", no dia 15 de fevereiro de 2017, uma candidatura designada "Reforço da Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em Terreno não Privado, Visando a Diminuição da Carga de Combustível e de Acesso a Pontos de Água", operação esta integrada no "Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega". -----

1.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Autoridade de Gestão POSEUR, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, através do ofício 001827, datado de 19 de maio de 2017. Com a referida comunicação foi rececionada conjuntamente o Termo de Aceitação a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação/proposta. -----

## 2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. A operação "Reforço da Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em Terreno não Privado, Visando a Diminuição da Carga de Combustível e de Acesso a Pontos de Água" visa adaptar 49,43 km da rede viária florestal concelhia de acesso a pontos de água de 1.ª ordem, através do alargamento da faixa de rodagem, mantendo em todo o percurso uma largura mínima não inferior a 5 metros e a regularização da plataforma, para que os meios de combate consigam circular convenientemente e em segurança nas referidas vias. -----

2.2. A adaptação, da rede viária florestal de acesso aos pontos de água de 1.ª ordem, aos critérios definidos no regulamento aprovado pelo Despacho n.º 5712/2014, de 16 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 83, de 30 de abril de 2014, proposto na referida candidatura, visam o cumprimento dos seguintes objetivos:

- Adaptar a rede viária de acesso a pontos de água de 1.ª ordem, numa extensão de 49,43 km, beneficiando 98,86ha de superfície de espaço florestal em rede de defesa da floresta contra incêndios; -----

- Contribuir para o aumento da "taxa de cobertura com redes de defesa da floresta das áreas de maior risco de incêndio florestal" que passará de 0% para 4,80% na área de abrangência da presente candidatura; -----

- Diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios, eliminando os incêndios com mais de 24 horas através da sustentação dos incêndios à nascença, tendo como consequência a redução da área ardida, minimizando os prejuízos graves para o homem e preservação património agrícola, florestal e ambiental; -----

- Reduzir o tempo de acesso aos pontos de água de 1ª ordem; -----

- Reduzir o tempo de reabastecimentos; -----

- Reduzir os tempos mortos de intervenção; -----

- Aumentar a segurança dos agentes de proteção civil, pela redução do risco de acidentes em virtude da criação de uma plataforma viária operacional que possibilita o cruzamento entre veículos; -----

- Reduzir as avarias/estragos nas viaturas de combate; -----

- Aumentar a compartimentação e descontinuidade dos espaços florestais numa taxa de 2,89% contribuindo para a realização das metas preceituadas no PMDFCI de CHAVES para o período 2015-2019. -----

2.3. A concretização desta operação compreenderá um investimento total de 160.251,33€, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão (FC) de 136.213,63€ e um financiamento público nacional, a cargo do Município de Chaves, de 24.037,70€. -----

2.4. Os montantes aprovados, em sede de análise, são ligeiramente diferentes dos submetidos em sede de candidatura (Investimento Total - 185.952,01€, Cofinanciamento FC - 151.180,50€ e Contrapartida

Pública Nacional (Município de Chaves) - 34.771.51€). Este facto deve-se à correção do valor do IVA para a operação em causa, uma vez que se considerou, inicialmente uma taxa de 23%, quando esta tipologia de intervenção corresponde uma taxa de 6%. -----

2.5. Da análise, realizada pelos serviços da DSC, ao Relatório de Decisão e ao respetivo Termo de Aceitação constatou-se que a candidatura se apresentou corretamente enquadrada e cumpriu todos os critérios de elegibilidade gerais e específicos da operação, tendo obtido uma classificação final de mérito de 3,4 pontos, superando o previsto para seleção para cofinanciamento pelo POSEUR (2,5 pontos). A presente candidatura foi assim aprovada, ficando no entanto, subordinada às condições estabelecidas no ponto 8 do Relatório da Decisão, que identificam os condicionamentos do financiamento à satisfação dos requisitos a cumprir e/ou identificação das garantias ou condições exigidas para acautelar a boa execução da operação. ---

2.6. Mais se informa que decorrente da Deliberação da CIC Portugal 2020 n.º 24/2016, os pagamentos de FC a efetuar pelo POSEUR relativos às Despesas Elegíveis apresentadas em Pedidos de Pagamento a submeter até ao 31 de dezembro de 2017, serão efetuados com uma majoração da taxa de cofinanciamento de 10 pontos percentuais, o que, na prática, corresponde a um cofinanciamento da operação a 95%. Após essa data, voltará a ser aplicada a taxa de cofinanciamento prevista no Aviso de candidatura, ou seja, uma taxa de 85%. -----

2.7. Neste momento cumpre ao Município de Chaves decidir sobre a aceitação do respetivo apoio/cofinanciamento. -----

### 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, e dada a importância e relevância que a implementação do projeto, âmbito de candidatura, terá para a adaptação de 49,43 km da rede viária florestal concelhia às normas legais em vigor, permitindo a operacionalização das intervenções previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Chaves para os anos de 2015 e 2018 e contribuindo para a prossecução dos objetivos dos Planos de Ordenamento Florestal do Barroso e Padrela e do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente no aumento da resiliência do território concelhio aos incêndios florestais, propõe-se que superiormente sejam aceites as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes apresentados pela Autoridade de Gestão. -----

3.2. Dado que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo máximo de 30 dias contados a partir da notificação, deverá a presente proposta ser submetida a reunião do Executivo Municipal, com vista à deliberação de concordância com o teor do referido documento, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo para posterior envio para a Autoridade de Gestão do POSEUR.

À consideração superior, -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 02.06.2017 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 02.06.2017 -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO MANUEL LOPES BARRADAS RUA DA FONTE N.º 3 | AMOINHA VELHA. NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 888/15 | REQUERIMENTO N.º 2092/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 40/DSC/2017 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----**

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

#### **2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----**

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>47</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

**(iii)** Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

---

<sup>47</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

**(i)** No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

**(ii)** No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAPE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>48</sup>, de 14 de junho e nas portarias regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que o requerente possui na localidade de Amoinha Velha, freguesia de Nogueira da Montanha, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. ---

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.1.** O requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

**a)** Documentos de identificação do requerente - CC; -----

**b)** Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N; ---

**c)** Extrato da planta de ordenamento, à escala 1:5.000; -----

<sup>48</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

d) Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), à escala 1:2.000; -----

e) Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 23/12/2015; -----

f) Memória descritiva, contemplando, entre outros, a caracterização sumária da atividade pecuária, o n.º de postos de trabalho afetos a exploração pecuária, e a fundamentação da deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

### **3.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**3.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 61 B do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pelo requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2575193029001, situa-se em espaços da classe 4 (Espaços Agrícolas e Florestais), na Categoria 4.2 (Espaços Agrícolas), Sub-Categoria 4.2.A (Espaços Agrícolas Defendidos - RAN). -----

**3.3.2.** Sobre a parcela de terreno, impende a restrição de utilidade pública, Reserva Agrícola Nacional. -----

**3.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que a mesma desrespeita o disposto nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 36.º<sup>49</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). -----

### **3.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO** -----

**3.4.1.** A exploração do requerente encontra-se enquadrada em termos de NREAP numa Classe 3, com o Número de Registo de Exploração 5117856, e com capacidade máxima de 15 CN, para bovinos de carne e equídeos. -

**3.4.2.** A área total da exploração do requerente ronda os 12,74ha, repartida por pastagens permanentes, culturas temporárias e espaços florestais arborizados. -----

**3.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2575193029001, com uma área total de 0,64ha, tendo as instalações uma área de 300m². -----

#### **<sup>49</sup> Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves** -----

#### **Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----

**3.4.4.** Informa o requerente que esta exploração é fundamental para a sobrevivência do agregado familiar, pois não possuem outra fonte de rendimento. -----

**3.4.5.** O trabalho é assegurado pelo detentor que se dedica exclusivamente à atividade agropecuária. -----

**3.4.6.** A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**3.4.7.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, in comportáveis para o requerente. -----

#### **4. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO** -----

**4.1.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

**(i)** Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**4.2.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**4.3.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão deliberada fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**4.4.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

**4.5.** Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

**4.6.** Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

#### **5. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

**5.1.** Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

**5.2.** Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

**5.3.** Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.ª) -----

(Conceição Rei, Eng.ª) -----

(Cristiana Morais, Dr.ª) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CELESTE DA CONCEIÇÃO RIBEIRO SOUSA LOURENÇO. QUINTA DO SEMEAL AP 21 | ARCOSSÓ. PROCESSO N.º 277/16 | REQUERIMENTO N.º 683/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 41/2017** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

**2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>50</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

**(iii)** Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

**(i)** No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

**(ii)** No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

---

<sup>50</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----



**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>51</sup>, de 14 de junho e nas portarias regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que a requerente possui na localidade de Arcossó, União das **freguesias** de Vidago, **Arcossó**, Selhariz e Vilarinho das Paranhos, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. -----

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.2.** A requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

- g)** Identificação da requerente - CC; -----
- h)** Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N;
- i)** Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----
- j)** Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 2016-04-08, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:3.000 e 1:2000; -----
- k)** Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS, respeitante ao ano 2013 e 2014; -----
- l)** Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

### **7.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**7.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 60 B do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pela requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2455190690001, situa-se em espaços da classe 4 (Espaços Agrícolas e Florestais), na Categoria 4.3 (Espaços Agro-Florestais), Sub-Categoria 4.3.A (Espaços Agro-Florestais Comuns). -----

**7.3.2.** Sobre a parcela de terreno, não impendem quaisquer servidões ou restrições de utilidade pública. -----

**7.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que a mesma desrespeita o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 36.º<sup>52</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). --

<sup>51</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

<sup>52</sup> **Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves** -----

**7.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO -----**

7.4.1. A exploração da requerente, com o Número de Registo de Exploração 7133534, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 15CN de equídeos. Atualmente possui 10 animais de espécie ovina e 1 asinino. -----

7.4.2. A área total da exploração agropecuária ronda os 7,38ha, com 3,42ha de olival, 0,56ha de culturas permanentes e a área restante de culturas temporárias e pastagens. -----

7.4.3. As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2455190690001, com uma área social de 0,16ha. -----

7.4.4. O trabalho na exploração é assegurado pela detentora que se dedica exclusivamente à atividade agropecuária. Esta exploração é fundamental para a sobrevivência do agregado familiar da requerente, que não tem outra fonte de rendimento. -----

7.4.5. A exploração tem um volume de negócios que ronda os 5805,00€, respeitante a vendas de mercadorias e de produtos e subsídios à exploração. A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

7.4.6. A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, incomportáveis para a requerente. -----

**8. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO -----**

5.4. Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

(i) Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações -----**

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----

(ii) Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

5.5. Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

5.6. Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

5.7. Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

5.8. Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

5.9. Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

#### **6. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

6.1. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

6.2. Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

6.3. Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----  
Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.<sup>a</sup>) -----  
 (Conceição Rei, Eng.<sup>a</sup>) -----  
 (Cristiana Morais, Dr.<sup>a</sup>) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA ALICE SANTOS ALVES. RUA DA TRINDADE N.º 37 | ADÃES. SANTA LEOCÁDIA. PROCESSO N.º 256/16 | REQUERIMENTO N.º 642/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 42/DSC/2017** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**4. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

**5. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

**5.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>53</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**5.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

**(iii)** Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

---

<sup>53</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

**5.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**5.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**5.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**5.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**5.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

**(i)** No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

**(ii)** No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**5.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

**5.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**5.10.** O RERAPE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>54</sup>, de 14 de junho e nas portarias regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

## **6. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

### **6.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse

<sup>54</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

Público Municipal na regularização da atividade pecuária que a requerente possui na aldeia de Adães, freguesia de Sta. Leocádia, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. -----

## **6.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.3.** A requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

- m) Identificação da requerente - CC; -----
- n) Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N; -----
- o) Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----
- p) Extrato da planta de localização 1:25.000 -----
- q) Extrato de planta de localização e ordenamento, à escala 1:10.000; -----
- r) Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 2016-04-05, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----
- s) Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 05.04.2016; -----
- t) Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS, respeitante ao ano 2013 e 2014; -----
- u) Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

## **11.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**11.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 61 A do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pela requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2545169473016, situa-se em espaços da classe 4 (Espaços Agrícolas e Florestais), na Categoria 4.3 (Espaços Agro-Florestais), Sub-Categoria 4.3.A (Espaços Agro-Florestais Comuns). -----

**11.3.2.** Sobre a parcela de terreno, não impendem quaisquer servidões ou restrições de utilidade pública. -----

**11.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que a mesma desrespeita o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 36.<sup>o</sup><sup>55</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). --

---

<sup>55</sup> **Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves** -----

### **Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras:

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local.

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento

**11.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO -----**

**11.4.1.** A exploração da requerente, com o Número de Registo de Exploração 5084344, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 15CN para equídeos e bovinos. Atualmente possui 10,4CN animais de espécie bovina para produção de carne. -----

**11.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 11,51ha, maioritariamente de culturas temporárias e pastagens permanentes. ---

**11.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2545169473016, com uma área social de 0,04ha. -----

**11.4.4.** O trabalho na exploração é assegurado pela detentora que se dedica exclusivamente à atividade agropecuária. Esta exploração é fundamental para a sobrevivência do agregado familiar da requerente, que não tem outra fonte de rendimento. -----

**11.4.5.** A exploração tem um volume de negócios que ronda os 8965,00€, respeitante a vendas de mercadorias e de produtos. A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**11.4.6.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, inoportáveis para a requerente. -----

**12. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO -----**

**6.4.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

**(i)** Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**6.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**6.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**6.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

---

urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias.

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m.

6.8. Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

6.9. Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

#### **7. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

7.1. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

7.2. Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

7.3. Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.ª) -----

(Conceição Rei, Eng.ª) -----

(Cristiana Morais, Dr.ª) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**5. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO**



**ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO LAMEIRAS OLIVEIRA. RUA 1.º DE MAIO N.º 55 | ADÃES. SANTA LEOCÁDIA. PROCESSO N.º 138/16 | REQUERIMENTO N.º 305/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 43/DSC/2017 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----**

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

**2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----**

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>56</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

**(iii)** Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal,

---

<sup>56</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

**(i)** No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

**(ii)** No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>57</sup>, de 14 de junho e nas portarias regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que o requerente possui na localidade de Adães, freguesia de Sta. Leocádia, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. -----

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.4.** O requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

**v)** Identificação do requerente - CC; -----

**w)** Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----

**x)** Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 2016-02-12, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----

**y)** Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 12.02.2016; -----

**z)** Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS, respeitante ao ano 2014; -----

**aa)** Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, -----

---

<sup>57</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

### **15.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR -----**

**15.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 61 A do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pelo requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2545169473004, situa-se classe 1 (Espaços Urbanos e Urbanizáveis), na Categoria 1. 3 (Outros Aglomerados). -----

**15.3.2.** Sobre a parcela de terreno, não impendem quaisquer servidões ou restrições de utilidade pública. -----

**15.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que se encontra situada dentro do perímetro de construção de Adões e a uma distância inferior a 10m das extremas da parcela de terreno desrespeita o disposto na alínea a), b) e c) do n.º 2 do artigo 36.º<sup>58</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). -----

### **15.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO -----**

**15.4.1.** A exploração do requerente, com o Número de Registo de Exploração 2077735, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 15CN para equídeos e bovinos. Atualmente possui 3,4CN animais de espécie bovina para produção de carne e 1CN de espécie asinina. -----

**15.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 8,92ha, maioritariamente de culturas temporárias e pastagens permanentes. ---

**15.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2545169473004, com uma área social de 0,14ha. -----

**15.4.4.** O trabalho na exploração é assegurado pelo detentor que se dedica exclusivamente à atividade agropecuária. Esta exploração é fundamental para a sobrevivência do agregado familiar do requerente, que não tem outra fonte de rendimento. -----

**15.4.5.** A exploração tem um volume de negócios que ronda os 3286,00€, respeitante a vendas de mercadorias e de produtos, e

### **<sup>58</sup> Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves -----**

#### **Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações -----**

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local.

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----

subsídios à exploração. A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**15.4.6.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, incomportáveis para o requerente. -----

**16. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO** -----

**7.4.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

**(i)** Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**7.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**7.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**7.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

**7.8.** Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

**7.9.** Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

**8. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

8.1. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

8.2. Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

8.3. Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.<sup>a</sup>) -----

(Conceição Rei, Eng.<sup>a</sup>) -----

(Cristiana Morais, Dr.<sup>a</sup>) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**6. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ MANUEL MATEUS FERREIRA. RUA TRAVESSA DO MEIO | TRONCO. PROCESSO N.º 152/16 | REQUERIMENTO N.º 339/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 44/DSC/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

**2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>59</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

**(iii)** Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

**(i)** No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

**(ii)** No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

---

<sup>59</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>60</sup>, de 14 de junho e nas portarias regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que o requerente possui no Bairro do Pio na aldeia de Tronco, freguesia de Tronco, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. -----

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.5.** O requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

- bb)** Identificação do requerente - BI e NIF; -----
- cc)** Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N; -----
- dd)** Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----
- ee)** Extrato da planta de localização, à escala de 1:25.000; -----
- ff)** Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 2016-02-17, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----
- gg)** Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 17.02.2016; -----
- hh)** Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS, respeitante ao ano 2014; -----
- ii)** Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

### **19.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**19.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 35 A do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pelo requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2695341091008, situa-se classe 1 (Espaços Urbanos e Urbanizáveis), na Categoria 1. 3 (Outros Aglomerados). -----

**19.3.2.** Sobre a parcela de terreno, não impendem quaisquer servidões ou restrições de utilidade pública. -----

**19.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que se encontra situada dentro do perímetro de construção

---

<sup>60</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

de Tronco e a uma distância inferior a 10m das extremas da parcela de terreno desrespeita o disposto na alínea a), b) e c) do n.º 2 do artigo 36.º<sup>61</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). -----

#### **19.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO** -----

**19.4.1.** A exploração do requerente, com o Número de Registo de Exploração 4092343, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 10CN para equídeos e bovinos de carne. Atualmente possui 9,2CN animais de espécie bovina para produção de carne e 1CN de espécie asinina. -----

**19.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 34,36ha, maioritariamente de pastagens permanentes e espaço florestal arborizado. -----

**19.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2695341091008, com uma área total de 0,14ha e área social de 0,09ha.

**19.4.4.** O trabalho na exploração é assegurado pelo detentor que se dedica exclusivamente à atividade agropecuária. Esta exploração é fundamental para a sobrevivência do agregado familiar do requerente, que não tem outra fonte de rendimento. -----

**19.4.5.** A exploração tem um volume de negócios que ronda os 9.088,70€, respeitante a vendas de mercadorias e de produtos, e subsídios à exploração. A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**19.4.6.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, in comportáveis para o requerente. -----

#### **20. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO** -----

**8.4.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

---

<sup>61</sup> Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves -----

#### **Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----



(i) Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

(ii) Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**8.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**8.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**8.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

**8.8.** Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

**8.9.** Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

#### **9. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

**9.1.** Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

**9.2.** Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

**9.3.** Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----  
Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----  
(Cláudia Ferreira, Eng.<sup>a</sup>) -----  
(Conceição Rei, Eng.<sup>a</sup>) -----  
(Cristiana Moraes, Dr.<sup>a</sup>) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**7. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: RUI LISBOA DE MOURA. RUA 10 DE AGOSTO N.º 1 | SÃO LOURENÇO. PROCESSO N.º 184/16 | REQUERIMENTO N.º 417/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 45/DSC/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o exposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

**2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>62</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

---

<sup>62</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

(ii) Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

(iii) Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

(i) No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

(ii) No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>63</sup>, de 14 de junho e nas portarias

---

<sup>63</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3-INSTRUÇÃO** -----

**3.2.6.** O requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

- jj)** Identificação do requerente - CC; -----
- kk)** Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N; -----
- ll)** Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----
- mm)** Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 2016-02-22, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----
- nn)** Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 22.02.2016; -----
- oo)** Cópia de demonstração de liquidação do IRS, respeitante ao ano 2014; -----
- pp)** Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

### **23.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**23.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 47 B do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pelo requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2595287282014, situa-se classe 1 (Espaços Urbanos e Urbanizáveis), na Categoria 1. 3 (Outros Aglomerados). -----

**23.3.2.** Sobre a parcela de terreno, não impendem quaisquer servidões ou restrições de utilidade pública. -----

**23.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que se encontra situada dentro do perímetro de construção de São Lourenço e a uma distância inferior a 10m das extremas da parcela de terreno desrespeita o disposto na alínea a), b) e c) do n.º 2 do artigo 36.º<sup>64</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). -

---

<sup>64</sup> **Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves** -----

#### **Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

**23.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO -----**

**23.4.1.** A exploração do requerente encontra-se em exercício desde o ano de 2006, com o Número de Registo de Exploração 7038544, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 10CN para ovinos/caprinos. Atualmente possui 1,15CN animais de espécie ovina para produção de carne. -----

**23.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 0,02ha. -

**23.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2595287282014, com uma área total de 0,02ha e estábulo com 200m². ---

**23.4.4.** O trabalho na exploração é assegurado pelo detentor, que afirma dedicar-se exclusivamente à atividade agropecuária, muito embora na sua nota de liquidação de IRS declare um rendimento global de 31.389,38€, que pode atribuir-se ao outro titular. Manifesta ainda que esta exploração é fundamental para a sobrevivência do agregado familiar. -----

**23.4.5.** A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**23.4.6.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, incomportáveis para o requerente, e pelo facto de não possuir espaço físico para a sua implementação. -----

**24. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO -----**

**9.4.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

**(i)** Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**9.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**9.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**9.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

---

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----

9.8. Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

9.9. Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

#### **10. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

10.1. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

10.2. Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

10.3. Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.ª) -----

(Conceição Rei, Eng.ª) -----

(Cristiana Morais, Dr.ª) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**8. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO**

**ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSEFA LUÍSA MEIRELES SANTOS. RUA DA SERRA N.º 2 | REBORDONDO. ANELHE. PROCESSO N.º 180/16 | REQUERIMENTO N.º 410/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 46/DSC/2017 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----**

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

#### **2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----**

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>65</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

**(iii)** Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal,

---

<sup>65</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

**(i)** No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

**(ii)** No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>66</sup>, de 14 de junho e nas portarias regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que a requerente possui na aldeia de Rebordondo e freguesia de Anelhe, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. -----

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.7.** A requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

**qq)** Identificação da requerente - CC; -----

**rr)** Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N;

**ss)** Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----

**tt)** Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 2016-02-24, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----

**uu)** Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 24.02.2016; -----

**vv)** Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS, respeitante ao ano 2014; -----

**ww)** Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, -----

<sup>66</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----



e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

### **27.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**27.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 46B do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pela requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2455254035008, situa-se classe 1 (Espaços Urbanos e Urbanizáveis), na Categoria 1. 3 (Outros Aglomerados). -----

**27.3.2.** Sobre a parcela de terreno, não impendem quaisquer servidões ou restrições de utilidade pública. -----

**27.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que se encontra situada dentro do perímetro de construção de Rebordando e a uma distância inferior a 10m das extremas da parcela de terreno desrespeita o disposto na alínea a), b) e c) do n.º 2 do artigo 36.º<sup>67</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). -----

### **27.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO** -----

**27.4.1.** A exploração da requerente encontra-se em exercício desde o ano de 1999, com o Número de Registo de Exploração 7083822, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 10CN para bovinos de carne. Atualmente possui 2,04CN animais de espécie bovina para produção de carne e 1CN de espécie asinina. -----

**27.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 3,32ha.

**27.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2455254035008, com uma área total de 0,24ha e área social de 0,05ha.

**27.4.4.** A exploração tem um volume de negócios que ronda os 3272,93€, respeitante a vendas de mercadorias e de produtos. A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**27.4.5.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação,

### **<sup>67</sup> Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves** -----

#### **Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----

incomportáveis para a requerente, e pelo facto de não possuir espaço físico para a sua implementação. -----

## **28. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO** -----

**10.4.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

**(i)** Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**10.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**10.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**10.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

**10.8.** Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

**10.9.** Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

## **11. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

**11.1.** Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

**11.2.** Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise

e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

**11.3.** Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.<sup>a</sup>) -----

(Conceição Rei, Eng.<sup>a</sup>) -----

(Cristiana Morais, Dr.<sup>a</sup>) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÔNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**9. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÔNIO MAGALHÃES FERREIRA. RUA DO TERREIRO N.º 1 | DORNA. PROCESSO N.º 148/16 | REQUERIMENTO N.º 330/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 47/DSC/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

#### **2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>68</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

---

<sup>68</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

**(iii)** Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

**(i)** No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

**(ii)** No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>69</sup>, de 14 de junho e nas portarias

---

<sup>69</sup> NREAP -----

regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que o requerente possui na aldeia de Dorna, na União de Freguesias de Loivos e Póvoa de Agarções, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. ---

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.8.** O requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

**xx)** Identificação do requerente - BI e NIF; -----

**yy)** Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N;

**zz)** Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----

**aaa)** Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 2016-02-04, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----

**bbb)** Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 04.02.2016; -----

**ccc)** Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS, respeitante ao ano 2014; -----

**ddd)** Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

#### **31.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**31.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 61-A do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pelo requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2545141759502, situa-se classe 1 (Espaços Urbanos e Urbanizáveis), na Categoria 1. 3 (Outros Aglomerados). -----

**31.3.2.** Sobre a parcela de terreno, não impendem quaisquer servidões ou restrições de utilidade pública. -----

**31.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que se encontra situada dentro do perímetro de construção de Dorna e a uma distância inferior a 10m das extremas da parcela de terreno desrespeita o disposto na alínea a), b) e c) do n.º 2 do artigo 36.º<sup>70</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). -----

---

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

<sup>70</sup> **Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves** -----

#### **Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

**31.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO -----**

**31.4.1.** A exploração do requerente encontra-se em exercício desde o ano de 1990, com o Número de Registo de Exploração 4104128, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 10CN para bovinos de carne. Atualmente possui 0,4CN animais de espécie bovina para produção de carne. -----

**31.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 7,14ha. -----

**31.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2545141759502, com uma área total de 0,3ha. -----

**31.4.4.** A exploração tem um volume de negócios que ronda os 5.096,19€, respeitante a vendas de mercadorias e de produtos. A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**31.4.5.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, incombíveis para o requerente, e pelo facto de não possuir espaço físico para a sua implementação. -----

**32. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO -----**

**11.4.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

**(i)** Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**11.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

---

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----

**11.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**11.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

**11.8.** Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

**11.9.** Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

**12. PROPOSTA DE DECISÃO** -----  
Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

**12.1.** Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

**12.2.** Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

**12.3.** Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----  
Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----  
(Cláudia Ferreira, Eng.ª) -----  
(Conceição Rei, Eng.ª) -----  
(Cristiana Morais, Dr.ª) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**10. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: VASCO RODRIGUES DE MOURA. RUA 10 DE AGOSTO N.º 1 | SÃO LOURENÇO. PROCESSO N.º 153/16 | REQUERIMENTO N.º 343/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 48/DSC/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

#### **2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>71</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

**(iii)** Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

---

<sup>71</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----



**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

**(i)** No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

**(ii)** No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>72</sup>, de 14 de junho e nas portarias regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que o requerente possui na aldeia e freguesia de São Lourenço, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. -----

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.9.** O requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

**a)** Identificação do requerente - BI e NIF; -----

---

<sup>72</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

- b) Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N; ---  
-----
- c) Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----
- d) Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 2016-02-15, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----
- e) Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 15.02.2016; -----
- f) Cópia de demonstração de liquidação do IRS, respeitante ao ano 2014;
- g) Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

### **35.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**35.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 47-B do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pelo requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2605279278012, situa-se em espaços da classe 4 (Espaços Agrícolas e Florestais), na Categoria 4.3 (Espaços Agro-Florestais), Sub-Categoria 4.3.A (Espaços Agro-Florestais Comuns). -----

**35.3.2.** Sobre a parcela de terreno, não impendem quaisquer servidões ou restrições de utilidade pública. -----

**35.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que se encontra a uma distância inferior a 10m das extremas da parcela de terreno pelo que desrespeita o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 36.º<sup>73</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). -----

### **35.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO** -----

**35.4.1.** A exploração do requerente encontra-se em exercício desde o ano de 1998, com o Número de Registo de Exploração 4056732, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima

---

<sup>73</sup> **Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves** -----

#### **Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----

de 15CN para bovinos e equídeos. Atualmente possui 1,6CN animais de espécie bovina para produção de carne. -----

**35.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 11,25ha, maioritariamente de pastagens permanentes e culturas temporárias. ---

**35.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2605279278012, com uma área total de 1,35ha. -----

**35.4.4.** A sua demonstração de liquidação do IRS apresenta rendimentos de 4.345,23€, o que não se pode atribuir diretamente à exploração. Mas declara o requerente que a atividade contribui para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**35.4.5.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, inoportáveis para o requerente. -----

### **36. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO -----**

**12.4.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

**(i)** Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**12.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**12.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**12.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

**12.8.** Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

**12.9.** Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro,

nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

### **13. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

**13.1.** Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

**13.2.** Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

**13.3.** Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.ª) -----

(Conceição Rei, Eng.ª) -----

(Cristiana Moraes, Dr.ª) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**11. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO MALTA FERREIRA. RUA DIREITA N.º 11 | SANTA LEOCÁDIA. PROCESSO N.º 105/16 | REQUERIMENTO N.º 244/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 49/DSC/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excepcional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o

expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

## **2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>74</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

**(iii)** Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

**(i)** No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

**(ii)** No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do

---

<sup>74</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>75</sup>, de 14 de junho e nas portarias regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que o requerente possui na aldeia e freguesia de Santa Leocádia, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. -----

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.10.** O requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

**eee)** Identificação do requerente - CC; -----

**fff)** Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N; -----

**ggg)** Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----

**hhh)** Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 2016-02-03, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----

**iii)** Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 03.02.2016; -----

**jjj)** Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS, respeitante ao ano 2014 e 2013; -----

**kkk)** Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

### **39.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**39.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 61-A e 61-B do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pelo requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2565160892015, situa-se classe 1 (Espaços Urbanos e Urbanizáveis), na Categoria 1. 3 (Outros Aglomerados). -----

**39.3.2.** Sobre a parcela de terreno, não impendem quaisquer servidões ou restrições de utilidade pública. -----

---

<sup>75</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

**39.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que se encontra situada dentro do perímetro de construção de Santa Leocádia e a uma distância inferior a 10m das extremas da parcela de terreno desrespeita o disposto na alínea a), b) e c) do n.º 2 do artigo 36.º<sup>76</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM).

**39.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO** -----

**39.4.1.** A exploração do requerente encontra-se em exercício desde o ano de 2008, com o Número de Registo de Exploração 1080232, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 15CN para bovinos e equídeos. Atualmente possui 6 bovinos e 11 vitelos. -----

**39.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 9,71ha. -

**39.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2565160892015, com uma área total de 0,16ha e estábulo com 200m². ---

**39.4.4.** A exploração tem um volume de negócios que ronda os 6.845,97€, respeitante a vendas de mercadorias e de produtos, e subsídios à exploração. -----

**39.4.5.** Informa o requerente que esta exploração é fundamental para a sobrevivência do agregado familiar, pois não possuem outra fonte de rendimento. O trabalho é assegurado pelo detentor que se dedica exclusivamente à atividade agropecuária. -----

**39.4.6.** A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**39.4.7.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, inoportáveis para o requerente. -----

**40. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO** -----

**13.4.** Considerando que o RERA E cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

<sup>76</sup> **Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves** -----

**Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----

(i) Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

(ii) Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**13.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**13.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**13.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

**13.8.** Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

**13.9.** Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

#### **14. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

**14.1.** Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

**14.2.** Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

**14.3.** Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----



Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----  
Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.<sup>a</sup>) -----

(Conceição Rei, Eng.<sup>a</sup>) -----

(Cristiana Morais, Dr.<sup>a</sup>) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**12. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS REIS. RUA EIRA DE CARVALHO N.º 2 | OUCIDRES. PROCESSO N.º 129/16 | REQUERIMENTO N.º 283/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 50/DSC/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

#### **2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>77</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

---

<sup>77</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

(ii) Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

(iii) Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

(i) No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

(ii) No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>78</sup>, de 14 de junho e nas portarias

---

<sup>78</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que a requerente possui no lugar de Vila Nova, freguesia do Planalto de Monforte, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. -----

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.11.** A requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

- a) Identificação da requerente - BI e NIF; -----
- b) Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N;
- c) Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----
- d) Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 05.02.2016, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----
- e) Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 15.04.2015; -----
- f) Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS, respeitante ao ano 2014; -----
- g) Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

#### **43.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**43.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 48-A do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pela requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2645296540003, situa-se em espaços da classe 4 (Espaços Agrícolas e Florestais), na Categoria 4.2 (Espaços Agrícolas), Sub-Categoria 4.2.A (Espaços Agrícolas Defendidos - RAN). -----

**43.3.2.** Sobre a parcela de terreno, impende a restrição de utilidade pública, Reserva Agrícola Nacional. -----

**43.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que a mesma desrespeita o disposto nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 36.º<sup>79</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). -----

---

<sup>79</sup> Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves -----

#### **Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

- a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente

**43.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO -----**

**43.4.1.** A exploração da requerente encontra-se em exercício desde o ano de 2010, com o Número de Registo de Exploração 3016567, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 15CN para ovinos/caprinos e equídeos. Atualmente possui 5,55CN animais de espécie ovina para produção de carne. -----

**43.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 6,932ha. -----

**43.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2645296540003, com uma área total de 0,08ha e estábulo com 200m². ---

**43.4.4.** A exploração tem um volume de negócios que ronda os 2.562,50€, respeitante a vendas de mercadorias e de produtos, e subsídios à exploração. A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**43.4.5.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, incomportáveis para a requerente, e pelo facto de não possuir espaço físico para a sua implementação. -----

**44. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO -----**

**14.4.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

**(i)** Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**14.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**14.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão deliberada fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

---

viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----

**14.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

**14.8.** Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

**14.9.** Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

#### **15. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

**15.1.** Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

**15.2.** Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

**15.3.** Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.ª) -----

(Conceição Rei, Eng.ª) -----

(Cristiana Morais, Dr.ª) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**13. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: DUARTE MORAIS TEIXEIRA. AV DA GALIZA N.º 49 | MADALENA. PROCESSO N.º 885/15 | REQUERIMENTO N.º 2089/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 51/2017**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----**

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o exposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

#### **2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----**

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>80</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

**(i)** Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

**(iii)** Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses

---

<sup>80</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

**(i)** No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros); -----

**(ii)** No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>81</sup>, de 14 de junho e nas portarias regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que o requerente possui no lugar de Vila Nova, freguesia do Planalto de Monforte, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. -----

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.12.** O requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

- a)** Identificação do requerente - CC; -----
- b)** Cópia do título de registo da exploração, emitido pela DRAP-N;
- c)** Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----
- d)** Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), emitido em 22.12.2015, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----
- e)** Caracterização da exploração agrícola, documento emitido pelo IFAP, datado de 22.12.2015; -----

---

<sup>81</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

f) Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS, respeitante ao ano 2014; -----

g) Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

#### **47.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**47.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 48-A do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pelo requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2655292860004, situa-se em espaços da classe 4 (Espaços Agrícolas e Florestais), na Categoria 4.3 (Espaços Agro-Florestais), Sub-Categoria 4.3.A (Espaços Agro-Florestais Comuns). -----

**47.3.2.** Sobre a parcela de terreno, não impendem quaisquer servidões ou restrições de utilidade pública. -----

**47.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que desrespeita o disposto na alínea b) e c) do n.º 2 do artigo 36.<sup>o82</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). -----

#### **47.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO** -----

**47.4.1.** A exploração do requerente encontra-se em exercício desde o ano de 2014, com o Número de Registo de Exploração 4124012, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 15CN para bovinos, ovinos/caprinos e equídeos. Atualmente possui 12CN de animais de espécie bovina -----

**47.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 34,12ha, com 4,08ha de pastagens permanentes, 21,67ha de culturas forrageiras e 8,37ha de culturas frutícolas. -----

**47.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2655292860004, com uma área total de 0,89ha e área coberta de 11mx25m, constituída por estábulo e armazém. -----

---

#### **<sup>82</sup> Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves** -----

##### **Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----



**47.4.4.** A exploração tem um volume de negócios que ronda os 33.747,00€, respeitante a vendas de mercadorias e de produtos, e subsídios à exploração. O escoamento dos animais é facilitado e garantido pelos comerciantes locais e na Feira de Gado de Chaves e outras regionais da mesma índole. -----

**47.4.5.** Informa o requerente que esta exploração é fundamental para a sobrevivência do agregado familiar, pois não possuem outra fonte de rendimento. O trabalho é assegurado pelo detentor e esposa, que se dedicam exclusivamente à atividade agropecuária. -----

**47.4.6.** A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**47.4.7.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, incomportáveis para o requerente. -----

**47.4.8.** O requerente apela ainda ao facto daquele lugar ser uma zona de montanha em grave risco de despovoamento. -----

**48. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO** -----

**15.4.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

**(i)** Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**15.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**15.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**15.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

**15.8.** Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

**15.9.** Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN

solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

#### **16. PROPOSTA DE DECISÃO**

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:

**16.1.** Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica;

**16.2.** Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal.

**16.3.** Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária.

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

Chaves, 01 de junho de 2017

As Técnicas Superiores

(Cláudia Ferreira, Eng.ª)

(Conceição Rei, Eng.ª)

(Cristiana Morais, Dr.ª)

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO**

**DELGADO, DE 06.06.2017**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e

regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE**

**06.06.2017**

À reunião de câmara.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar

com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor

da mesma. Notifique-se.

**14. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO LUÍS MEDEIROS GOMES. RUA D. GERÓNIMO ATAÍDE N.º 23 | CAMPO DE CIMA. CHAVES. PROCESSO N.º 820/16 | REQUERIMENTO N.º 2286/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 52/DSC/2017.**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.

#### **1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade pecuária do processo

acima identificado, formulado com base no regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

## **2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

**2.1.** Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março<sup>83</sup>, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, encontra-se a decorrer, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem as atividades pecuárias. -----

**2.2.** O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

(i) Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

(ii) Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

(iii) Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**2.3.** Em qualquer dos casos, o requerente deverá submeter o seu pedido de regularização à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), entidade coordenadora do processo de licenciamento da atividade pecuária. -----

**2.4.** Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deve ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

**2.5.** O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

**2.6.** Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deve ainda ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

**2.7.** Para fundamentação do parecer técnico que deve instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliam o processo nos seguintes âmbitos: -----

(i) No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros);

(ii) No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na exploração pecuária; produtos produzidos; faturação associada à atividade pecuária dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

---

<sup>83</sup> Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do artigo 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

**2.8.** Para o efeito o requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido. -----

**2.9.** A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, constitui-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

**2.10.** O RERAE aplicado ao setor pecuário tem ainda enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>84</sup>, de 14 de junho e nas portarias regulamentares conexas ao Novo Regime das Atividades Pecuárias (NREAP). -----

### **3. ANÁLISE DO PEDIDO** -----

#### **3.1. IDENTIFICAÇÃO** -----

O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária que o requerente possui no lugar de Campo de Cima, União de Freguesias de Madalena e Samaiões, por não dispor de título válido de exercício de atividade, apresentando situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. ---

#### **3.2. INSTRUÇÃO** -----

**3.2.13.** O requerente apresenta todos os documentos solicitados para a instrução do processo, designadamente: -----

- a) Identificação do requerente - CC; -----
- b) Extrato da planta de condicionantes, à escala 1:10.000; -----
- c) Extrato da planta de localização 1:2000; -----
- d) Extrato da planta de localização e enquadramento; -----
- e) Documento ortofotográfico do Sistema de Identificação<sup>6º</sup> Parcelar (SIP), emitido em 20.05.2016, contendo a delimitação da área afeta à exploração agrícola, à escala 1:2000; -----
- f) Caracterização sumária da atividade pecuária, atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, e a fundamentação para a não deslocalização ou desativação da exploração pecuária. -----

### **51.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR** -----

**51.3.1.** De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 34-B do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pelo requerente, e identificada no sistema de identificação parcelar (SIP), com o n.º 2575304410001, situa-se em espaços da classe 4 (Espaços Agrícolas e Florestais), na Categoria 4.2 (Espaços Agrícolas), Sub-Categoria 4.2.B (Espaços Agrícolas Condicionados - RAN + REN). -----

**51.3.2.** Sobre a parcela de terreno, impendem as seguintes restrições de utilidade pública: Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. -----

---

<sup>84</sup> **NREAP** -----

Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), vindo substituir o Decreto-Lei n.º 214/2008 e posteriores alterações que estabelecia o regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamentos, bem como o regime a aplicar às atividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexas a explorações ou em unidades autónomas. -----

**51.3.3.** Relativamente à instalação física da exploração pecuária, é de referir que desrespeita o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 36.<sup>º</sup><sup>85</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM). -----

**51.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO** -----

**51.4.1.** A exploração do requerente encontra-se em exercício desde o ano de 2002, tendo estado inativa durante alguns anos, e retomando a atividade em dezembro de 2015, pelo que se enquadra na extensão do âmbito, prevista no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho. Com o Número de Registo de Exploração 7009853, enquadrada em termos de NREAP, numa Classe 3, com capacidade máxima de 15CN para ovinos/caprinos, possui atualmente 100 animais de espécie ovina. ----

**51.4.2.** A área total da exploração agropecuária ronda os 1,77ha de superfície forrageira, pastoreando também área de baldio. -----

**51.4.3.** As instalações são localizadas na parcela com o n.º 2575304410001, com uma área total de 0,37ha e área coberta de 11mx7m.

**51.4.4.** A exploração tem um volume de negócios que ronda os 4.000,00€, respeitante a vendas de mercadorias e de produtos, e subsídios à exploração. O escoamento dos animais é facilitado e garantido pelos comerciantes locais e na Feira de Gado de Chaves e outras regionais da mesma índole. -----

**51.4.5.** Informa o requerente que esta exploração é fundamental para a sobrevivência do agregado familiar, pois não possuem outra fonte de rendimento. -----

**51.4.6.** A atividade contribui ainda para a melhoria e dignificação das suas condições de vida e trabalho, ajuda no combate à desertificação e, por isso, também ao problema de ordenamento de território. -----

**51.4.7.** A deslocalização da exploração pecuária para outro local é impossível devido aos custos que acarreta esta operação, in comportáveis para o requerente. -----

**52. PARECER SOBRE O PEDIDO REQUERENTE EM CONCRETO** -----

---

<sup>85</sup> Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves -----

**Artigo 36.º - Instalações adstritas às explorações** -----

2) Instalações agro-pecuárias - A edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para a criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local. -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantem um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projecto de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, exceto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias. -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m. -----

**16.4.** Considerando que o RERAE cria uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

**(i)** Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

**(ii)** Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação; -----

**16.5.** Considerando que as zonas rurais se caracterizam por condições naturais e estruturais que, na maioria dos casos, lhes conferem o estatuto de zonas desfavorecidas e que neste âmbito torna-se imperativo manter as atividades instaladas, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais, com vista à melhoria da qualidade de vida desses territórios; -----

**16.6.** Considerando que a data limite para a regularização extraordinária destas situações finda a 24 de julho de 2017, e que a instrução do processo junto da entidade coordenadora deve ser obrigatoriamente formalizada com a apresentação da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária; -----

**16.7.** Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego; -----

**16.8.** Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à localidade; -----

**16.9.** Considerando que no âmbito do posterior pedido de regularização da atividade pecuária, presente à entidade coordenadora, a DRAPN solicita às entidades pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

#### **17. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

**17.1.** Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

**17.2.** Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

**17.3.** Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 01 de junho de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.<sup>a</sup>) -----

(Conceição Rei, Eng.<sup>a</sup>) -----

(Cristiana Moraes, Dr.<sup>a</sup>) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.06.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÔNIO CABELEIRA DE 06.06.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas e quinze minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_